



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

HOZANA DANIZE LOPES DE SOUZA

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO SERTÃO DO SERIDÓ:
uma abordagem a partir do sítio arqueológico Oiticica 17

RECIFE

2024

HOZANA DANIZE LOPES DE SOUZA

**ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO SERTÃO DO SERIDÓ:
uma abordagem a partir do sítio arqueológico Oiticica 17**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arqueologia, com área de concentração em Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Scott J. Allen.

Coorientador: Prof. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva.

RECIFE

2024

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S729a Souza, Hozana Danize Lopes de.
Arqueologia histórica no sertão do Seridó : uma abordagem a partir do sítio arqueológico Oiticica 17 / Hozana Danize Lopes de Souza. – 2024.
145 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Scott Joseph Allen.
Coorientador : Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2024.

Inclui referências.

1. Arqueologia. 2. Oiticica 17, Sítio Arqueológico (RN). 3. Faiança. 4. Sertão. I. Allen, Scott Joseph (Orientador). II. Silva, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da (Coorientador). III. Título.

930.1 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-087)

HOZANA DANIZE LOPES DE SOUZA

**ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO SERTÃO DO SERIDÓ:
uma abordagem a partir do sítio arqueológico Oiticica 17**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arqueologia, com área de concentração em Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Aprovado em: 28 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Scott Joseph Allen – Presidente
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Daniela Cisneiros Silva Mutzenberg – Examinadora Interna
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Fernanda Codevilla Soares – Examinadora Externa à Instituição
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Para minha vó Jacinta e, meu avô Severino (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Nesse processo da minha construção enquanto pesquisadora, se tornou evidente que pesquisa é desenvolvida e construída por ações coletivas. Ainda que não desconsidere, os momentos de reflexão e, principalmente, de escrita que caracteristicamente são solitários, particularmente, durante as madrugadas. Mesmo assim, me apego mais aos momentos de conversas, sugestões, compartilhamentos de ideias e aperreios com àqueles que significaram suporte, durante todo esse período e deixo, simbolicamente, meu muito obrigada para essas pessoas.

Não tem como ser diferente, primeiramente, agradeço a minha vó Jacinta, por tudo que representa e por ser força de vontade diária para continuar. Me ajudando, mesmo sem saber, a superar as frustrações que em vários momentos surgiram.

Minha irmã Thayse, pelo apoio incondicional, é importante saber que posso confiar e contar sempre com você, independentemente de qualquer coisa. E demais familiares que apoiaram e incentivaram, de alguma maneira.

Ao meu orientador, professor Scott que, desde o primeiro contato, fez eu me sentir bem-vinda. Agradeço pelas orientações e conversas leves, pelas trocas de muito aprendizado. E pelo conselho e metáfora para à vida, de experimentar todos os sabores de *snickers*, sem medo.

Ao Abrahão, que um obrigada nunca será suficiente, por todo o apoio e suporte, desde antes da coorientação neste trabalho. Com Abrahão, aprendi coisas básicas, mas essenciais tanto para a vida profissional, quanto pessoal. Como a ter respeito pelo que faço e por aqueles que estão junto comigo, além de ter calma, paciência e ser menos agoniada que se dar um jeito para quase tudo. Sem dúvidas, uma das escolhas mais assertivas da vida foi ter me matriculado em Seminário de Arqueologia I.

Alenuska, que se tornou uma amiga e conselheira valiosa, obrigada por tanto, mas especialmente pelas dicas para a pesquisa, consultar a literatura de cordel fez toda diferença!

Ao pessoal do Laboratório de Arqueologia do Seridó que contribuíram e me ajudaram muito em diferentes etapas da pesquisa, principalmente, na escavação do sítio, levantamentos dos cordéis, curadoria e distribuição do material em laboratório. Muito obrigada, Dudu, Juscelino, Keliane, Pedro, Lourdes e Eduarda!

Também colegas de laboratório e que se tornaram amigos especiais, de alguns anos já. E da mesma forma, auxiliaram e foram suporte durante essa etapa de mestrado, muito obrigada à Kayann, Duda, Vanessa, Igor e Diógenes.

Agradeço à Luiz, por abrir as portas de sua casa e por toda acolhida em Recife, que deixou a experiência fora de casa mais tranquila e leve.

Obrigada à Melissa, que além de topar participar do período de escavação, também foi boa colega de quarto e, principalmente, companhia nos rolês por Recife.

Aos colegas de mestrado, especialmente ao grupinho da arqueojunção, pela descontração e compartilhar experiências da vida e durante o mestrado.

Agradeço aos bolsistas do Labordoc, especialmente à Vitor, por todo o auxílio no mapeamento dos documentos sobre a propriedade, onde está situado o sítio arqueológico Oiticica 17.

Agradeço à Luciane, secretária do Programa, pela atenção e rapidez para tirar minhas dúvidas e esclarecimento de algumas questões burocráticas durante o curso de mestrado.

Muito obrigada aos professores do Programa Pós-Graduação em Arqueologia, pelo aprendizado durante as disciplinas cursadas.

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa, que contribuiu para que a experiência na pós-graduação fosse menos aperreada.

Mais para diante, entre as nascentes do Riacho dos Angicos que corre para Este e as do Mulungu, que descamba para Oeste – a estrada enladeira-se, de cabeça-abaixo, pisando os chãos do Seridó. A serra aceirou o que ficou para trás. O vento amorna, o chão se enladeira de quebrada em quebrada, com a nata da terra lambida pela erosão, estampando lajedos e serrotes onde domina espinho; e mais rala é a caatinga, já que as raízes carecem se espalhar na superfície para sover a minguada umidade que, na pegada das chuvas, alivia e estoura em verde a paisagem cinzenta. (Faria, 1980, p. 52).

RESUMO

Localizado atualmente no município de Jardim de Piranhas, o sítio arqueológico Oiticica 17 faz parte do contexto de ocupação luso-brasílica do Seridó, o qual foi resultado do processo de interiorização da Capitania do Rio Grande, quando houve a expansão de fronteiras do litoral para o sertão. Por uma perspectiva socioeconômica, nesta pesquisa, visamos abordar sobre os tipos e os elementos decorativos das cerâmicas inglesas, coletadas no sítio arqueológico Oiticica 17, e as possíveis vias de acesso desses produtos. Além da própria análise dos artefatos, utilizamos documentos de reconhecimento de posse de terra, catálogos de louças, literatura de cordel e inventários, para discorrer e correlacionar elementos da economia e sociedade que se desenvolveram ao entorno da fazenda e, principalmente, da unidade doméstica, onde está localizado o sítio arqueológico Oiticica 17. Com isso, constatamos que as faianças refinadas desse sítio arqueológico compreendem uma variedade decorativa com fragmentos que pertencem a diferentes escalas de valor. Portanto, as movimentações comerciais ultrapassavam os limites do Seridó colonial, uma vez que foi construído uma rede mercantil formada por costuras internas, entre os sertões e com a presença de nexos litorâneos.

Palavras-chave: Oiticica 17; faiança refinada; sertão;

ABSTRACT

Currently located in the municipality of Jardim de Piranhas, the Oiticica 17 archaeological site is part of the context of Luso-Brazilian occupation of Seridó, which was the result of the interiorization process of the Captaincy of Rio Grande, when there was the expansion of borders from the coast to the sertão. From a socioeconomic perspective, in this research, we aim to address the types and decorative elements of English ceramics, collected at the archaeological site Oiticica 17, and the possible access routes for these products. In addition to analyzing the artifacts themselves, we used land ownership recognition documents, crockery catalogues, cordel literature and inventories, to discuss and correlate elements of the economy and society that developed around the farm and, mainly, the domestic unit, where the Oiticica 17 archaeological site is located. Therefore, we found that the refined earthenware from this archaeological site comprises a decorative variety with fragments that belong to different value scales. Therefore, indicating that commercial movements went beyond the limits of colonial Seridó, since a commercial network was built formed by internal seams, between the sertões and with the presence of coastal connections.

Keywords: Oiticica 17; refined earthenware; sertão;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ribeiras sertanejas da Capitania do Rio Grande	29
Figura 2. Ferros de marcar de alguns municípios do Seridó	30
Figura 3. Área de abrangência da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, até 1788	32
Figura 4. Localização da matriz de Nossa Senhora Santa Ana	34
Figura 5. Rios e ribeiras que integraram a bacia do Piranhas-Açu no sertão colonial	37
Figura 6. Povoação do Jardim das Piranhas no século XVIII	43
Figura 7. Localização da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos já pertencendo ao território da Freguesia do Seridó no século XVIII	44
Figura 8. Casa de farinha da Fazenda Cabaceira, localizada no atual município de Ouro Branco/RN	50
Figura 9. Roda, prensa e forno utilizados na fabricação de farinha	51
Figura 10. Engenho de rapadura localizado na Fazenda Cabaceira, localizada no atual município de Ouro Branco/RN	52
Figura 11. Bolandeira utilizada na manufatura do algodão da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, localizada no atual município de Ouro Branco/RN	53
Figura 12. Calendário sertanejo.....	55
Figura 13. Estrutura da casa sede do sítio Culumins, localizado em Caicó/RN	58
Figura 14. Casa de taipa no Seridó Potiguar	58
Figura 15. Casas das fazendas Timbaúba dos Gorgônios e Umary.....	59
Figura 16. Grafos das fazendas Maravilha, Cabaceira e Ingá	63
Figura 17. Grafos da sala de refeição e sua circulação interna nas fazendas Umary, Encampinado e Tapuia	66
Figura 18. Capa do cordel “As consequências do casamento”	74
Figura 19. Edificação, na parte mais elevada do terreno, presente no sítio arqueológico Oiticica 17.....	80
Figura 20. Destaque para o alicerce e batentes da frente da casa sede no sítio arqueológico Oiticica 17.....	80
Figura 21. Edificação recente não finalizada no sítio arqueológico Oiticica 17, destaque para sua posição na parte mais elevada do terreno	81

Figura 22. Materiais construtivos recentes ao entorno da estrutura e detalhe dos tijolos e argamassa.....	81
Figura 23. Vegetação durante o período seco do sítio arqueológico Oiticica 17	83
Figura 24. Vegetação no período chuvoso do sítio arqueológico Oiticica 17	83
Figura 25. Documento de ação de usucapião por Maria Francisca das Flôres.....	85
Figura 26. Trecho de documento indicando a antiguidade do sítio Juazeiro.....	86
Figura 27. Documento de Ação Civil por Umbelina Solto	89
Figura 28. Pesquisadores na área do sítio arqueológico Oiticica 17 realizando a coleta de superfície.....	90
Figura 29. Área do sítio arqueológico marcada para coleta de superfície e destaca que algumas faianças refinadas em superfície.....	91
Figura 30. Coleta com o aparelho geodésico, modelo T10, no sítio arqueológico Oiticica 17	91
Figura 31. Mapa de coleta de superfície realizada no sítio arqueológico Oiticica 17.....	93
Figura 32. Mapa com a localização das sondagens realizadas no sítio Oiticica 17	96
Figura 33. Perfis das sondagens realizadas no sítio arqueológico Oiticica 17.....	97
Figura 34. Mapa destacando a ampla superfície delimitada no sítio arqueológico Oiticica 17	98
Figura 35. Quadrícula C1, final da UE01 e início da UE02 evidenciando a presença de faianças refinadas.....	101
Figura 36. Quadrícula C3 com escavação da UE02, destacando a presença de faiança refinada	102
Figura 37. Escavação de quadrículas finalizadas	102
Figura 38. Variáveis da ficha de análise	104
Figura 39. Fluxograma com o tipo adotado para a análise das faianças refinadas.....	107
Figura 40. Faiança refinada com motivo decorativo peasant style	108
Figura 41. Faiança refinada com motivo decorativo sprig style	109
Figura 42. Faiança refinada com motivo decorativo banhada.....	110
Figura 43. Faiança refinada com motivo decorativo banhada com marbelized	110
Figura 44. Faiança refinada com o motivo decorativo carimbado	111
Figura 45. Faiança refinada com motivo decorativo sponge.....	111
Figura 46. Faiança refinada com friso na borda	112
Figura 47. Fluxograma com técnica de decoração pintado à mão e os respectivos motivos decorativos para superfície não modificada e modificada.....	115

Figura 48. Faianças refinadas com técnica decorativa transfer printed.....	118
Figura 49. Fluxograma para técnica e motivos decorativos do transfer printed	118
Figura 50. Faiança refinada transfer printed com borrão azul	119
Figura 51. Fluxograma com as técnicas decorativas transfer printed e pintada à mão associada com o borrão e motivos decorativos.....	120
Figura 52. Motivo decorativos royal rim.....	121
Figura 53. Fluxograma para superfície modificada por molde	121
Figura 54. Esquema imagético de classificação dos níveis econômicos da faiança refinada analisada	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Justificativas das sesmarias solicitadas na Ribeira do Seridó	27
Gráfico 2. Atributo tipo das faianças refinadas	122
Gráfico 3. Atributo técnica decorativa das faianças refinadas.....	124
Gráfico 4. Atributo motivo decorativo das faianças refinadas	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Utensílios de cozinhas listados em inventários de famílias do Seridó.....	64
Quadro 2. Objetos de mesa presentes no universo doméstico das famílias do Seridó.....	68
Quadro 3. Ficha de coleta de dados utilizada na leitura dos cordéis.....	70
Quadro 4. Distribuição dos folhetos da literatura de cordel pesquisados	71
Quadro 5. Limites do sítio “Joazeiro” com base na solicitação de terra por usucapião feita por Maria Francisca das Flôres em 1946	86
Quadro 6. Caracterização geral das unidades estratigráficas coletadas dos perfis das sondagens realizadas no sítio arqueológico Oiticica 17	95
Quadro 7. Estruturação dos estilos que o motivo decorativo shell edge abarca	113
Quadro 8. Categorização e descrição das cenas	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quantitativo correspondente ao atributo acabamento de superfície	123
---	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	RIBEIRA E FREGUESIA: CARTOGRAFIAS DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO SERTÃO DO SERIDÓ COLONIAL	23
2.1	<i>Pelo gado e pela fé: Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó</i>	26
2.2	<i>Entre fronteiras: territorialização da povoação do Jardim das Piranhas</i>	36
3	RÚSTICOS CABEDAIAS: ESTRUTURAS PRODUTIVAS, CASAS DE MORADA E OBJETOS DOMÉSTICOS DAS FAZENDAS DE GADO	47
3.1	<i>Estruturas produtivas e casas de moradas: as fazendas de gado do Seridó</i>	48
3.2	<i>Pela cozinha e sala de refeições: cenários do servir</i>	60
4	SÍTIO ARQUEOLÓGICO OITICICA 17: CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	77
4.1	<i>Oiticica 17: contextualização arqueológica</i>	78
4.2	<i>Oiticica 17: contextualização histórica</i>	84
4.3	<i>Coleta de superfície realizada no Oiticica 17</i>	89
4.4	<i>Escavação realizada no Oiticica 17</i>	93
5	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE: APRESENTANDO AS VARIÁVEIS, RESULTADOS E DISCUSSÃO	103
5.1	<i>As variáveis</i>	104
5.2	<i>Os resultados</i>	121
5.3	<i>A discussão</i>	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA ARQUEOLOGIA DOMÉSTICA DO SERTÃO	135
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

Não me veio outro modo de iniciar o texto, a não ser, pela minha necessidade de justificativa pessoal, no sentido amplo, do que representa pesquisar o Seridó. Posso sintetizar em: um lugar de entendimento sobre o que é o sertão e a reconexão com a identidade seridoense, é o que significa (re)conhecer as fazendas de gado do Seridó, ainda inseridas em sua paisagem e com as diversas materialidades presentes.

O início dessa compreensão remeto, precisamente, ao segundo semestre do ano de 2016 quando, ainda na graduação em história (Ceres/UFRN), cursei a disciplina eletiva Seminário de Arqueologia I. Composta por uma introdução teórica e de prática de campo, realizei minha primeira experiência em uma escavação, no sítio arqueológico Culamins. Posteriormente a isso, me vinculei ao Laboratório de Arqueologia do Seridó (Las-Ceres/UFRN) e, através do projeto de pesquisa “Arqueologia em casas de fazenda na região do Seridó: espacialidade, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte”, integrei pesquisas, escavações arqueológicas e visitas em fazendas de diferentes municípios do Seridó. Por essas experiências, assimilei o que Meneses (1983) afirmou sobre a dimensão física está presente na ação humana e em todas as suas circunstâncias sendo, portanto, fonte de informação do passado e do presente.

Abordar e problematizar o sertão, ou melhor, sertões, é caro para mim. Explico isso por dois aspectos: primeiro, o lugar onde “me criei”, como dizem, foi qualificado como tal, isto é, sertão do Seridó Potiguar; segundo, devo a experiência no mestrado em história (PPGHC-UFRN), que possui como área de concentração à História dos Sertões, que foi a partir das primeiras leituras, ainda durante o processo seletivo, e as discussões nas disciplinas com os professores e colegas de turma, que entendi a pluralidade dos sertões, ao mesmo tempo, que entendi também a singularidade do sertão.

Morais (2012) define o sertão como uma condição atribuída a variados e diferentes lugares, que é formado por um discurso valorativo, atuando em sua qualificação, através da mentalidade reinante e interesses vigentes. Ao longo do tempo, predominou um discurso estereotipado, estruturado, sobretudo durante o período colonial, no sertão como espaço do bárbaro, sendo vazio, isolado, inacessível, estático. Concordamos com Souza, R. (2017), quando discute que uma visão genérica ou a noção de vazio não pode determinar um modo de vida, uma vez que isso favorece para a criação e persistência de uma história única.

Levando em consideração o percurso apresentado, à arqueologia histórica, notoriamente, constitui como nossa escolha e interesse de pesquisa. Pensando o Novo Mundo, Orser (1992) fornece uma definição que, enquanto campo de atuação, a disciplina procura entender a criação de um mundo novo, formado pela interação entre os diferentes grupos humanos, que carregaram consigo sistemas culturais, sociais, tecnológicos e econômicos.

É importante destacar que a disciplina possibilita compreender não apenas as personalidades e localidades famosas, dado que fez parte do amadurecimento da arqueologia histórica abordar sobre indígenas, escravizados, operários e imigrantes. Diante disso, mais vozes incorporam a percepção e entendimento do passado, em que os artefatos arqueológicos concedem acesso direto para as temáticas invisíveis e, por conseguinte, torna ativa as vozes da maioria que estiveram silenciadas. Correlacionado a isso, são elementos de um contexto que passaram por adaptações, transformações ou foram criados ao longo de um processo, orientado a partir de uma nascente conjuntura econômica, que resultou no surgimento do sistema capitalista e deu seguimento, por exemplo, a uma produção de objetos em grande quantidade, pautada na busca por lucro¹ (Orser, 1992; Iglésias, 1992; Funari, 1998; Azevedo; Souza, 2010, Little, 2014).

Especificamente, para o que hoje é o Nordeste brasileiro, a arqueologia histórica, principalmente no seu período de formação, ficou concentrada nas zonas litorâneas, com os sítios de monumentos como as igrejas, fortes e engenhos (Symanski, 2009). Devido a isso, a região nordestina contribuiu para a consolidação da disciplina no cenário brasileiro, e atualmente, com seu desenvolvimento, que abarca uma diversidade de temas estudados, coloca a arqueologia histórica como uma disciplina dinâmica e em crescimento, tal como apontou Allen e Barbosa (2022).

Tendo em consideração o conjunto de abordagens, propomos a prática de uma arqueologia dedicada ao sertão, neste caso, do Seridó Potiguar, principalmente porque “a Arqueologia raras vezes olhou populações sertanejas no semiárido” (Souza, R. 2015, p. 41). E, por meio da arqueologia doméstica, a qual se configura como um campo voltado para a definição e reflexão de estudos dedicados aos domicílios, a partir de uma perspectiva para além dos restos arquitetônicos, uma vez que adota uma abordagem composta pela contextualização, pessoas e objetos a respeito do sítio arqueológico (Barile; Brandon, 2004;

¹ Esse contexto contribuiu também para o desenvolvimento de diversos eixos temáticos incorporados à arqueologia histórica. Em relação as pesquisas brasileiras, podemos observar um panorama a partir do livro Arqueologia histórica brasileira, publicado no ano de 2022.

Allison, 1998). Assim, buscamos tratar sobre o sítio arqueológico Oiticica 17, antiga propriedade denominada de Joazeiro, localizada atualmente no município de Jardim de Piranhas/RN.

É significativo ressaltar que, no tocante ao Seridó Potiguar, as pesquisas publicadas dedicadas à arqueologia histórica são escassas. Em particular sobre as fazendas de gado, por uma análise a partir da cultura material, foi tema de estudo na arquitetura com discussões a respeito das formas construtivas, materiais empregados e inventários arquitetônicos (Feijó, 2002; Diniz, 2008, 2013; Borges, 2015). Na história se destaca, principalmente, a pesquisa de Macêdo (2015) com uma discussão sobre o patrimônio familiar, pelos objetos presentes no cotidiano seridoense, através da análise de inventários, e Souza, H. (2022) que apresentou aspectos ligados a economia do Seridó. Quanto a arqueologia, Oliveira (2021), adotando uma perspectiva afrodiáspórica, deu enfoque na espacialidade interna das casas de fazendas do Seridó e itens da cultura material existentes nelas.

Portanto, fundamentado no atual cenário de publicações científicas, por enquanto, não dispomos de dados aprofundados acerca do contexto arqueológico histórico do Seridó. Sem dúvidas, compreende um esforço coletivo para que, tais dados sejam trabalhados com o desenvolvimento de pesquisas. Como ficará visível em nosso capítulo terceiro, esse processo está em efetivação.

Notoriamente, uma pesquisa de dissertação não comporta recortes abrangentes e, como qualquer estudo científico, recortes/escolhas são necessários. Nesse sentido, destacamos os objetivos que nos guiaram nessa decisão: 1) interesse em discutir o âmbito socioeconômico; 2) contrapor o discurso do sertão como lugar isolado e estático; 3) vias de acesso para bens de consumo.

Um aspecto que caracteriza os sítios históricos corresponde a diversidade artefactual, visto que, em um mesmo sítio arqueológico e/ou em um único contexto de deposição, ocorre a presença de diferentes objetos, os quais pertenceram tanto a uma produção interna, como externa. Como já apontado, esse contexto possui como justificativa, a presença de grupos humanos e as diferentes escalas socioeconômicas que eles estiveram inseridos. Assim, itens de origem importada, que tiveram ampla penetração no Brasil, são existentes em diversas áreas (Souza, M. 2022).

Destacamos, particularmente, as faianças finas, advindas de uma manufatura inglesa, foram o tipo mais popular de louças² presentes em sítios históricos brasileiros. Além de ser consequência da busca por uma pasta durável e resistente, as faianças finas representaram o avanço da fabricação de louças, posto que passou a ser adotada uma produção em moldes e o desenvolvimento de técnicas decorativas tornando, inclusive, uma produção estandardizada. Enquanto produto da Revolução Industrial, houve a confecção em massa desses artefatos que favoreceu, dado a queda de preços, a criação de uma nova camada de consumidores, com grupos de poder aquisitivo entre médio e baixo. Provocando também a ampliação dos mercados consumidores e, para esse contexto, os centros periféricos passaram a integrar esse comércio³, diante da implementação de discursos que alteraram a cultura do consumo. Logo, para além de uma perspectiva da superficialidade, o consumo desses itens esteve pautado na busca pela distinção e identificação com um modo de vida baseados no ideal de civilidade europeu. Ocasionalmente em um maior investimento em mobília e na tralha doméstica, com grande destaque para os espaços específicos de socialização, representado pela sala de jantar. Essa conjuntura deu um significado econômico e social simbólico para esse espaço e os objetos nele presentes (Zanettini, 1986; Lima *et al*, 1989; Lima, 1995; Symanski, 2002, 2008; Tocchetto *et al*, 2001; Tocchetto; Medeiros, 2009).

Por conseguinte, é evidente que este tipo de artefato se constituiu como consequência de uma conjuntura de avanço tecnológico e transformações socioeconômicas, que balizou o século XIX. Ou como analisou Hobsbawm (2015), o longo século XIX, que foi onde se sucedeu temporalmente, as mudanças que tornou o mundo geograficamente menor, a partir dos deslocamentos de bens e pessoas, de produtos materiais e ideias.

Não deixamos de ressaltar o refinamento tecnológico que demarcou a confecção das faianças finas. Levando isso em consideração, para esta pesquisa, adotamos o termo de faiança refinada, embora consista numa reflexão em andamento⁴, pensamos e posicionamos essa denominação enquanto possibilidade, a qual se refere especificamente aos objetos cerâmicos intermediário entre a faiança e porcelana, como colocou Zanettini (1986). Tocchetto *et al* (2001) evidencia que são variadas as terminologias e classificações

² A adoção dessa terminologia denota como uma referência genérica, que compreende os diferentes tipos de cerâmicas destinada para a fabricação de objetos de mesa.

³ Importante lembrar da abertura dos portos brasileiros, com a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, que rompeu com o mercado exclusivo de produtos vindos da metrópole e permitiu relações comerciais, como também, a entrada de produtos industrializados fabricados pela Inglaterra.

⁴ Encontra-se em preparação um texto, sob orientação de Allen, apresentando uma proposta dedicada a terminologia de faiança refinada.

direcionadas para este tipo de artefato, que abarca a esfera regional, nacional e internacional. Ainda, como pontua essa autora, o termo *faiança fina*, no contexto brasileiro, é o mais utilizado, em virtude de que foi incorporado em pesquisas relevantes, já a denominação *earthenware* é presente na literatura norte-americana e, por último, nas pesquisas de origem espanhola, na América Latina, ocorre o emprego de *loza* e *loza fina*.

Por essas considerações abordamos, então, os artefatos de faianças refinadas coletadas no sítio arqueológico Oiticica 17. Afunilando e dialogando com os objetivos descritos acima, mas principalmente, tendo em conta que a área onde o Oiticica 17 está localizado não possui dados aprofundados advindos da arqueologia histórica, buscamos evidenciar os tipos e diversidade decorativa das faianças refinadas, correlacionando com as possíveis vias de entrada desses produtos no sertão da Ribeira das Piranhas. A partir de uma perspectiva econômica, dedicada para o mercado interno no qual o Seridó colonial esteve inserido, nossa intenção consiste em contribuir numa versão do sertão e sertanejos, para além de uma ótica estática. Essencialmente, uma leitura básica já foi fornecida pela pecuária, base econômica dos sertões, uma vez que “possibilitou o movimento de mercadorias e pessoas” (Macêdo, 2015, p. 224).

Para a construção desta pesquisa agregamos como fonte, não apenas os artefatos, mas os catálogos de louças do *Florida Museum of Natural History*⁵, o qual é composto por um banco de dados digital que compreende ampla quantidade de imagens e descrições sobre os diferentes tipos de cerâmicas; e o *Diagnostic Artifacts in Maryland*⁶ que também fornece informações introdutórias sobre diferentes tipos de artefatos arqueológicos. Esses catálogos contribuíram para aprofundar e visualizar as decorações, em que as imagens disponíveis foram utilizadas em nossa apresentação sobre as técnicas e motivos decorativos, expostas no capítulo quatro.

Com o objetivo de acessar documentos de inventários e, conseqüentemente, a listagem de bens das antigas pessoas que habitaram o sítio arqueológico Oiticica 17, efetuamos uma pesquisa documental. Todavia, obtivemos como resultado, o acesso de apenas dois documentos de reconhecimento de posse de terra, datado de meados do século XIX e XX. Pensando em uma escala regional, e tendo como intenção mapear os objetos que estiveram presentes na sala de refeições e cozinha seridoense, fizemos uso do livro “Velhos Inventários do Seridó”, escrito por Olavo de Medeiros Filho. E, ampliando essa perspectiva,

⁵ Disponível para acesso em <https://www.floridamuseum.ufl.edu/histarch/ceramic-types/>.

⁶ Disponível para acesso em <https://apps.jefpat.maryland.gov/diagnostic/index.htm>.

realizamos um levantamento de cordéis, procurando perceber em qual contexto e como as louças apareciam no cotidiano da sociedade sertaneja.

A pesquisa desenvolvida se configura, portanto, em discorrer sobre elementos da economia e sociedade, de modo vinculado, e que se estruturaram ao entorno da fazenda de gado e, especialmente, da unidade doméstica. Aqui, por meio das faianças refinadas constamos, como apontou Macêdo (2017), que as movimentações comerciais, de fato, transbordavam os limites do Seridó colonial e incluíam outras localidades, construindo uma rede mercantil formada por costuras internas, mas que esteve presente também em nexos litorâneos.

Isso posto, esta dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo contextualizamos a consolidação da ocupação luso-brasílica e a configuração territorial do sertão da Ribeira do Seridó e Ribeira das Piranhas, tendo como recorte temporal os séculos XVIII e, principalmente, o XIX. Essa discussão foi orientada a partir da cartografia da ribeira e cartografia da fé, com enfoque para as instâncias ambientais, econômicas e sociais.

No segundo capítulo destacamos a fazenda de gado, com as estruturas produtivas e as casas de morada, deixamos em evidência a cultura material, através dos estilos construtivos e objetos que faziam parte do cotidiano doméstico sertanejo. Além disso, apontamos sobre elementos da espacialidade e circulação interna das casas sedes, associando com os cômodos da cozinha e da sala de refeições.

Já no terceiro capítulo, realizamos a contextualização arqueológica e histórica do sítio arqueológico Oiticica 17. Ganhou destaque, especificamente, informações documentais sobre o sítio “Joazeiro”⁷, que corresponde a denominação da propriedade em que o sítio arqueológico está implantado, e a descrição dos procedimentos realizados, sendo a coleta de superfície e a escavação em ampla superfície os procedimentos de maior destaque.

Por fim, o último capítulo é formado por três eixos, baseados no processo de análise executado nos artefatos de faiança refinada. Logo, discorreremos sobre a caracterização dos atributos que compõe a ficha de análise, apresentamos e sistematizamos os dados e inferimos considerações, discutindo os resultados da análise.

⁷ Optamos por utilizar a grafia presente na documentação.

2 RIBEIRA E FREGUESIA: CARTOGRAFIAS DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO SERTÃO DO SERIDÓ COLONIAL

Frei Vicente de Salvador foi responsável por uma clássica referência, datada de 1627, a respeito da ocupação do atual território brasileiro, com a afirmação de que os portugueses se contentaram em andar ao longo do mar como caranguejos⁸. Correspondendo a uma análise simplificada, embora interessante, essa citação demonstra como o interesse português esteve, no início do período colonial, concentrado nas zonas litorâneas.

Levando em consideração que o “Novo Mundo”, se definiu como um espaço para a exploração econômica, em virtude da necessidade de alimentar o lucro mercantilista, a extração do pau-brasil se enquadrou como a primeira mercadoria. No entanto, o “produto chave” foi o açúcar, que tornou o cultivo da cana, testada primeiramente em Pernambuco e em São Vicente, como a atividade econômica mais rentável da América portuguesa. E que favoreceu também, a intervenção direta do Estado, a partir de iniciativas voltadas para efetivar a ocupação do território⁹. Portanto, permanecendo de acordo com o sentido econômico, as zonas litorâneas bastaram aos portugueses (Costa, 2014; Macêdo, 2012; Fragoso; Florentino; Faria, 1998).

Mesmo não sendo o enfoque de nossa abordagem, esse contexto é basilar para entender a construção da relação dicotômica entre litoral e sertão¹⁰. Tendo em vista que a produção açucareira provocou a ocupação de outros espaços, dado a necessidade de expansão e concentração do cultivo da cana-de-açúcar no litoral. A criação de gado¹¹, que precisava igualmente de vasta quantidade de terras, foi empurrada para as zonas interioranas. Mesmo

⁸ Esse trecho do livro História do Brasil, escrito na Bahia em 1627, disponível na internet, no seguinte *link*: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/2011/historia/4vicente_salvador.pdf. Acessado em 7 set de 2023.

⁹ Com a exploração do pau-brasil não houve a implementação efetiva de estruturas para a fixação de núcleos de povoamento, essa economia era desenvolvida apenas com a retirada da Mata Atlântica, sendo realizado apenas proteção por meio de uma rede de frotas-patrolhas. Com a presença francesa, em partes do litoral da América portuguesa, e seu interesse pela extração da madeira, esse cenário sofre modificações, surgindo a necessidade de construir núcleos fixos de povoamento (Fragoso; Florentino; Faria, 1998).

¹⁰ Os portugueses utilizavam o termo sertão para se referir às suas possessões no Ocidente e Oriente. Especificamente, na América portuguesa, no início do período colonial, o sertão carregava uma noção de áreas distantes do litoral. Contudo, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, além de ser afastado da costa, passaram a ser incorporados outros adjetivos como deserto, infértil e incivilizado, em que essas características divergiam do que o litoral representava (Bonato, 2010).

¹¹ Escasso foi o incentivo de atividades acessórias ao modo de vida dos colonos, já que a concentração estava em extrair lucro através dos engenhos, tal como coloca Macêdo (2012). Todavia o criatório de gado acabou sendo uma das poucas exceções de atividade empreendida na colônia, principalmente porque era um dos produtos que Portugal não conseguia abastecer.

integrando a agromanufatura do açúcar com o transporte e moagem da cana, além de fazer parte da dieta da população (Macêdo, 2012).

Com a Carta Régia de 1701, houve a oficialização da proibição do criatório a menos de dez léguas do litoral. Logo, ocorreu a separação entre a monocultura da cana e a pecuária, pois a convivência em um mesmo espaço passou a ser vista como antieconômica. Assim, “o ritmo da propagação do criatório pelos sertões obedeceu, em grande parte, ao crescimento da agromanufatura açucareira” (Macêdo, 2012, p. 31).

Tal contexto abarca as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, que se definem como uma configuração regional, que compartilharam de certa mobilidade político social, dinamização econômica e de experiências culturais e religiosas. Era formada pelos territórios desde Norte do Rio São Francisco até a Serra da Ibiapaba, e possuíam uma organicidade quanto ao processo histórico, não excluindo as especificidades de cada lugar (Alveal; Dias, 2020).

A anexação das zonas interioranas, isto é, os sertões do Norte¹², como denominou Rolim (2018), para que passassem a uma condição de espaços coloniais, necessitou das ações de instâncias administrativas. O principal elemento era a garantia da função econômica, alcançada pela expansão da pecuária, e as demais iniciativas que incluíam assentar posseiros nos sertões, por meio da distribuição de sesmarias, criação das fazendas de gado e dizimação e aldeamento das populações originárias (Dias, 2011).

Chamamos atenção que, no período colonial, o lugar sertão significava uma fronteira que nomeava e confirmava os limites da conquista e, associado a isso, também representava a fronteira das populações indígenas (Ferraz; Barbosa, 2015). Como aponta Santos (2010), através da presença de fronteiras internas, visualizamos a ausência de um território contínuo, com isso, os portugueses ocupavam um conjunto de espaços vazados. E foram nessas fronteiras internas, que desenrolaram os confrontos de resistências indígenas ao avanço da ocupação colonial, se tratou dos embates pelos espaços que já possuíam seus habitantes Tapuias¹³.

¹² Salientamos que os sertões incorporam as dinâmicas de avanço colonial português com a retomada das Capitânicas do Norte após a expulsão holandesa, uma vez que a presença dos holandeses alcançou os sertões a partir de alianças com as populações indígenas do interior, isso justificou a busca pela garantia de ocupação dos territórios da América portuguesa.

¹³ Fruto do modelo dicotômico “Tupi x Tapuia”, a generalização foi atribuída aos Tapuias, a qual significava elementos contrários a fixação portuguesa empreendidos no litoral. De maneira geral, se referem as

Integrando o processo de interiorização da Capitania do Rio Grande¹⁴, o delineamento territorial do sertão do Seridó, ou como coloca Macêdo (2015), o povoamento colonial, em consequência do despovoamento nativo, se concretizou após os intensos conflitos entre populações indígenas e forças militares. Chamada de Guerra dos Bárbaros, consistiu como a mais prolongada resistência dos habitantes dos sertões, que na Capitania do Rio Grande ficou conhecida também como Guerra do Açu, em virtude de ser o nome da ribeira do rio, onde se sucedeu a maior parte dos conflitos, que durou entre 1687 e 1704 (Puntoni, 2012).

Apresentando grande potencialidade para a fixação de grupos humanos, a várzea do rio Açu, que já abrigava as populações indígenas, também se tornou fonte de interesse dos colonos, que passaram a ter a percepção desse espaço como ideal para ser ocupado. Isso ocasionou uma série de conflitos, tanto que no início da década de 1680, a convivência amistosa entre àqueles colonos recém-estabelecidos no sertão e os indígenas se tornou dificultosa (Silva, 2015).

A relação com o meio, seja pela busca do melhor lugar para habitar ou enquanto facilitador nas estratégias de guerra dos indígenas, foi o que definiu a Guerra dos Bárbaros. Devido a isso, exigiu grande mobilização para conter a resistência dos grupos indígenas, dado própria maneira de agir em conflito, uma vez que a relação com a ecologia local e as técnicas de guerra eram fragmentárias. Portanto, “a guerra destes bárbaros é irregular e diversa das mais nações porque não formam exército nem apresentam batalhas na campanha, antes são de salto as suas investidas” (Puntoni, 2002, p. 136).

Voltando para o Seridó, destacamos a construção da casa-forte do Cuó, base militar implantada em 1683, que se tornou responsável pela defesa da ribeira. Essa fortificação foi edificada próxima à confluência do rio Seridó que, para o período, era chamado de Acauã, o rio Quipauá e Sabugi. Representava um local estratégico, tendo em vista, que possuía proximidade com leitos de água e com as fronteiras das Capitanias do Rio Grande e Paraíba (Medeiros Filho, 2011).

características de caráter territorial e étnica, sobretudo, já que os tapuias viviam no interior e tinham uma composição étnica diversa (Silva, 2015).

¹⁴ O atual território do Estado do Rio Grande do Norte teve sua primeira denominação de Terra dos Potiguara, nos tempos iniciais do período colonial. A consolidação da ocupação portuguesa se caracterizou como difícil, por causa de alguns fatores: altos custos para organizar expedições, a disputa pelo território com os franceses e os embates com as populações indígenas. Apenas em 1599, se tem uma presença portuguesa efetiva, principalmente com a construção do Forte dos Reis Magos e a criação da Cidade do Natal (Pereira, 2018).

Dado a eficácia das táticas de resistência indígenas, o Governador-Geral do Brasil Matias da Cunha, em 1688, solicitou os serviços do Terço Paulista de Domingos Jorge Velho. Chegando ao Seridó, o acampamento do Terço foi estabelecido na ribeira do Piranhas, fronteira com a Capitania da Paraíba e participou da última batalha no sertão do Acauã¹⁵, na ribeira do Carnaúba. O resultado desse último conflito consistiu na morte e aprisionamento de indivíduos indígenas, havendo assim, a vitória colonial (Macêdo, 2015).

Como consequência dos eventos descritos até então, houve a consolidação do povoamento colonial do sertão do Seridó, que temporalmente teve início no final do século XVII e foi estabelecido em meados do século XVIII. A configuração desse território decorreu, em síntese, do vínculo entre realidade geográfica com definições econômicas e sociais próprias. As quais foram organizadas em torno de cartografias, compostas pela implantação das fazendas de gado nas ribeiras e pela criação da instância político-administrativa da freguesia (Macêdo, 2015).

Por conseguinte, é sobre essa conformação do sertão do Seridó, com destaque para o espaço da Ribeira do Piranhas, que veio a ser o município de Jardim de Piranhas/RN, espacialidades de nossa pesquisa que tratamos a seguir.

2.1 *Pelo gado e pela fé: Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó*

Morais (1999) definiu que o Seridó, na condição de um espaço territorializado, provém de uma construção histórica¹⁶. Possuindo uma identidade recorrente e que persistiu ao longo do tempo, se tornou também um espaço adjetivado com características próprias que, ainda hoje, é presente na memória regional. O modelo de sociedade que se plasmou nesse sertão, divergiu daquele referente ao contexto da agromanufatura do açúcar, e a partir do que a terra e o trabalho ofereceram, foi conformado um universo simbólico, cultura material e práticas sociais construídas historicamente ordenadas, inicialmente, por meio das fazendas e vilas (Macêdo, 2012; 2015).

¹⁵ O Sertão do Acauã consistiu como uma das primeiras denominações do que veio a ser a Ribeira do Seridó, precisamente entre o século XVII e início do século XVIII, neste caso, estamos nos referindo ao sertão do Seridó.

¹⁶ O Seridó historicamente construído compreende os atuais municípios de Caicó, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Acari, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Florânia, Parelhas, Jucurutu, São João do Sabugi, Ouro Branco, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, São Vicente, São Fernando, Equador, Santana do Seridó, São José do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lagoa Nova, Ipeira e Tenente Laurentino Cruz.

Dessa forma, “o termo Seridó é mais que a designação de um dado espaço; tornou-se referencial de uma identidade espacial com forte conteúdo histórico-cultural” (Morais, 2020, p. 18). A construção desse território remete à antiga circunscrição da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, que teve seu povoamento, em meados do século XVIII, por meio da Ribeira do Seridó. Para abordar sua conformação utilizamos da perspectiva de Macedo (2013), a qual conduz esse contexto através da análise de duas cartografias: das ribeiras e da fé.

Terminado os conflitos entre forças militares com as populações indígenas do sertão¹⁷, houve um crescente número de solicitações e, conseqüentemente, concessões de sesmarias no Seridó colonial. Tal como analisou Macêdo (2015), *gente da mor qualidade* se tornaram os sesmeiros: sargento-mor, alfares, tenentes e, até mesmo, um padre. Esses indivíduos, quando requeriam a terra, deveria apresentar justificativas quanto ao seu uso, as quais deveriam estar de acordo com a finalidade econômica e social, princípios aceitos pelo governo português. Para o Seridó, nas alegações do uso da terra, houve preponderância na criação de gados, embora tenha registro de plantação de lavouras também (Gráfico 01).

Gráfico 1. Justificativas das sesmarias solicitadas na Ribeira do Seridó



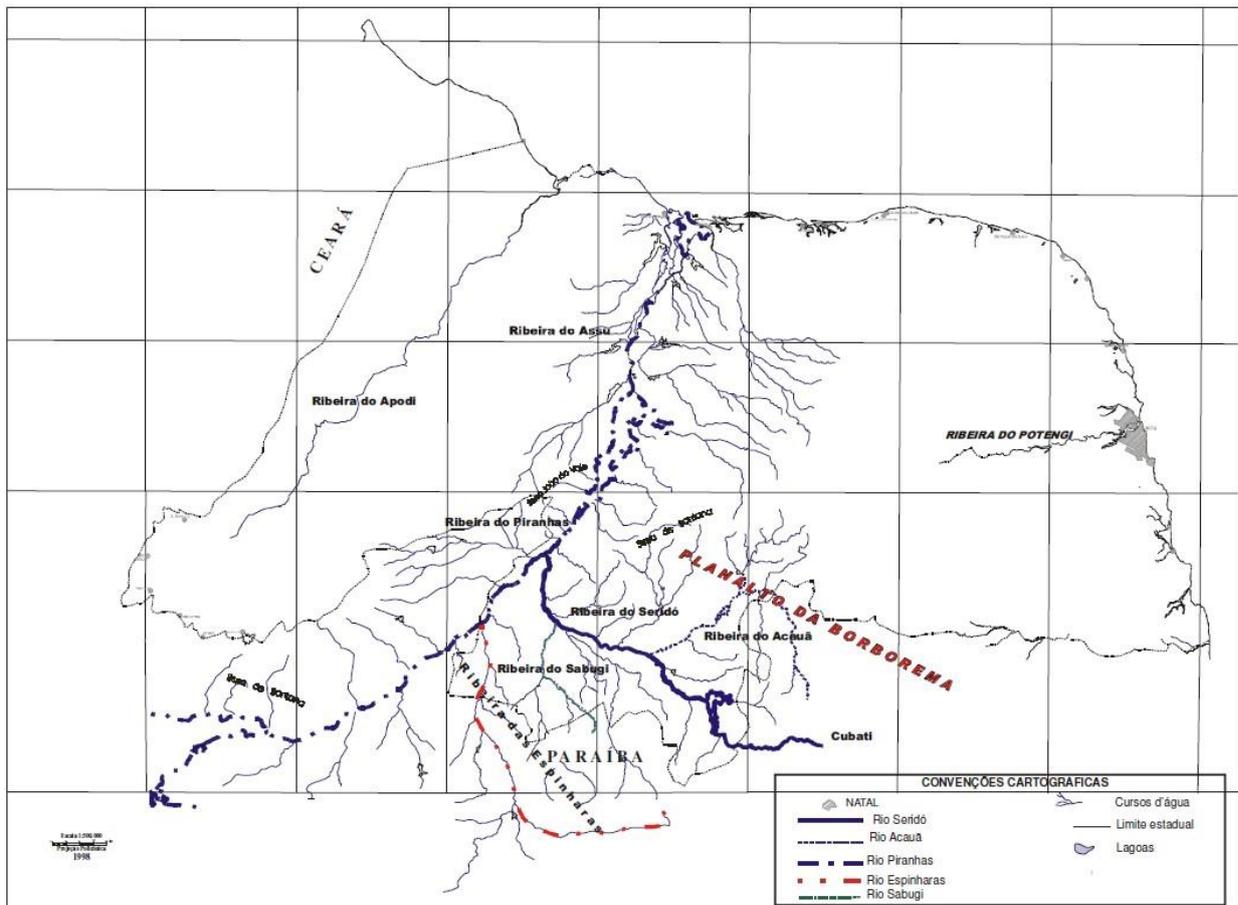
Fonte: Macêdo, 2007, p. 72.

¹⁷ Medeiros Filho (2011) a partir de estudo sobre as capitâneas do Rio Grande e Paraíba, fornece informações sobre os grupos indígenas habitantes do sertão do Rio Grande, denominado como Tarairiú integram os Javós, Paiacus, Pacajus ou Baiacu, Jenipapos, Canindés, Sucurus, Ariás, Ariús, Uriús ou Pegas, Panatis, Caratiús.

Levando em consideração a natureza do sertão, a proximidade com a água era fundamental, tanto que as solicitações de sesmarias continham as terras localizadas ao longo do rio ou próxima dele, no caso, correspondiam as ribeiras, como definiu Bluteau (1728) e Silva (1789). E foram onde concentraram os primeiros núcleos de moradia, com a implantação de fazendas de gado, por conseguinte, os indivíduos que ali foram habitar, logo, pelo conhecimento do espaço “entenderam que, nos primeiros meses do ano, poderia até contar com pastos verdejantes e, logo no segundo semestre, assistirem a uma paisagem completamente modificada, com a caatinga em plena nudez vegetal, somente verificada nos contornos ribeirinhos” (Macêdo, 2015, p. 56).

Para além de acidentes geográficos, as ribeiras funcionaram como cartografias do poder, uma vez que as estradas e as sesmarias se confundiam com os leitos dos rios. Desse modo, consistiram nas primeiras demarcações territoriais, em que a toponímia dos cursos d'água atuaram como primeira denominação para o espaço, nesse caso, a Ribeira do Seridó era cortada pelo rio do mesmo nome (Figura 1). Destarte, houve uma verdadeira geografia da ribeira, a qual foi responsável por direcionar a construção desse território (Macedo, 2013; Macêdo, 2015; Moraes, 2020).

Figura 1. Ribeiras sertanejas da Capitania do Rio Grande



Fonte: Macêdo, 2007, p. 69.

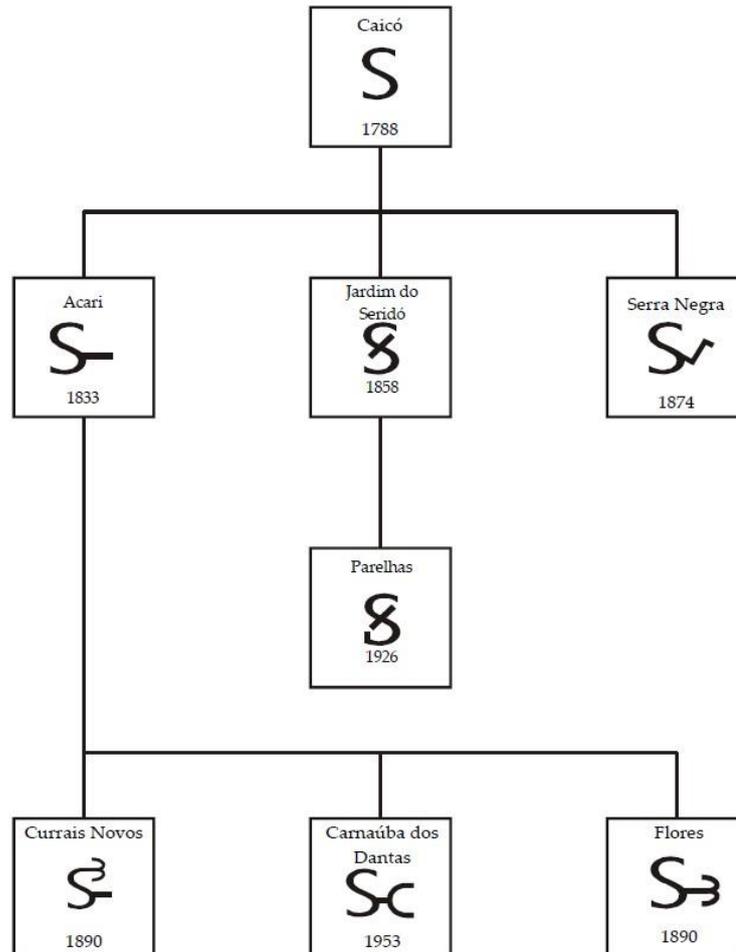
A ribeira pode ser entendida como uma divisão espacial administrativa no século XVIII, fazendo parte da organização da Fazenda Real, havia a cobrança e arrecadação de impostos pelos oficiais da Provedoria. Isso demonstra que a ribeira estava vinculada com as dinâmicas de povoamento e produção, contribuindo para delimitar os focos de arrecadações das regiões que eram mais povoadas e concentravam maior produção (Barbosa, 2017).

Sendo composta por determinado número de fazendas, onde cada uma delas possuía uma marca que as diferenciava. O símbolo correspondia ao ferro de marcar gado, que era responsável por associar as reses tanto à ribeira, quanto à fazenda de origem. Em relação a Ribeira do Seridó consistia na letra “S”, enquanto a marca do proprietário era familiar, e as famílias mais antigas e tradicionais tinham suas marcas formadas por desenhos (Macedo, 2013).

Os ferros de marcar se tornaram elementos identitários, e “*perder o ferro é, no sertão, ver se finar por morrinha ou seca a derradeira rês*. Os ferros com letras do alfabeto eram tidos

como de criador novato, gente que veio da praça ou do comércio e não teve o imbrigo enterrado no mourão da porteira do curral” (Faria, 2009, p. 34, grifo do autor) (Figura 2).

Figura 2. Ferros de marcar de alguns municípios do Seridó



Fonte: Araújo; Medeiros; Macêdo, 2006, p. 138.

Na condição de perenes ou temporários, os rios se configuraram como elemento histórico, desde o período colonial. E funcionaram, notoriamente, como cartografias, pois eram vias naturais para a entrada e o estabelecimento de colonos. Para os sertões, era prioridade a garantia da água para o consumo humano e de animais, esse abastecimento ocorria pelos rios, poços, riachos e olhos d'água e, em período de seca, cacimbas eram cavadas para revelar alguma água. Dessa maneira, através da junção entre as ribeiras com o criatório, se construiu a toponímia dos sertões. Pelo criatório surgiram os nomes dos povoados, e pelos rios a designação de territórios amplos (Macêdo, 2015).

A Ribeira do Seridó passou para a condição de Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, em 1748. Sua criação derivou da ordem do bispo de Olinda, em 1747, ao padre Manuel Machado Freire, “Visitador Geral dos sertões da parte do Norte”, que ao percorrer os Curatos de Icó e do Piancó, sertão da Capitania da Paraíba, fossem criadas novas freguesias. Seguindo a demanda do bispo, houve então, o desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e a partir disso, o surgimento da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó.

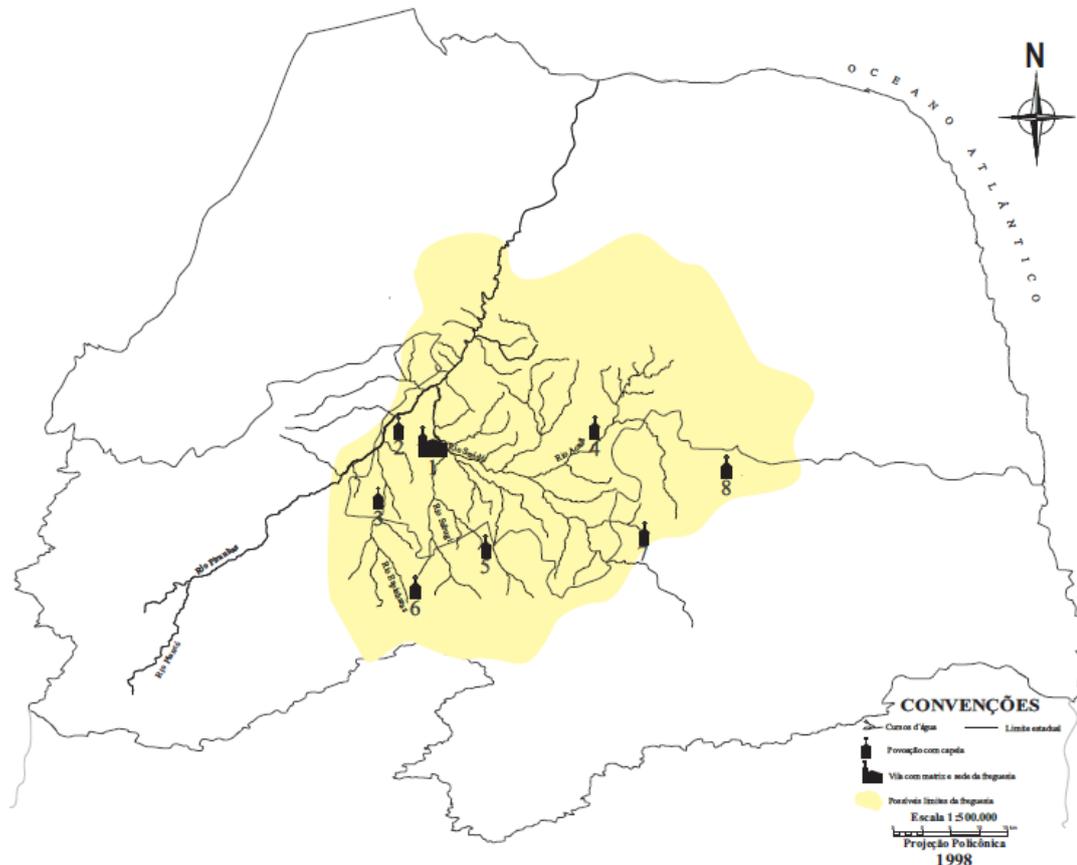
“Para além do rito religioso, a elevação de uma ermida à freguesia denotava benefícios das formalidades civis” (Arraes, 2012, p. 110), de acordo com isso, a origem de uma freguesia trazia limites mais elaborados para o território composto de vilas. A freguesia não exerceu apenas o cuidado da espiritualidade dos moradores das ribeiras, mas teve um domínio institucional, que garantia um caráter civil associado com a integração dos indivíduos à ordem política (Macêdo, 2012).

Quanto aos limites estabelecidos para a Freguesia do Seridó, a cartografia da ribeira contribuiu para a cartografia da fé, em virtude de que acompanharam a malha dos rios Acauã, Seridó, Espinharas e Piranhas. Devido à ausência de documentos que demonstrem essa demarcação, Macedo (2013) elaborou um mapa em que é possível visualizar a área de abrangência até 1788, quando a freguesia sofreu ampla fragmentação¹⁸ de seu território (Figura 3).

Trata-se de uma circunscrição organizada por uma mancha, compreendendo a malha hidrográfica, portanto, “os primeiros registros da territorialização do Seridó obedecem ao diapasão de sua localização no mundo físico. Assim, **são as ribeiras que delimitam o espaço, ribeiras que representavam a matriz da sobrevivência no sertão árido**” (Macêdo, 2012, p. 129, grifo nosso).

¹⁸ A fragmentação territorial que ocorreu na Freguesia do Seridó decorreu da origem de novos curatos: 1788 com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Guia dos Para, na Ribeira das Espinharas; em 1801 com a Serra do Cuité e limítrofes que foram transformados em freguesia sob o título e invocação a Nossa Senhora das Mercês; em 1835 com o desmembramento da freguesia mater do Caicó com a de Nossa Senhora da Guia, localizada na Ribeira do Acauã.

Figura 3. Área de abrangência da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, até 1788



Fonte: Macedo, 2007, p 187.

O processo de ocupação empreendido na América portuguesa, era acompanhado das ações missionárias, conduzidas pelo clero regular, assim, além da conquista de novos territórios deveria haver “a conquista de novas almas ao seio da cristandade [que] se enquadrava numa estratégia geopolítica” (Arraes, 2012, p. 164).

Não podemos esquecer que a relação da Coroa com a Igreja, era composta por privilégios devido ao direito do padroado¹⁹. Desse acordo se destacava a arrecadação e administração dos dízimos eclesiásticos, escolha dos indivíduos para ocuparem o governo das dioceses e freguesias. Ainda não era permitida a saída de Portugal de nenhum clérigo, sem autorização real, e a Corte decidia os limites para a jurisdição de bispados e paróquias. Em contrapartida a isso, cabia à Coroa financiar a construção de capelas e igrejas e pagar as cômguas dos clérigos (Arraes, 2012).

¹⁹ O padroado régio foi estabelecido a partir das bulas papais entre o período de 1452 e 1534, conferia ao rei o controle da religião católica em seus domínios ultramarinos (Arraes, 2012).

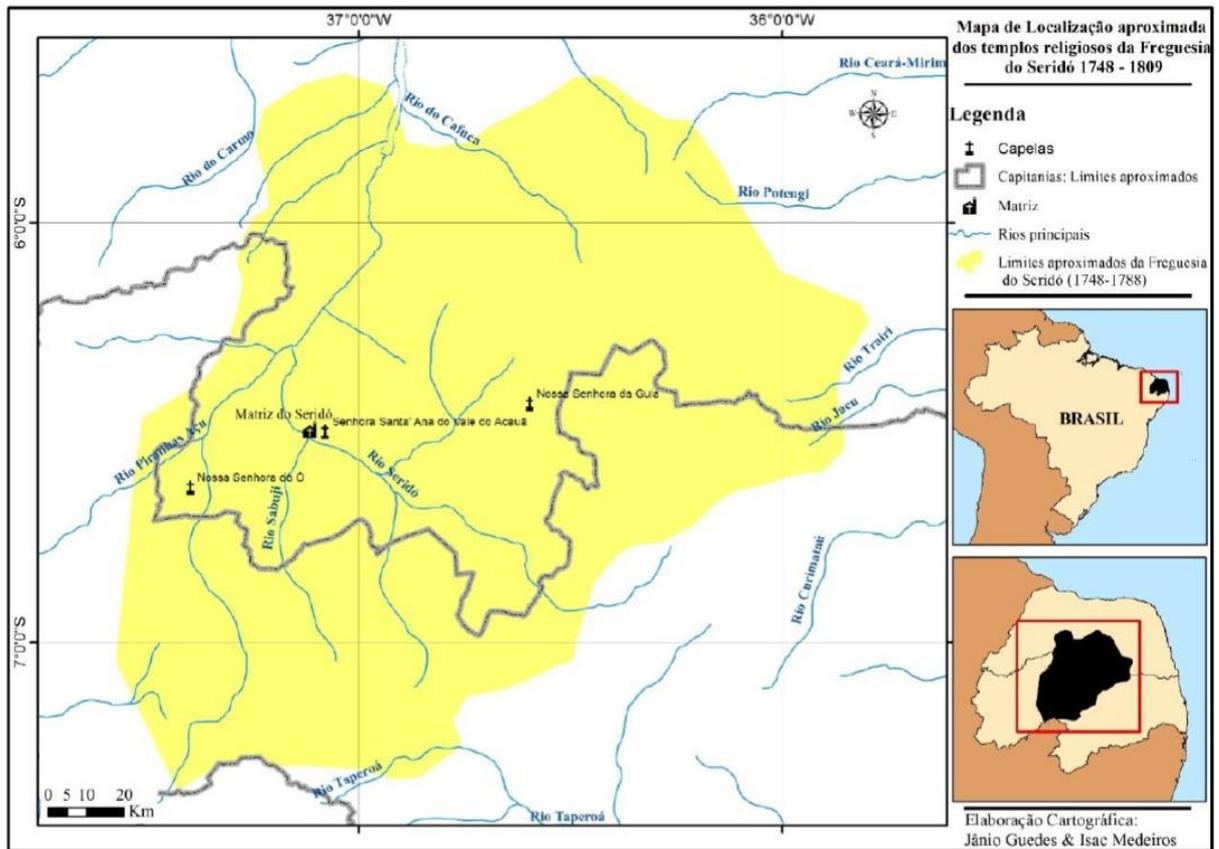
Então, a presença lusa nos territórios da América portuguesa registrou o desenvolvimento das atividades missionárias, as quais foram iniciadas com as missões religiosas, objetivando a evangelização cristã das populações originárias. Posteriormente, o papel da freguesia se definiu pela responsabilidade de garantir o cuidado, controle espiritual e manutenção das doutrinas cristãs dos moradores das ribeiras. Esses elementos convergem também para a obtenção de habitantes para ocupar a terra. Nesse sentido, a instituição da freguesia funcionou para o delineamento e controle territorial (Gatti, 2011; Medeiros, 2020).

O Seridó já contava com a Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã, criada em 1695, foi construída próximo da Casa-forte do Cuó. Nesse local religioso, havia a assistência espiritual, para os indivíduos frequentadores da capela durante o período de conflitos com os grupos indígenas. Decorreu então, em 1700, a fundação do Arraial do Caicó, pelo fazendeiro Manuel de Souza Forte, marcando a elevação ao status de Povoação do Caicó, em 1735 (Macedo, 2007).

Todavia, essa pequena capela estava localizada em uma área de difícil acesso aos fiéis, pois ficava em um terreno acidentado com a presença de serrotes de pedra. E com o aumento de moradores, durante o século XVIII, a edificação ficou pequena e não suportava uma maior quantidade de pessoas em seu interior.

Isso justificou, a construção de um novo templo “um lugar cômodo e conveniente para todos” (Macedo, 2013, p. 46). Sendo possível apenas pela doação, de uma faixa de terras, pelo tenente José Gomes Pereira e sua esposa, dona Ana Maria de Assunção. “Corria o ano de 1748 e a cerimônia presidida pelo padre Francisco Alves Maia naquele distante 26 de julho – dia dedicado, no calendário da Igreja Católica, à Santa Ana – consubstanciava a instalação da freguesia *mater* do Seridó” (Macedo, 2013, p. 47) (Figura 4).

Figura 4. Localização da matriz de Nossa Senhora Santa Ana



Fonte: Medeiros, 2020, p. 89.

Lado a lado aos colonos, aos currais e ao gado, fé e a religiosidade também imprimiam seus sentidos nos caminhos de penetração da pastorícia no sertão, ocupando espaços outrora apadroados pelas divindades índias e demarcando territórios através da edificação de templos cristãos com oragos dedicados à Virgem Maria ou a santos do panteão católico romano. (Macedo, 2013, p. 36).

O processo de cristianização se constituiu como fundamental para a construção territorial do Seridó. Em virtude de que, a origem da freguesia implicou na organização da própria estrutura territorial, no tocante às Capitânicas do Norte, com destaque para a Capitania do Rio Grande com a Paraíba²⁰ (Macedo, 2013).

²⁰ Para o início do período colonial, ou até mesmo antecedendo a criação da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, é difícil indicar sobre os limites que existiam entre as Capitânicas do Rio Grande e da Paraíba. Como apontou Macedo (2007), essa confusão esteve presente quando as autoridades coloniais eram obrigadas a manifestar preferência pelo sertão da Paraíba ou do Rio Grande, no que dizia respeito a doação das porções de terras para àqueles que requeriam nos espaços de fronteira.

A conformação territorial do Seridó, notadamente, pode ser tratada por meio de diferentes esferas. No entanto, nossa versão foi conduzida pela cartografia da ribeira e a cartografia da fé, pois, entendemos que, dessa forma, é ressaltado o vínculo entre cenário social, econômico e cultural desse processo. De acordo com isso, um aspecto importante que deve ser ressaltado sobre a conjuntura histórica, de qualquer abordagem, consiste na necessidade em evidenciar a sociedade, o espaço e o tempo. Pois, eles são responsáveis por definir tanto o processo, como o produto territorial, já que não é possível compreender a territorialidade, sem considerar o que a constituiu (Saquet, 2013; Raffestin, 1993).

Ainda, para o Seridó, não podemos ignorar a construção e o poder do discurso regionalista, ou melhor, o regionalismo seridoense que “guarda qualidade ímpares em *personas* como a terra, o homem e as mercadorias que produz” (Macêdo, 2012, p. 20). Dessa maneira, analisando historicamente tal território, percebemos o Seridó como humanizado que se tornou um espaço de identidade, ou espaço de identificação.

De acordo com Moraes (2020), como fruto da humanização desse espaço, o Seridó permanece impregnado de conteúdo simbólico representando, mas, principalmente, sobrepondo os signos das vivências regionais, as quais foram estruturadas pela correlação entre natureza e artefatos. Tal como o próprio significado de sertão, o Seridó carrega também multiplicidade de sentidos resultantes dos elementos que constituíram e compõe o lugar sertão do Seridó.

Em entrevista realizada em 2019²¹, Macêdo (2019) quando questionado sobre o que era o Seridó, em sua definição apresenta-o como um recorte cultural e geográfico. Mas, principalmente, como uma paisagem que abriga identidade, com origem no período colonial a partir da cartografia da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, e que foi persistente ao longo do tempo, sobrevivendo, até hoje, no mapa do Rio Grande do Norte.

O significado da permanência da identidade regional é perceptível, como ressalta Macêdo (2019), no modo do dizer e afirmação de pessoas como seridoenses, dificilmente recorremos a uma identidade exclusiva somente para municipalização. É uma identidade que não se perdeu, mesmo com as crises econômicas e secas, houve uma continuidade que esteve fundamentada no processo histórico de formação. Como aponta Moraes (2020), foi a estrutura

²¹ A entrevista, realizada em 2019, com Muirakytan Macêdo foi concedida ao ex-aluno e amigo P. Gleiber Dantas de Melo, estando disponível no seguinte *link* de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=DcVc4V_MTOg. Devemos destacar que para a produção historiográfica do Seridó com temas voltados para o processo de colonização luso-brasílica, patrimônio familiar, corpo, escravidão e cultura material seridoenses, os trabalhos de Macêdo são fundamentais.

espacial edificada por elementos concretos e simbólicos, materiais e imateriais que contribuíram para o pertencimento que marcam a sociedade seridoense.

2.2 *Entre fronteiras: territorialização da povoação do Jardim das Piranhas*

Para abordar sobre a construção histórica do município seridoense de Jardim de Piranhas, é necessário ter como ponto de partida, o entendimento sobre a relação entre espaço e suas marcas ambientais. Como já apontamos, para o sertão, o ambiente natural estava associado com as intencionalidades e a maneira que o espaço passava pela territorialização. Tendo em vista que, esse processo, era o resultado da intervenção dos indivíduos no meio, onde o próprio meio possuía o caráter de agente, no direcionamento das práticas dos grupos humanos (Moraes, 2014).

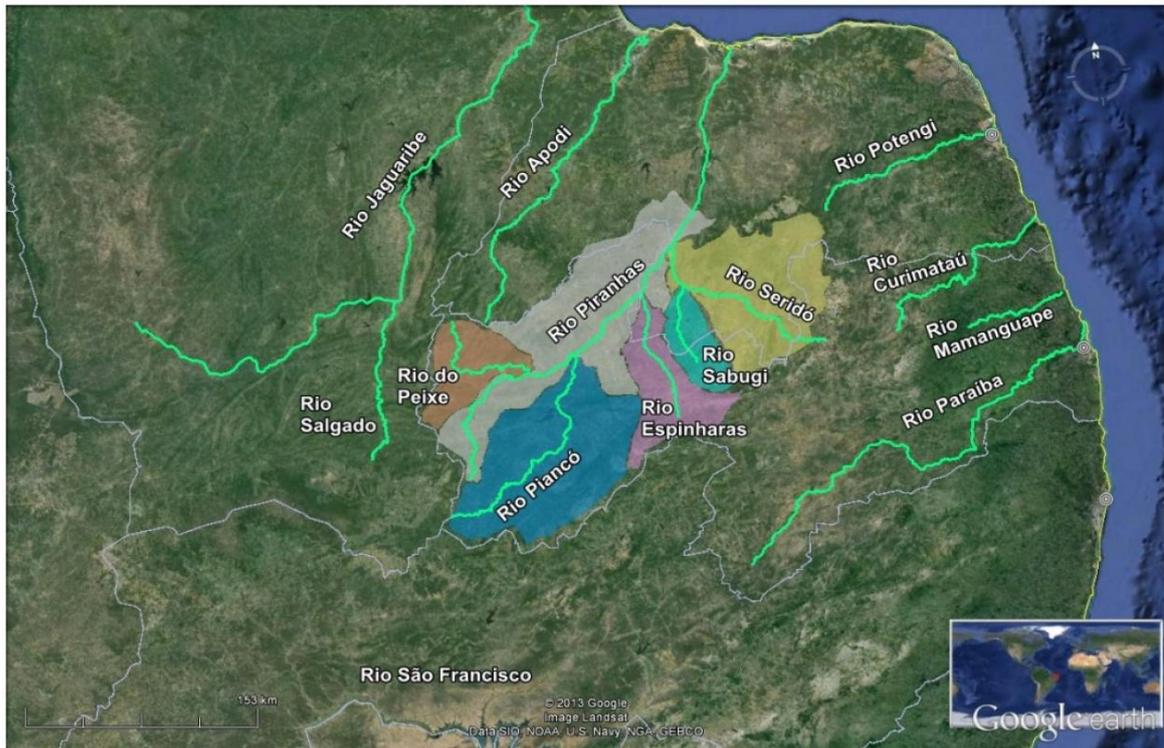
Notoriamente, as condições naturais atuam, enquanto base material, da existência dos diferentes grupos, em que a escolha de um lugar para morar, por exemplo, era norteadada pela escolha da natureza. A partir disso, ocorriam as alterações feitas pelas ações dos indivíduos para adaptar a natureza, que resultavam na produção de uma sociedade territorial (Santos, 2006). Assim sendo, a base natural para o sertão se constituiu, principalmente, na água, como recurso essencial, tal como podemos obter Braudel (1988, p. 105) “a água, sempre a água: é a matéria, o material da cidade”.

Logo, “a água e o seu caráter móvel, escorregadia, volátil e difícil de barrar, acabava interferindo na busca pela terra no Sertão” (Moraes, 2014, p. 90). E quanto aos rios “espécie de anfiteatro sobre o mar, indicam ao longe a linha das antigas praias, onde as aldeias se encontram instaladas como se estivessem numa varanda” (Braudel, 2001, p. 43). Isso posto, iniciamos pela água.

O sertão do Rio Piranhas faz parte da bacia hidrográfica do Piranhas-Açu, que abrange uma área de 42.900 km², e se encontra disposta entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Em virtude do clima semiárido, e pela concentração de chuvas em poucos meses do ano, os rios da região caracteristicamente possuem caráter intermitente. Porém, o principal deles que é o Piranhas-Açu, com 405 km de extensão, se determina como um rio perene e mesmo com os períodos de seca, desde tempos pretéritos, esse rio garante boa oferta de água ao longo do ano. Além disso, tem potencialidade quanto a extração de água, por meio de cacimbas ao longo de seu leito (Silva, 2015).

Fazia parte do fluxo do rio Piranhas, os rios do Peixe, Piancó, Espinharas, Sabugi e Seridó, cada qual com suas ribeiras no período colonial. Tal como afirma Moraes (2014), às terras, localizadas ao longo dessa bacia hidrográfica, eram valiosas considerando, sobretudo, a rudeza das condições ambientais sertanejas (Figura 5).

Figura 5. Rios e ribeiras que integraram a bacia do Piranhas-Açu no sertão colonial



Fonte: Moraes, 2014, p. 82.

Em termos de localização, não podemos deixar de entender também o sertão do rio Piranhas, como um espaço de fronteira. Por está situado entre as Capitânicas do Rio Grande e da Paraíba, e uma vez que os limites entre ambas as capitânicas eram tênues, as possessões de uma poderiam avançar sobre a outra e, assim, vice-versa. Inclusive, antecedendo o surgimento da povoação na Ribeira do Piranhas, os constantes deslocamentos e movimentos das populações indígenas habitantes dessa área, seguiam lógica própria, tecendo redefinições para essa área (Macedo, 2013; Moraes, 2015).

Os indígenas que habitavam o sertão do rio Piranhas pertenciam aos grupos Cariri e Tarairiu, integrantes da família Macro-Jê. Concentrados nas zonas interioranas, esses povos se caracterizavam pela mobilidade, por isso percorriam os limites entre as Capitânicas da Paraíba

e do Rio Grande do Norte. Logo, a mobilidade indígena compreendeu dois aspectos, inicialmente, a própria ambiência típica de deslocamento no sertão e, em segundo lugar, os acontecimentos que provocaram a desterritorialização e reterritorialização dos grupos com as iniciativas coloniais (Morais, 2015).

Interessante observar que Macedo (2007), em análise da distribuição de sesmarias nas Capitânicas da Bahia, Rio Grande e Paraíba, não constatou amplas referências quanto aos pedidos de terra, ao longo do Piranhas, para o século XVII. No entanto, através da tradição oral de moradores do Piranhas obteve referências, nas décadas de 1950 e 1970, com informações sobre a ocupação colonial ao longo do rio. Essas indicações mencionavam um “moço baiano” que, por meio de alianças com os grupos indígenas locais, passou a ocupar uma porção de terra, dedicando-a para o empreendimento pecuarístico.

Esse aspecto chama atenção, pois mesmo se caracterizando como peculiar, não diverge da lógica das alianças introdutórias, entre indígenas e europeus, desenvolvidas no início do período colonial. O espaço era cedido, pelos grupos indígenas, para esses indivíduos, em que era permitido que eles assentassem suas moradias e seus currais. Nesse caso, os indígenas ofereciam proteção contra os grupos inimigos, a partir do acesso aos objetos que ajudavam em sua proteção, como também contribuíssem para a defesa das iniciativas coloniais diretas. Portanto, além de evidenciar a relação de troca, denotava a conformação de estratégias de manutenção que buscavam garantir a própria sobrevivência dos grupos e a manutenção de arranjos com os aliados (Macedo, 2007).

Como uma forma de exemplificar, fazemos um paralelo com as alianças desenvolvidas no contexto da presença holandesa. Desde que ocupou diferentes territórios das Capitânicas do Norte, e até mesmo antecedendo o período de consolidação de sua presença, os holandeses queriam obter, fundamentalmente com o auxílio dos indígenas, informações detalhadas da terra. Desse modo, o conhecimento do espaço não ficou reduzido exclusivamente às áreas litorâneas, já que era comum expedições direcionadas para as zonas interioranas.

Foi produzida uma vasta documentação sobre as populações indígenas, destacando os registros descritivos e a representação por meio da pintura dos Tapuias, elaborada pelo pintor neerlandês Albert van de Eckhout, que integrou a comitiva artística e científica organizada pelo Conde Maurício de Nassau. Esses elementos foram frutos de uma política de

alianças definida, evidentemente com base em trocas, mas principalmente porque muitos dos grupos indígenas, aliados dos holandeses, eram inimigos dos portugueses.

“Ainda não tendo perdido suas terras, conhecedores do resultado dramático da convivência entre os brancos portugueses e os indígenas do litoral, esses “tapuia” optaram por uma aliança, apresentando um valor militar que foi sabiamente utilizado pelos holandeses” (Monteiro, 2007, p. 35). Nitidamente, consistia numa ação política, por parte dos holandeses, uma vez que esses grupos eram essenciais para o projeto de manutenção do território, pelo menos em um primeiro momento.

Com a expulsão dos holandeses, as chamadas alianças introdutórias continuaram como instáveis. Os primeiros contatos com os lusos, na segunda metade do século XVII, não foram definidos pela inimizade imediata, porém, isso se justificava pelos indígenas contribuírem para sua própria sobrevivência. Passando a agregar, inclusive, “suas técnicas de sobrevivência no ambiente da caatinga e aprendendo a guiarem-se pelos labirintos desconhecidos das matas espinhosas e ressequidas onde as temidas onças miavam e vários tipos de abelhas bezoavam” (Macedo, 2007, p. 153).

Quando o sentido da barbárie passou a ser utilizado como definidor, tanto das populações indígenas, como do próprio lugar sertão, essas relações perderam sua durabilidade. Os grupos passaram a ser combatidos como inimigos da ocidentalização²², nos diferentes sertões do Norte, lembremos dos conflitos das Guerras dos Bárbaros.

Posterior a esses acontecimentos, a presença indígena na Capitania do Rio Grande, pela historiografia tradicional, foi preponderante a ótica do desaparecimento, “reduzidos, foram sumindo, misteriosamente, como sentindo que a hora passara e eles eram estrangeiros na terra própria” (Casculo, 1984, p. 38). As versões que justificam o desaparecimento indígenas consistiram no dizimamento causado pelas guerras e epidemias, assimilação, por meio das vilas coloniais, passando a integrar inteiramente a sociedade colonial, ou voltaram para a vida errante buscando sobrevivência.

²² Ocidentalização diz respeito à maneira pela qual Macedo (2007) construiu sua perspectiva e leitura para analisar o processo colonial e, sobretudo, o impacto resultante do contato entre europeus e populações originárias. Corresponde ao processo histórico da “descoberta” e anexação do Novo Mundo, com a expansão da cultura ocidental, marcado pelo encontro do europeu com a imagem do *outro*, o qual representava o diferente, o bárbaro, o infiel e o oposto aos valores da cultura cristã. Portanto, a ocidentalização diz respeito, justamente, à integração dos corpos e das almas indígenas na tentativa de transformá-los em súditos dos reis e do Supremo Pontífice de Roma.

Destarte, os tópicos examinados até então, circunscrevem sobre a origem do município de Jardim de Piranhas. Sua terminologia tem como referência o peixe voraz *Pygocentrus*, uma espécie abundante nas águas do Piranhas e que, no início do povoamento colonial, foi responsável por imprimir medo aos moradores, devido aos numerosos e cortantes dentes. É por meio deste município que o rio Piranhas adentra no estado do Rio Grande do Norte, passando a receber as águas de todos os rios do Seridó.

Não se diferenciando de outras cidades sertanejas, Jardim de Piranhas originou do curral e da fé. Precisamente, sua fundação ocorreu a partir da implantação, em meados do século XVIII, da povoação chamada Jardim das Piranhas, que “Carregando o nome do rio que, em tempos difíceis de estiagens, personificava a abundância e esperança [...]. A pequena povoação carregava, com o mesmo peso, a marca do criatório e a elevação da fé, domada pelos vaqueiros e abençoada pela Virgem dos Aflitos” (Medeiros, 2020, p. 168).

Para além da própria narrativa histórica dita “oficial” é presente, ainda atualmente, o mito de fundação. Passado de geração para geração, é responsável por explicar a criação do município, com uma narrativa que “atravessou o tempo por meio da tradição oral, através das gerações, situando a fundação da capela (e da povoação!) num passado imaginário e pouco definido, se reportando com saudosismo aos eventos lendários” (Medeiros, 2018, p. 234).

O mito conta que três vaqueiros estavam tangendo o gado, e um deles ao tentar atravessar o rio Piranhas, junto com as reses, correu o risco de afundar em suas violentas águas. Com isso, os dois vaqueiros restantes fizeram uma súplica para a Virgem dos Aflitos, rogando para que todos sobrevivessem e conseguissem passar com os animais pelas correntezas e pelo peixe carnívoro abundante no rio. Tendo êxito e com a graça do milagre alcançado, como forma de retribuição, decidiram construir um templo religioso dedicado ao culto de Nossa Senhora dos Aflitos onde o rebanho, que estava sendo conduzido, parasse (Medeiros, 2020).

Nas terras em que o gado parou, os vaqueiros procuraram saber quem era o proprietário. E foi a partir disso, que a tradição local vinculou a construção da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, a grande proprietária de terras chamada Margarida Cardoso. Essa mulher assumiu o papel de responsável pela doação da porção de terra e de recursos para a edificação do templo religioso, o qual se definiu como o marco fundador do município.

Na tradição popular, tal como coloca Medeiros (2022), a figura de Margarida Cardoso foi construída enquanto uma mulher forte, influente e com alto poder financeiro,

ainda é lembrada pela generosidade, benevolência e religiosidade. Ademais, “as abordagens sobre Margarida Cardoso estão envoltas de muito saudosismo e valorização dessa personagem na história do município de Jardim de Piranhas e a importância que ela teve para sua fundação, somado à exaltação contínua ao extenso patrimônio que ela possuía” (Medeiros, 2018, p. 236).

É interessante observar o cenário de controvérsia presente na narrativa popular e mitológica de Margarida Cardoso. Como àquela que detinha vastos recursos, como também era a responsável por gerir os mesmos. Além de ser chefe do lar, que viveu com as irmãs até seu falecimento, e como não possuía herdeiros, doou seu amplo patrimônio para a capela de Nossa Senhora dos Aflitos. Todavia, essa descrição entrou em conflito com a pesquisa documental realizada por Medeiros (2022) que, por meio de fontes paroquiais e judiciais do Seridó, constatou outros dados a respeito dessa personagem, os quais entram em cena.

Nascida em 1729, Margarida Cardoso da Silva Barreto viveu nos sertões por noventa anos, e quando faleceu sua sepultura foi implantada na capela do Jardim das Piranhas, em 1819. Divergindo da oralidade, Margarida Cardoso manteve matrimônio com o capitão Sebastião Gonçalves de Araújo, até 1798. O falecimento de seu esposo ocorreu nesse ano, e o casal gerou sete filhos. Quanto ao patrimônio do casal, a partir dos inventários *post-mortem*, constatou a presença de bens como ouro, prata, ferro, escravos, terras e gados que, ao todo, somaram um valor de 1:369\$000. Essas informações foram verificadas no inventário do falecido esposo de Margarida Cardoso (Medeiros, 2022).

Em 1826, quando o inventário de Margarida Cardoso foi lavrado e inventariado, por uma de suas filhas chamada Joana Barreto, houve alteração no valor total dos bens. Sugere que essa mudança decorreu da fragmentação do patrimônio familiar, ou até mesmo em virtude da recorrência de secas, que poderia ocasionar a perda de posses. Diante disso, se registrou apenas a presença de uma mesa velha, uma casa de taipa e a propriedade de terras localizadas no sítio Barra de Baixo, local de sua moradia, somando uma quantia de 97\$000 (Medeiros, 2022).

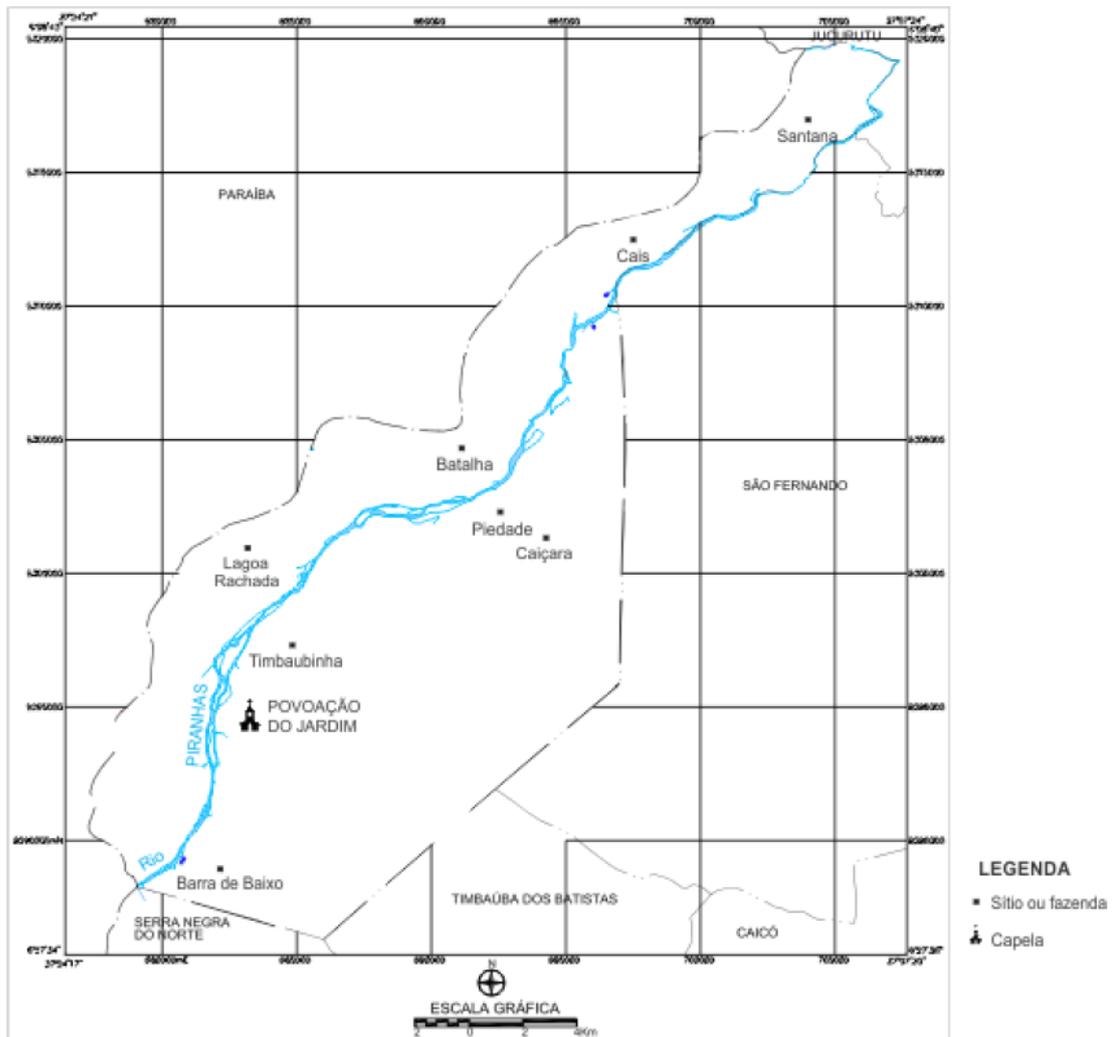
Diante disso, Medeiros (2022) chamou atenção para esses dados provenientes da documentação histórica, em razão dos desencontros com a narrativa oral e o que se encontrou nas fontes. À exemplo, a opulência exagerada do cabedal, solteirice e ausência de herdeiros, mas, especialmente, a ausência de alguma referência que atestasse a doação de terras para a construção da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos.

Ainda nesse contexto, outro aspecto foi demonstrado por Medeiros (2018), se refere a trajetória de Isabel de Barros de Oliveira. Nascida na Capitania do Rio Grande e filha de portugueses, casou-se em 1741, com um indivíduo chamado Manoel Gonçalves Rabelo, natural de Lisboa. Eram moradores na Fazenda Jardim, e de acordo com as informações contidas no documento de inventário, datado de 1763, possuíam um refinado patrimônio composto por peças de ouro, toalha de Guimarães, com o tecido bordado por técnicas europeias, acompanhado de peças que integravam um refinado aparelho de refeições.

Precisamente em 1798, Isabel de Barros de Oliveira foi inventariada, por estar em estado de demência. E uma informação importante, se tratou da menção da capela Jardim, na fazenda onde Izabel de Barros de Oliveira habitava, na Ribeira das Piranhas. “Em todo o corpo documental levantado e estudado, esta foi a passagem mais próxima que encontramos de um documento que mencionasse uma doação de terras para a capela de Nossa Senhora dos Aflitos” (Medeiros, 2018, p. 239). E conseqüentemente, esse dado abriu possibilidade para inferir que Izabel de Barros de Oliveira poderia ter sido a responsável pela doação do patrimônio territorial para a ereção do templo.

Espacialmente, podemos observar, a partir do mapa produzido por Medeiros (2018), os locais onde a família de Margarida Cardoso e a de Isabel de Barros estiveram implantadas na povoação do Jardim. Da mesma forma, é perceptível a extensão do rio Piranhas e, ao longo do seu leito, foram estabelecidos os primeiros locais de morada nesse território (Figura 6).

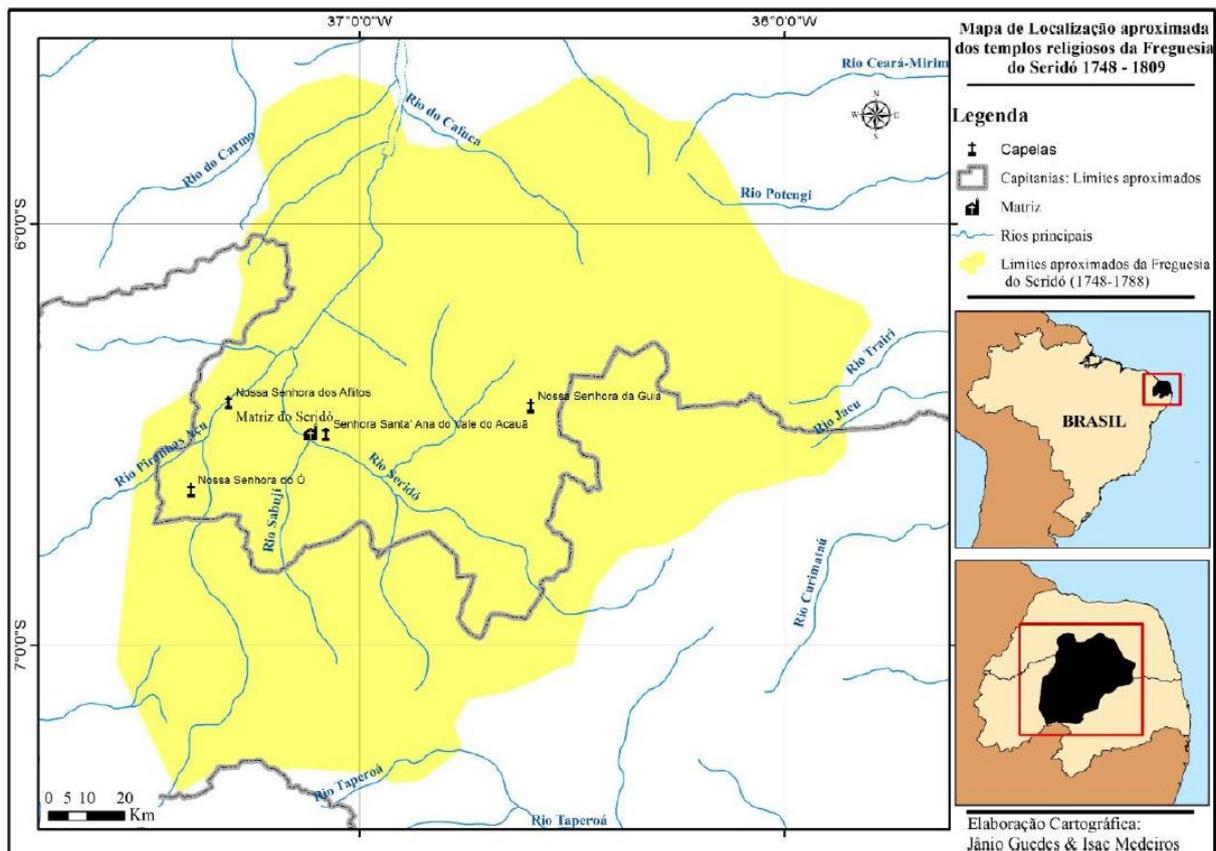
Figura 6. Povoação do Jardim das Piranhas no século XVIII



Fonte: Medeiros, 2018, p. 240.

Com o estabelecimento de um núcleo administrativo e espiritual, ocorreu a elevação ao nível de povoação por volta de 1790. E foi “por onde os aglomerados populacionais em torno do rio Piranhas se congregaram enquanto uma comunidade sertaneja” (Medeiros, 2022, p. 186). Salientamos que o território de Jardim das Piranhas pertencia a Capitania da Paraíba, integrando a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, passando a ser incorporada aos limites da Capitania do Rio Grande, em 1788, com a criação da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (Figura 7).

Figura 7. Localização da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos já pertencendo ao território da Freguesia do Seridó no século XVIII



Fonte: Medeiros, 2020, p. 93.

Não havendo diferença das demais localidades do Seridó, os homens e as mulheres que ocuparam o sertão do rio Piranhas, advinham de diversas partes da América lusa, mas principalmente das Capitãias da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Bahia. Para a povoação do Jardim das Piranhas tem destaque um casal de indivíduos, de origem da Capitania da Paraíba, que implantou moradia em uma fazenda e deixou vasta descendência, da qual nomes proeminentes do cenário religioso e nacional são vinculados.

Estamos tratando do padre João Maria Cavalcanti de Brito que está passando por processo de beatificação, sendo considerado como um santo milagreiro no âmbito popular. E seu irmão Amaro Cavalcante, que foi advogado e político com cargos no Supremo Tribunal Federal e no Ministério da Fazenda, como ministro. Os trisavôs desses homens foram o Capitão Comandante Bartolomeu Soares de Brito e Úrsula Josefa Cavalcante, esse casal, morador da Fazenda Jardim, foram responsáveis por dar origem ao núcleo familiar nesse território (Medeiros, 2022).

Quanto à presença indígena no atual território de Jardim de Piranhas, destacamos dois elementos: em primeiro lugar, pela narrativa popular foi registrado a existência de uma provável casa forte construída, e que foi habitada por Domingos Jorge Velho, no século XVII. Indicavam que essa construção estivesse localizada no antigo povoado Gancho, local em que os rios Piranhas e Espinharas se unem, e que corresponde atualmente a espacialidade situada na divisa entre as cidades de Jardim de Piranhas e Serra Negra do Norte (Santos, 2008).

No entanto, com a pesquisa arqueológica nessa área conduzida por Santos (2008) no ano de 2006, não houve a presença de vestígios arqueológicos que remetesse a essa casa forte. Esse autor, fez alguns apontamentos, sobre essa possível edificação, de início, observando a geomorfologia da região constatou que na área dos dois rios não tinha formações rochosas próximas, e caso a casa forte tivesse sido levantada, não seguia o mesmo padrão da base de alicerces presentes na casa forte do Cuó, por exemplo. Também passou por consideração, as variações geográficas no que compreende os leitos dos rios Piranhas e Espinharas, em virtude das fortes enchentes ocorridas no passado. Assim sendo, o deslocamento espacial deixaria, tanto vestígios na superfície como poderia deixá-los cobertos.

Concretizado a ocupação colonial luso-brasílica e pelo contexto do *desaparecimento*, para a Ribeira do Piranhas, nos séculos XVIII e XIX, tal como analisou Medeiros (2020) por meio das cartas de sesmarias requeridas, não foi registrada a menção de grupos indígenas, estando apenas justificativas voltadas para a criação de gado ou o plantio de lavouras.

Mas, com o contato com os documentos de registros de sacramentos, incluindo assentamento de batismos, matrimônio e enterramentos da povoação do Jardim das Piranhas, Medeiros (2020) identificou a presença de alguns indivíduos de qualidade indígenas. No assentamento de batismo conhecemos um indígena chamado Lino, filho de Miguel Corrêa e de Teresa de Jesus, natural de Vilar Flor e da Freguesia do Açú, respectivamente. Nos registros de casamento houve uniões firmadas entre pessoas de diferentes grupos, como foi o caso de Manuel dos Santos, de qualidade parda, e Joaquina Maria da Conceição indicada como “filha de índio”, o matrimônio foi consagrado na Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, em 1820. Por último, na ritualização envolvendo a morte se encontrou um sepultamento de indígena, com o óbito precoce, pois faleceu, com quatro meses de vida, e chamado de João, era filho dos indígenas Brás Martinho e Ana Maria Gonçalves, registrado em 1798.

É notório, por esses dados e apontado por Medeiros (2020), que todos esses indivíduos presentes na documentação carregavam nomes portugueses e participavam de ritos

que não pertenciam ao mundo nativo, dado o processo de ocidentalização. Contudo, nesse caso da povoação do Jardim das Piranhas, esses indivíduos receberam os sacramentos, no entanto, comparando com a Ribeira do Seridó existiam registros de indígenas se negando a aderir tais ritos.

Isso posto, é dessa maneira que iniciamos nossa narrativa, pela territorialização em conjunto com a evidenciação da maneira que o Seridó e, por conseguinte, Jardim de Piranhas, tiveram sua construção histórica. A partir de agora, a intenção é alcançar nosso lugar de pesquisa, sendo este o capítulo que se segue, o caminho que fundamenta a abordagem e perspectiva para o sítio arqueológico Oiticica 17.

3 RÚSTICOS CABEDAIS: ESTRUTURAS PRODUTIVAS, CASAS DE MORADA E OBJETOS DOMÉSTICOS DAS FAZENDAS DE GADO²³

Questões sobre propriedade de terra e de patrimônio, arranjos matrimoniais e familiares, movimento de pessoas e mercadorias foram ordenadas e desenvolvidas em torno do lugar de moradia. Com isso, a implantação do espaço doméstico, como também demais estruturas associadas, que configuraram a paisagem da fazenda de criação de gado, permaneceram como núcleo das diferentes estruturas que se desenvolveram e se instituíram no Seridó, ao longo dos séculos XVIII e XIX (Macêdo, 2015).

A unidade doméstica, conceito entendido a partir de Symanski (2022), para o cenário da pesquisa, consiste em um elemento central. Ainda assim, percorreremos pelas demais edificações que integram as fazendas de gado no sertão do Seridó colonial, e para além disso, pessoas e cultura material serão abordados nos tópicos seguintes. Diante disso, a perspectiva adotada para a construção deste capítulo tenta dialogar com a arqueologia doméstica, a qual foi implementada na arqueologia histórica em meados da década de 1980, baseada no interesse de arqueólogos históricos, em avaliar e pensar de maneira crítica a definição e os estudos voltados para os domicílios (Barile; Brandon, 2004).

As discussões desenvolvidas nesse contexto, foram construídas visando que demais tipos de artefatos fossem incluídos nas pesquisas, e não exclusivamente os restos arquitetônicos. E um importante aspecto, foi a associação entre contextualização e as pessoas que estavam presentes no lugar doméstico, passando ambos os elementos a integrarem a elaboração das informações e interpretações a respeito do sítio arqueológico doméstico (Barile; Brandon, 2004).

Alguns fundamentos estruturam a arqueologia doméstica, e que atuam, consequentemente, como possibilidade de abordar o sítio doméstico como, por exemplo, incluir as pessoas que viveram no espaço doméstico, considerar não apenas o núcleo familiar, mas agregados e trabalhadores e compreender as práticas dedicadas a manutenção do espaço, além dos bens e móveis encontrados no mesmo. Cada ponto desse gera dados passíveis de análises, em que além do lixo primário e secundário, diferentes tipos de fontes que carregam informações do lugar, das pessoas e dos artefatos presentes devem ser abordados. Dessa

²³ Destacamos que o título deste capítulo tem como inspiração a obra de Muirakytan Macêdo, **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII)**.

maneira, a arqueologia doméstica valida diferentes âmbitos e fontes de informações que demonstram, entre tantos aspectos, sobre os sistemas socioeconômicos que o sítio doméstico fez parte (Allison, 1998).

3.1 Estruturas produtivas e casas de moradas: as fazendas de gado do Seridó

Para a construção da fazenda de criar gado no Seridó três elementos, considerados como básicos, eram necessários, sendo estes os currais, a presença de uma fonte de água e o pasto. Tais componentes garantem para a fazenda o status da condição de boa. Aliado a isso, havia as unidades produtivas, as quais estavam associadas com a funcionalidade e produção que a propriedade possuía. Esses eram os elementos condicionantes para pensar o poder econômico e posses avantajadas do proprietário, o qual tinha o seu cabedal medido, sobretudo, a partir da dimensão dos currais (Diniz, 2013; Macêdo, 2015; Oliveira, 2021).

“O valor das posses de terras crescia com benefícios, era preciso ocupar, plantar, criar e construir” (Vieira Jr, 2004, p. 84). Para além das casas de morada, currais e presença de água para o combate à seca, a valoração da propriedade era demonstrada pela presença de casa de farinha, engenho de rapadura e o beneficiamento de algodão. E foram essas estruturas, mapeadas nas fazendas do Seridó, que produziram, como denominou Diniz (2008; 2013), a arquitetura do gado que possuía o caráter vernacular.

A arquitetura vernacular, que representa e demonstra sobre a identidade local, era desenvolvida a partir da fabricação de tijolos e argamassa e a aplicação de caibros, bravos e ripas, obtidas de árvores da região, seja carnaúba, angico, aroeira ou pereiro, pois apresentavam resistência e durabilidade (Feijó, 2002). Em consonância com isso, havia a exploração e o emprego de condicionantes locais na construção das edificações, resultando no próprio modelo construtivo de cunho regional (Marques; Azuma; Soares, 2009).

Enquanto unidades produtivas, diretamente vinculada com a economia e com o cabedal que o proprietário possuía, destacamos, em primeiro lugar, o espaço onde ocorria a fabricação de farinha. Como já ficou evidente, a atividade prioritária do sertão foi a pecuária, com isso, as pequenas porções de terra destinadas às outras atividades eram minoritárias, tal como o cultivo de gêneros de subsistência.

Como atividade subsidiária ao criatório, a agricultura esteve concentrada em pequenas áreas das fazendas, visando apenas o sustento de cada sítio. O plantio e cultivo de

alimentos eram desenvolvidos com base na necessidade de cada indivíduo, no caso de vaqueiros sem terras e escravizados, eles produziam e negociavam produtos diretamente com os proprietários de terra. Acabava sendo uma maneira dos vaqueiros aumentarem suas posses, e dos escravizados acumularem o suficiente para as alforrias. Comumente, se plantava no sertão, jerimums, melancias, melões e feijão, com exceção destes, apenas a mandioca e o algodão que tiveram expressividade no cenário do comércio colonial a partir da exportação entre as diferentes regiões (Macêdo, 2015).

Na dieta sertaneja, a farinha de mandioca ainda é um importante componente, e nos séculos passados, seja em espécie ou com os instrumentos necessários para sua produção, foram incluídos na listagem de bens presentes em inventários no Seridó. A farinha assumia mais valor nos períodos de grandes secas “[...] a falta da farinha tornava seu preço inestimável. Quem a possuía guardava-a para a própria sobrevivência. **O ouro não a compraria, pois mesmo ele não compra, em eventos catastróficos, o que não há para se comer**” (Macêdo, 2015, p. 92, grifo nosso).

O espaço onde se realizava a fabricação da farinha de mandioca podia variar, já que estaria de acordo com o poder econômico do responsável. Para as pessoas mais pobres, todos os instrumentos necessários como a roda de ralar, a prensa e o forno eram alocados dentro da cozinha, porém no caso de a prensa ser grande ficava disposta fora da casa. Quando a fazenda dispunha de outros espaços, costumava ter uma casa de farinha que era ligada com a moradia familiar, Pedroza (2014) coloca esse aspecto como possível continuidade de um hábito indígena. É interessante observar que, pelos menos, em relação a produção da farinha, diferentes pessoas, independente do status socioeconômico, integravam algum nível dessa economia.

Muitas vezes esses lugares recebiam o nome de engenho ou aviamento de fazer farinha, e não era necessário detalhamento e complexidade na sua estrutura construtiva, podendo ser um simples espaço em um terreno plano. Era formado apenas por um cômodo, com um telheiro sustentado por colunas, estruturadas por madeiras ou tijolos, sendo menor quando comparado com outras edificações da fazenda e havia de ser contíguo à casa (Medeiros Filho, 1983; Diniz, 2008).

Na Freguesia do Seridó a produção da farinha de mandioca se constituía como baixa, uma vez que grande parte de seu plantio estava localizado na periferia, próximo às terras

férteis situadas nas serras do planalto da Borborema²⁴, que se definiam como os lugares mais propícios à agricultura no sertão. No inventário arquitetônico realizado por Diniz (2008), foi mapeado a Fazenda Cabaceira, localizada atualmente no município de Ouro Branco, essa propriedade possuía uma casa de farinha. Para melhor visualizar esse espaço produtivo, abaixo segue a planta baixa e alguns instrumentos utilizados no fabrico (Figura 8 e 9).

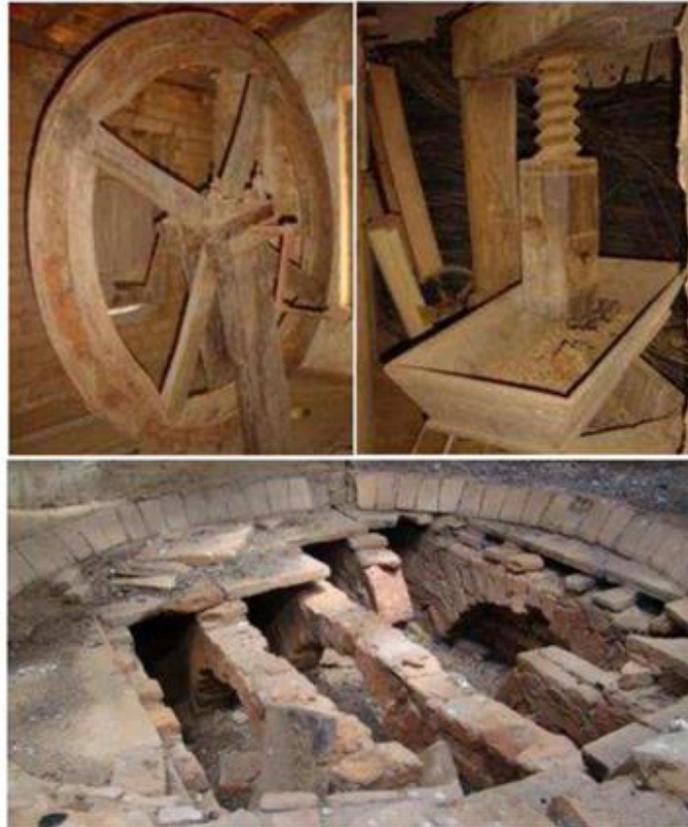
Figura 8. Casa de farinha da Fazenda Cabaceira, localizada no atual município de Ouro Branco/RN



Fonte: Diniz, 2008, p. 118-120.

²⁴ O Planalto da Borborema encontra-se situado entre os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, o qual tem como principal característica por ser o mais marcante relevo do Nordeste. As serras e chapadas atingem altitudes que variam de 300 a 800 metros de altitude. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=449857&view=detalhes>. Acesso 03 nov. 2023.

Figura 9. Roda, prensa e forno utilizados na fabricação de farinha



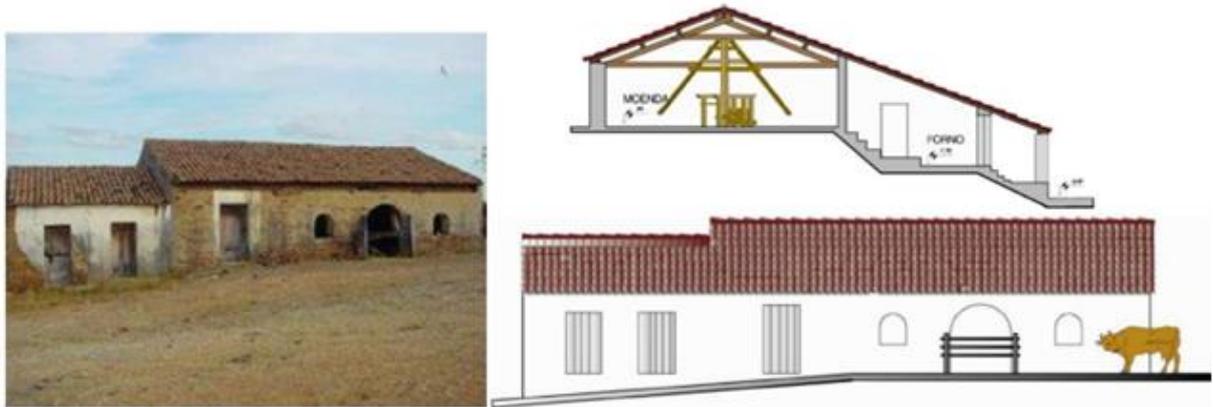
Fonte: Diniz, 2008, p. 118-120.

Outra importante unidade produtiva ligada à alimentação consistiu no engenho de rapadura, posto que “doce no sertão é açúcar. [...] A rapadura é comida parelha de feijão, queijo, batata e farinha. Adoça o café dos mais pobres, diluída água, é garapada para menino enganar a fome. Raspada, adoça a coalhada com mais gostosura que o açúcar branco” (Faria, 1980, p. 84).

Mesmo com preponderância de uma produção fora do sertão, a rapadura integrou o mercado interno do Seridó na condição de um produto de consumo local. A presença de engenhos ou fábricas de rapadura foram evidenciados por Diniz (2008) também na Fazenda Cabaceira. Seu processamento se dava pela tração animal, onde a cana-de-açúcar era passada em moenda de três rolos de ferro horizontal, acionada por almanjarras. A estrutura da moenda, chamada de castelo, tinha sua confecção em madeira, como também todas as peças que transmitem a moenda para a força motriz vinda dos bois.

Exigia um espaço mais elaborado, visto que a edificação deveria ser assentada em terreno com uma topografia descendente, isso era necessário para que a garapa escorresse por meio da moenda. E com a gravidade acabava caindo no tanque, passando assim para os tachos de cozimento (Figura 10).

Figura 10. Engenho de rapadura localizado na Fazenda Cabaceira, localizada no atual município de Ouro Branco/RN



Fonte: Diniz, 2008, p. 113-114.

Marcadamente do século XIX, a cotonicultura significou para o Seridó ascensão econômica, advindo de um contexto de consolidação do setor agrário com a agricultura mercantil. No Rio Grande do Norte se realizou o plantio de duas variedades de algodão: herbáceo e arbóreo. O algodão herbáceo tinha um ciclo vegetativo mais curto, com duração de cerca de um ano, e era o mais passível às pragas. Enquanto o algodão arbóreo, conhecido como “mocó” ou “Seridó”, se adaptou ao sertão, com as raízes mais profundas, se tornou resistente às secas e infenso às pragas (Macêdo, 2012).

Com o extenso plantio do algodão “mocó” no Seridó, a região se enquadrava economicamente no cenário internacional²⁵, mesmo que indiretamente, devido a qualidade da fibra que era matéria-prima para tecidos finos. Propício para o sertão, por dialogar diretamente com a alimentação do gado, já que “o caroço era queimado que nem bagaceira de

²⁵ De modo geral, para as províncias do “Norte” a produção algodoeira passou a concorrer com o açúcar, em razão do contexto do quando teve destaque na exportação mundial. Isso diz respeito a duas crises conjunturais que aconteceram nos Estados Unidos. Primeiramente, a Guerra da Independência Americana (1776-1783) e a outra ocasião se tratou da Guerra de Secessão (1860). Sem a principal fonte que fornecia tal produto, a Inglaterra passou a buscar por outros mercados para que houvesse o abastecimento de sua produção têxtil.

engenho. Depois é que aprenderam a dar ao gado; ração boa que *afina o cabelo* e faz “crescer” o leite das vacas” (Faria, 1980, p. 166).

O beneficiamento de algodão era realizado em um espaço, sem a necessidade de ser elaborado. Como as etapas da atividade econômica consistiam, essencialmente, em descaroçar e ensacar o algodão, se fazia suficiente um armazém para guardar a bolandeira, máquina utilizada para o descaroçamento do algodão que funcionava pela tração humana, animal ou a vapor. Porém, havia somente uma condição para a disposição do equipamento, onde o piso deveria ser elevado e vazado para que os caroços do algodão caíssem e deixasse a pluma separada (Diniz, 2008).

De autoria de Lamartine (1965), o relato abaixo podemos observar a transição e conhecimento desse indivíduo sobre as primeiras máquinas destinadas para o descaroçamento de algodão (Figura 11).

Conheci, quando ainda era menino, duas das primeiras máquinas (moendas) de descaroçar o algodão. Eram manuais e acionadas por dois homens robustos. Beneficiavam, em 8 ou 10 horas de trabalho, no máximo quatro arrobas, ou sejam, 60 quilos de algodão em pluma. Essas máquinas foram depois substituídas por boladeiras tracionadas por bois, que começavam a trabalhar pela madrugada; descaroçavam até 240 kg de algodão no decorrer de um dia de trabalho. (Lamartine, 1965, p. 44).

Figura 11. Bolandeira utilizada na manufatura do algodão da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, localizada no atual município de Ouro Branco/RN



Fonte: Diniz, 2008, p. 120.

Não apenas se igualando, mas chegando a superar a pecuária no século XIX, a economia algodoeira era formada pelo mercado da compra de algodão em caroço, e essa matéria-prima passava a ser beneficiada pelos comerciantes ou pelos próprios fazendeiros. Ocorrendo também negociações do algodão, ainda bruto, de sítiantes menores, rendeiros, escravos e agregados. Nesse caso, essas pessoas não tinham condições de executar o custoso trabalho de descarregar o algodão de maneira manual, e como não possuíam condições financeiras para obter o engenho, com todo maquinário, vendiam seu excedente (Macêdo, 2015).

“A fama da fibra longa do algodão mocó correndo mundo, arregalando os olhos do comércio. A boca mais escancarada da usina engolindo também as safras das ribeiras vizinhas e até dos municípios fora do Seridó” (Faria, 1980, p. 166). Claramente, o algodão do Seridó integrou o mercado regional, o qual houve valorização como um excedente de produção familiar, inclusive com a participação de pequenos produtores, já que o plantio do algodão não alterava a rotina de outras produções como milho, feijão e mandioca (Macêdo, 2015).

Foi apontando por Faria (1980) que o decaimento da produção do algodão mocó se deveu a ausência de incentivos e iniciativas voltadas para o melhoramento da fibra, e a falta de manutenção da qualidade do produto que “passando nas máquinas toda qualidade de algodão, espalhando semente ruim, num processo criminoso de *castear* o trabalho de tantos anos da natureza” (Faria, 1980, p. 166).

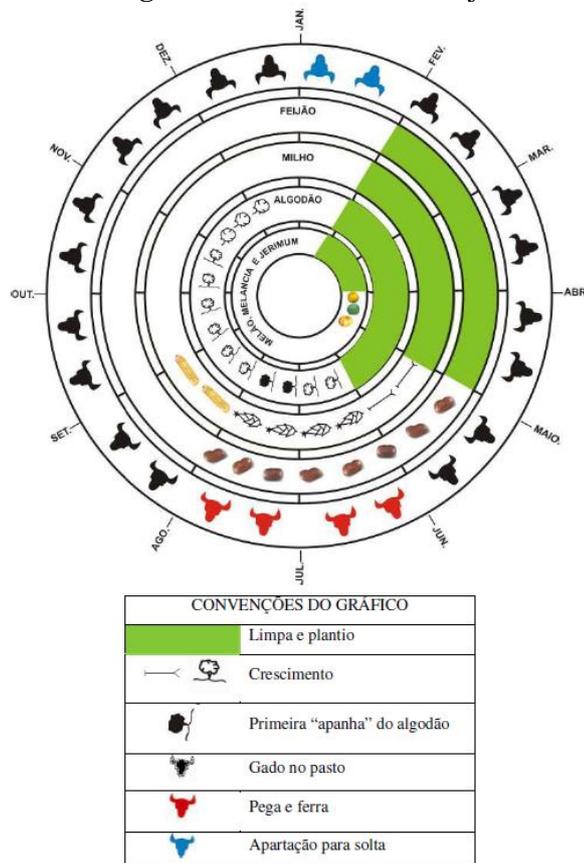
Todavia, a persistência simbólica do algodão no Seridó, mesmo que as plumas do plantio se encontrem ausentes há um tempo da paisagem seridoense e “sua economia não mais produz o *ouro branco* e principalmente a sua mais nobre variedade, o *mocó*” (Macêdo, 2002, p. 98), continua a gerar valores simbólicos no regionalismo e na memória popular. O algodão é lembrado como o período de erguimento econômico da região, em um cenário que “reencenam um Seridó orgulhoso de si, exportador de um produto cuja excelência foi reconhecida no Brasil e no exterior” (Macêdo, 2002, p. 98).

As duas economias principais para o Seridó passaram a ocupar lugares distintos. A pecuária corresponde a fundação, que acompanhada do misticismo católico, foi responsável pela configuração do território. Tanto que a Gloriosa Senhora Santa Anna é a padroeira de vários municípios seridoenses, tal como é a padroeira dos pastores. E a cotonicultura, além do avanço econômico, demarcou a transição entre o período imperial para o republicano,

responsável por colocar o Seridó numa escala diferente do estereótipo sertão e litoral²⁶, também adquiriu um aspecto laico e de superação da economia do açúcar (Macêdo, 2002).

Dentre tantas coisas que é, o Seridó também é o resultado das pessoas e do que elas fizeram com a terra, como já citamos. Percebível pela relação entre estruturas físicas e os ciclos econômicos, se fez expressivo também com a maneira de medir os meses do ano, transfigurado no calendário natural por meio dos períodos de chuva, favoráveis à produção rural. A partir da ilustração disponível em Macêdo (2007), podemos conhecer o calendário do plantio sertanejo²⁷ (Figura 12).

Figura 12. Calendário sertanejo



Fonte: Macêdo, 2007, p. 69.

²⁶ Somente em termos contextuais, a mudança do lugar do **sertão** do Seridó no âmbito político e econômico, em comparação com a zona litorânea do Rio Grande do Norte. Devido a produção do algodão que imperou e, por causa disso, elevou os preços e sufocou outras culturas produzidas para o consumo interno deu voz a elite algodoeira. Dado a insatisfação desses indivíduos com o governo estadual ocorreu a mudança no eixo político estadual passando a vigorar, como colocou Macêdo (2012, p. 206), "do litoral ao Seridó".

²⁷ Destacamos para o termo sertanejo dois significados, primeiro, no século XVIII como referência apenas como coisa do sertão e, em segundo lugar, no século XIX quando ocorreu sua difusão e relacionado às pessoas moradoras do lugar sertão (Bonato, 2010).

Se as estruturas produtivas estiverem correlacionadas com o âmbito econômico, os espaços de morada têm vínculo com o próprio processo de ocupação luso-brasílica. Erigir uma casa representava a construção da sede da propriedade, além disso, era o lugar que concentrava todas as atuações domésticas ligadas aos hábitos e práticas societárias e, notadamente, que se desenvolveu a partir das condições oferecidas para sua edificação (Lemos, 1989).

As transformações ocorridas nas casas do Seridó no decorrer dos séculos XVII a XIX, revelam, principalmente, a maneira que esse espaço foi ocupado pelos luso-brasileiros. Fundamentalmente, foram três modelos de edificações: 1) casa de pedra e cal; 2) casa de taipa; 3) casa de alvenaria.

Se configurando como preponderante o sentido plural, as habitações do Seridó caracteristicamente ficaram conhecidas como “casas de morada” e “casas de vivendas”. Abrigando em um mesmo local a “vivenda”, ou seja, trabalho e a “morada” onde ocupavam, em um mesmo teto, mas em cômodos separados os filhos casados, agregados e escravizados. Espacialmente, eram construídas em diferentes tamanhos, dado que estavam de acordo com as posses e a prole do proprietário da fazenda, contando também com os agregados e números de escravizados que coabitavam no mesmo local (Macêdo, 2015).

1 – À frente da morada, não fazendo parte arquitetônica da mesma, havia o *copiar*, *copiá* ou *cupiá*. Era uma varanda contígua à casa, um alpendre dianteiro. [...]. A porta de entrada da morada dava para o copiar, ficando a soleira da porta em um nível mais elevado do que o alpendre. Passava-se do copiar, para a sala da frente, galgando-se um batente.

2 – A *sala-da-frente*, da mesma largura de toda a residência, tinha geralmente uma única porta partida e duas janelas voltadas para o copiar. Ao meio da largura da sala-da-frente, na parede do fundo da sala, havia uma porta denominada de *porta-do-meio*, que dava acesso ao corredor da casa.

3 – O *corredor*, partindo da porta-do-meio, em direção aos fundos da morada. Aos lados do corredor, abrindo portas para o mesmo, ficavam os quartos de dormir.

4 – Os *quartos de dormir* que, nas casas menores, eram apenas em número de dois: a *alcova*, do uso do casal, e a *camarinha*, onde dormiam as filhas solteiras da casa. Os quartos não possuíam janelas.

5 – A *sala-de-trás* ou de *janta*, ao final do corredor, deitando porta para o exterior do prédio, cuja arquitetura, propriamente dita, ali terminava.

Anexos à morada, havia a senzala e outro cômodos. Na traseira da casa existia uma área, chamada de *muro*, cercada por um alto muro, no qual abria-

se um portão de comunicação com o exterior. (Medeiros Filho, 1983, p. 55, grifos do autor).

Foram implantadas na parte mais elevada do terreno, com a fachada em direção ao nascente, para que o sol da tarde não incidisse na fachada principal, e garantisse o aproveitamento dos recursos de ventilação e sombreamento. Era uma localização que permitia que o proprietário visualizasse as outras edificações presentes em sua fazenda, aspecto esse que denota um controle do espaço (Feijó, 2002; Diniz, 2008; Borges, 2015).

sempre “atrepada” nos altos na defesa de todo o dia contra o calor e o cangaço. Alpendres acolhedores, copiares das conversas sertanejas. Patriarcado nascido e estrumado com a força dos currais [...] – centro dos pequenos mundos para as famílias dos moradores e vaqueiros – onde o destino do homem tinha o limite geográfico dos proprietários”. (Faria, 1980, p. 167-168).

No tocante às habitações do Seridó, a presença de casas edificadas em pedra e cal não representa um estilo construtivo habitual. Esse modelo remete às “casas fortes”, que foram importantes estruturas, marcadamente do final do século XVII, que possuíam como característica o uso civil associado com a defesa militar (Macêdo, 2015). No Seridó, construídas dessa maneira, existe apenas da Casa Forte do Cuó, a chamada Casa de Pedra²⁸ e parte da estrutura da casa sede ainda presente no sítio arqueológico Culumins (Figura 13).

²⁸ Atualmente está localizada na parte central da cidade de Caicó/RN, a memória local atribui ao ano de 1730 como de sua construção, em que o morador mais conhecido consiste em um indivíduo chamado Antônio da Rocha Gama, português natural de Torre de Moncorvo, e teria habitado esse lugar entre os anos de 1775 e 1830 e, ainda hoje, é utilizada como residência.

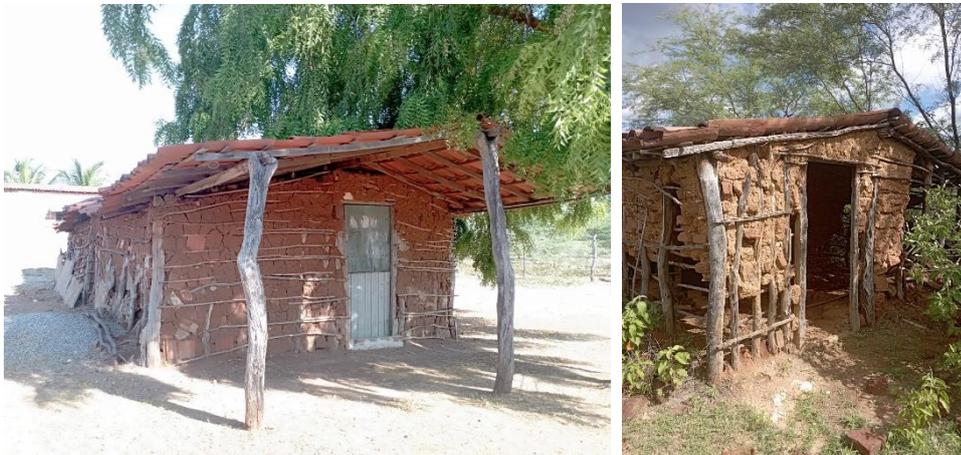
Figura 13. Estrutura da casa sede do sítio Culumins, localizado em Caicó/RN



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia do Seridó (Las – Ceres/UFRN).

As casas de taipa remetem ao período inicial do povoamento luso-brasílico no Seridó. Esse estilo construtivo se determinava por ser uma construção rápida, que era erguida a partir do barro amassado, com o arranjo de madeiras trançadas e amarradas com tiras de couro. Em virtude da forma que desenvolvia sua construção, também é conhecida como “taipa de sopapo” de argila molhada, pois os moradores, com as mãos, barreiravam as paredes, rebocando aos sopapos. Eram térreas, em virtude de não conseguirem apoiar com segurança pavimentos superiores, não possuía resistência e durabilidade devido a matéria-prima empregada, com isso, as evidências materiais são reduzidas (Figura 14).

Figura 14. Casa de taipa no Seridó Potiguar



Fonte: Fotografia e composição de imagens elaborada pela autora, 2023.

Quando adentramos no século XIX, acontece a transição das construções em taipa para a alvenaria, determinada pela adoção de tijolos. Fundamentalmente, se determinou como um processo lento: “passaram a construir de tijolos, apenas as frentes das moradas, permanecendo de taipa o restante da construção. Finalmente prevaleceu a casa de alvenaria, que permitia edificações mais amplas, mais altas as cumeeiras, o aparecimento dos sótãos, etc.” (Medeiros Filho, 1983 p. 56).

Desse período, são essas casas que sobrevivem na paisagem do sertão do Seridó, obviamente que a maioria das casas sedes passaram por modificações. Mas também, tal como supõe Diniz (2008), algumas delas presentes hoje nas fazendas, pertencem ao século XX, mas que são resultados da continuidade quanto ao modo de construir à maneira do século XIX (Figura 15).

Figura 15. Casas das fazendas Timbaúba dos Gorgônios e Umary



Fonte: Diniz, 2008, p. 181-185.

Produzido no Seridó do século XIX, sobretudo, são essas estruturas que permanecem hoje na condição de patrimônio que carrega consigo forte carga simbólica, resultante da convergência entre pessoas e meio. Pela lógica da sociedade colonial foi preponderante a *qualidade*²⁹ e condição dos indivíduos, logo, *as gentes* moradoras das fazendas e que

²⁹ Paiva (2015) informa sobre a maneira pela qual as diferentes pessoas foram hierarquizadas e classificadas, considerando diferentes aspectos que rementiam as suas qualidades, como ascendência familiar, proveniência, origem religiosa, traços fenotípicos. Claramente, que as qualidades poderiam passar por modificação ao longo da vida do indivíduo, uma vez que estavam sujeitas as percepções sociais e individuais de outros agentes que são baseadas em conveniências e circunstâncias.

estruturou essa sociedade, advinha do nascer ou tornar-se, seja vaqueiro, escravizado, forro ou pobre, esses indivíduos arroteavam da figura do proprietário da fazenda.

Dada a própria natureza da economia da pecuária, determinada pela necessidade de baixo investimento para sua implantação, possibilita a ascensão socioeconômica. Uma pessoa poderia iniciar como um simples vaqueiro e depois sua qualidade ser modificada para *homem bom*. Por exemplo, através do sistema de arrendamento do gado, ou da *sorte* como se chamava, era passível o acúmulo de quantias, sendo aplicada em um arrendamento ou compra de um sítio iniciava, assim, a própria cria de gados e o plantio de lavouras. Não consistia como engessada, havia perspectiva de mobilidade socioeconômica, nesse sentido, diferentes indivíduos podiam ter mudança em seu status (Macêdo, 2015).

3.2 *Pela cozinha e sala de refeições: cenários do servir*

Para além das estruturas edificadas, a compreensão do âmbito doméstico deve incorporar as dinâmicas entre objetos com as pessoas, que tem como resultado a cultura material, a qual possui “uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente cultura” (Pesez, 1990, p. 180). Logo, ao redor do grupo doméstico, conceito baseado em Symanski (2008), ocorre o ordenamento, em um mesmo espaço, de elementos estruturais e organizacionais que “se exprime no concreto, nos e pelos objetos” (Pesez, 1990, p. 181).

Correlacionado ao exposto, detalhamos a respeito da unidade doméstica, tendo em vista que apresenta vestígios comportamentais das pessoas que habitaram o lugar. Essa perspectiva coloca o grupo familiar, configurando uma unidade social básica, já que foi responsável pelo material depositado nos sítios arqueológicos domésticos (Symanski, 2022). Nesse sentido, são os objetos que estiveram comumente presentes nas unidades domésticas sertanejas que abordaremos a partir da cozinha e da sala de refeição.

A abordagem desse último âmbito, tem como intencionalidade fornecer, diretamente, um plano de fundo, ou melhor, a construção de um cenário, para os tópicos que se seguem. Serão as faianças refinadas, objetos de nossa análise, que evidencia o elemento socioeconômico para um lugar, isto é, sítio arqueológico Oiticica 17. Logo, as discussões traçadas nos ajudam a compreender como elas apareceram no contexto mais amplo.

Localizada aos fundos das moradas, a cozinha era a área destinada ao preparo e consumo de alimentos, se tratava, de maneira geral, de um espaço com pouco valor, por isso ocorreu a falta de reconhecimento enquanto um espaço da casa. Considerando o período colonial, a cozinha desempenhava a função de acolher as relações íntimas à família, em que representava a área de acesso para os moradores da unidade doméstica. Estando localizada espacialmente no final da morada, como já apontado, e com a frente voltada para o quintal (Vieira Jr., 2004).

Em relação a arquitetura desse cômodo se definiu como simples, se caracterizando como um anexo ou “puxado” com teto de palha ou chão batido. Nesse espaço havia apenas um fogão a lenha e uma baixa quantidade de utensílios destinados ao preparo de comida feita, geralmente, em panelas de barro. Marcadamente no final do século XIX, houve modificações em sua estrutura, todavia, o modelo citado anteriormente foi, até então, comum para as moradas localizadas nas áreas urbanas e, principalmente, rurais (Vieira Jr., 2004).

Como uma extensão à casa, além dos utensílios dedicados ao preparo das refeições, na cozinha tinha também uma rede armada e/ou uma esteira sobre o chão batido, onde as mulheres, do núcleo familiar, esperavam a comida ficar pronta. O teto muitas vezes era feito de palha de carnaúba, o chão molhado se igualava ao restante da casa que advinha da terra batida. A esfera íntima era o que definia esse cômodo, da mesma forma que, era o lugar que pertencia e significava, pois, apenas a família circulava (Vieira Jr, 2004).

Especificamente para as fazendas do Seridó, no século XVIII, a cozinha tinha como perfil construtivo a taipa e não se encontrava diretamente ligada com a casa. Já no século XIX, marcadamente o período que modificações ocorreram, foi o momento da adesão da cozinha ao espaço de morada, no entanto, foi continuada sua permanência aos fundos (Diniz, 2008).

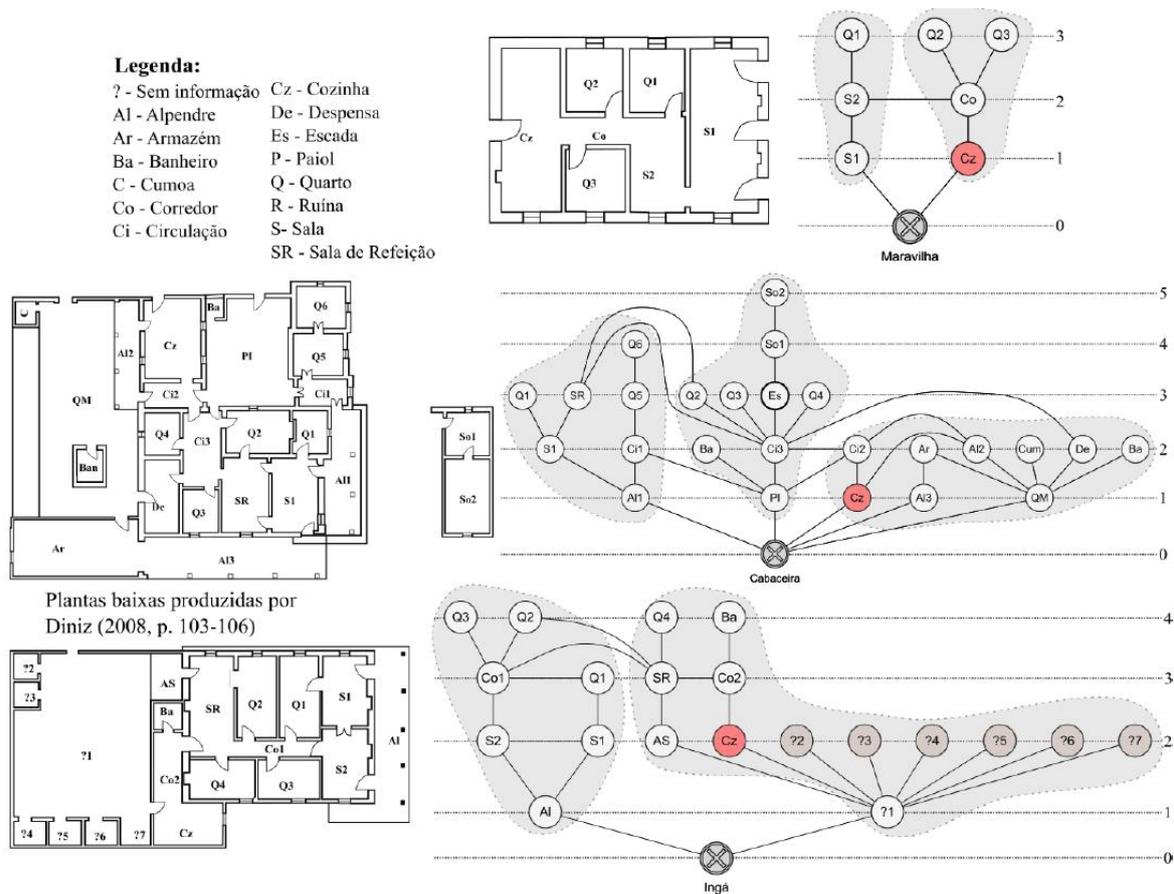
Tendo como objetivo perceber, através das casas sedes das fazendas do Seridó, relações de manutenção de hierarquia e conformação das relações cotidianas entre diferentes agentes no âmbito doméstico, Oliveira (2021) utilizou o método de sintaxe do espaço. A partir disso, a autora construiu dados comparáveis, por meio da representação gráfica de plantas baixas das casas, para a elaboração de grafos. Como resultado inicial, foi observado duas configurações das plantas: 1) a distributiva, quando o acesso a determinado cômodo poderia ocorrer por meio de uma via; 2) a configuração não-distributiva, estabelecida por apenas uma única forma de acesso a um determinado cômodo.

Foram um total de 30 plantas baixas de casas sede analisadas por Oliveira (2021), gerando dados interessantes para pensar sobre a área da cozinha e a sala de refeição. A percepção de que os cômodos com as funções de preparo, armazenamento e serviço doméstico era acessado, majoritariamente, por meio da cozinha, incluindo também o exterior da casa. Nesse sentido, observamos que não havia acesso entre os cômodos relacionados ao universo de recepção, pois a sala de estar ou de refeições não estava ligada diretamente com a cozinha. Portanto, a circulação interna estava estruturada numa clara divisão entre público e privado, mas também entre pessoas do núcleo familiar, agregados, trabalhadores e escravizados (Oliveira, 2021, Macêdo, 2015).

Usualmente, as casas possuíam duas portas de entrada, sendo a primeira localizada na parte da frente após o alpendre e a segunda estava inserida nos fundos. Essa segunda entrada, diretamente para a cozinha, pelo exterior, permitia que pessoas que executavam atividades nesse setor não tinha acesso a área de recepção da casa. Para esse ambiente de trabalho estavam as mulheres, trabalhadores e escravizados que podiam também ser moradores da unidade doméstica (Oliveira, 2021).

A seguir destacamos a análise obtida pela sintaxe espacial executada por Oliveira (2021) das casas sede das fazendas Maravilha, Cabaceira e Ingá. Observemos a circulação e o espaço da cozinha na própria edificação (Figura 16).

Figura 16. Grafos das fazendas Maravilha, Cabaceira e Ingá



Fonte: Oliveira, 2021, p. 131.

Materialmente o espaço da cozinha contava com uma tremepe que assentava o fogão à lenha, mesa e bancos de madeira forrados com couro. Quanto aos objetos desse cômodo, para o cozimento dos alimentos, como o queijo da terra, dispunham em tachos de cobre, tinas, bacias, gamelas, pilões e potes de barro. Muitos dos utensílios da cozinha apareciam listados nos inventários como, por exemplo, os tachos de metais, uma vez que eles eram raros, tendo como matéria-prima o ferro e cobre, fundidos na Europa, possuíam valor pela sua origem. Mesmo que na documentação estivessem categorizados sob a forma de velhos ou sem uso, ainda estavam presentes, pois poderiam ser fundidos (Diniz, 2008; Macêdo, 2015).

A obra *Velhos Inventários do Seridó*, de autoria de Olavo de Medeiros Filho, é composta pela análise e transcrição de quinze inventários de famílias do Seridó, datando de 1754 até 1875. Essa obra oferece uma abordagem e classificação dos bens inventariados a partir do tipo de atividade outrora desenvolvida na fazenda de criação de gado. Como o autor afirmou: “grande parcela do passado seridoense acha-se ali retratada” (Medeiros Filho, 1983,

p. 3), com base nessa publicação, listamos abaixo os utensílios de cozinha presentes nas unidades domésticas do Seridó (Quadro 1).

Quadro 1. Utensílios de cozinhas listados em inventários de famílias do Seridó

UTENSÍLIOS DE COZINHA
Tachos de cobre
Tábua de fazer queijo, ou tábua de cincho
Formas de madeira
Bacia de cobre
Panelas de ferro
Panelas vidrada
Espetos de ferro
Almofarizes com seus cabos, de bronze, cobre ou latão
Grelha de ferro
Facão de ferreiro
Faca de punho de osso, própria para abrir carne
Bule de metal do príncipe (metal branco)
Cafeteira
Chaleira de ferro
Trempe de ferro, onde se cozinhava, utilizando-se a lenha
Potes de barro, conservados sobre cantareiras de madeira
Gamelas de imburana
Vasilhas em forma de tijelas muito grande
Bacias
Bacia de forno
Pilão de madeira
Pedras de moinho
Moinhos, utilizados no beneficiamento dos alimentos
Latas de diversos tipos

Fonte: Medeiros Filho, 1983, p. 63.

Ainda damos destaque para o texto a seguir contendo um relato feito por Lamartine (1965), que infere sobre o cotidiano da cozinha (preparo e consumo de alimentos, transformações que o lugar sofreu com a chegada de novos bens) pelos objetos, bem como atua como indicativo quanto ao acesso e presença de objetos importados.

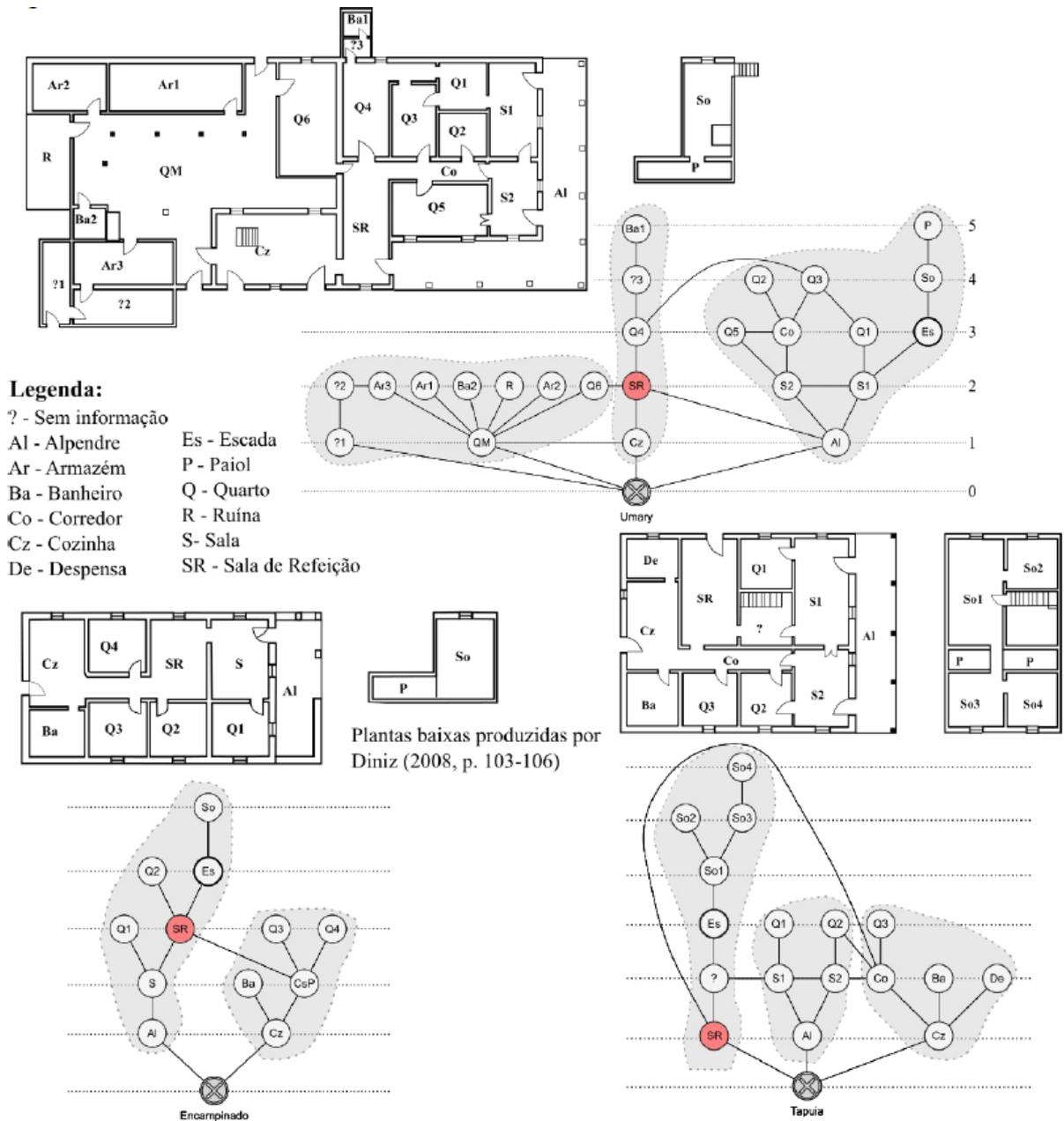
Nela apenas o tacho de cobre era importado. Na fartura do inverno, fazia-se queijo e manteiga-de-garrafa para comer nos meses de sêca. Os queijos eram arrumados em jiraus pendurados aos caibros por arames grossos que perfuravam cuias de cabaça para evitar a descida dos ratos. Na outra cozinha (o maior compartimento da casa), onde se preparavam as refeições, a trempe foi depois substituída pelos fogões de alvenaria e chapa de ferro. Panelas, terrinas, alguidares, quartinhas, jarras, etc., de barro cozido e manufaturados nas fazendas pelos “louceiros” que, ainda hoje, as vendem nas feiras sertanejas. Mas a louça de verdade, a pó-de-pedra e porcelana, era comprada na “praça” e vinha importada da Europa. (Lamartine, 1965, p. 25).

Passamos agora para a sala de refeição, ou como também é chamada a sala de trás ou ainda sala da janta. Fazendo parte do mobiliário uma bacia com água para lavar as mãos, mesa e bancos, ocupar esse espaço significava servir e ter um comportamento de acordo com as regras sociais, no momento da refeição, quando a família recebia suas visitas. A etiqueta sertaneja era conduzida pelo dono da casa, à exemplo, todos se sentavam à mesa somente quando o mesmo fizesse. Seja pela memória, seja pela historiografia local, de maneira expressiva, a sala de refeições se faz bem presente como um lugar de forte presença masculina (Diniz, 2013; Macêdo, 2015; Oliveira, 2021).

Retornando para a sintaxe do espaço proposta por Oliveira (2021), a sala de refeição sempre possui acesso direto à parte externa da frente da morada, contudo, representa também o elo entre as salas destinadas ao público externo com a cozinha, do âmbito privado. Conseqüentemente, se configurou como o ponto interno responsável por interligar as áreas funcionais, devido a isso, tem como retrata a demarcação de autoridade e hierarquias.

Ainda é importante salientar que nos resultados obtidos por Oliveira (2021), houve casos definidos pela autora como intermediário entre lugares do público e privado. Isso se trata da expressiva presença dos cômodos utilizados para a armazenagem de produtos ou de instrumentos relacionados ao trabalho nas estruturas produtivas da fazenda. Existia, assim, uma área de transição que era conduzida pela sala de refeições, como podemos perceber pelos grafos abaixo (Figura 17).

Figura 17. Grafos da sala de refeição e sua circulação interna nas fazendas Umary, Encampinado e Tapuia



Fonte: Oliveira, 2021, p. 134.

A cultura material desse cômodo segue o padrão do cabedal do sertão, caracteristicamente as mesas eram largas para que acomodasse toda a família, agregados e visitas, embora não fugisse do habitual que filhos menores e mulheres fizessem as refeições no chão. No tocante aos objetos de mesa, os pratos de cerâmica possivelmente tenham sido mais comuns, não excluindo também as cabaças para as famílias de cabedal mais baixo (Macêdo, 2015).

Além disso, os talheres compostos de garfos e colheres de latão e pratos de estanho eram consideravelmente mais baratos. Em relação a isso, Macêdo (2015) destaca que mesmo para as famílias de maior cabedal, o número de talheres consistia como inferior, ou podia ocorrer de ser um pouco acima do número de habitantes da casa. Havia uma presença maior de colheres e garfos, e para realizar o corte de alimentos auxiliado pela faca de mesa era raro. Alguns alimentos como carnes, já eram colocados à mesa cortados em fatias, com possibilidade de serem rasgados no momento da refeição. Não estava ausente a presença de talheres de prata, mas Macêdo (2015) aponta que não era utilizado diariamente em virtude do valor eram considerados como joias e guardados como poupança, uma vez que integravam o conjunto de bens passados em dote.

Para os indivíduos sem cabedal e, principalmente, aqueles na condição de escravizados, os objetos utilizados no momento da refeição era escasso, já que o uso da mão para amassar grãos cozidos e fazer a mistura com a farinha, sendo sorvido aos punhados consistia como comum. Também era usual o prato ser partilhado por todos, a partir da cuia de cabaca, recipiente de origem vegetal e versátil, serviam para armazenar água, bebidas, grãos e mel. Poderiam se tornar igualmente prato, copo, medidas de volume e vasos que enchiam os portes (Macêdo, 2015).

Considerando um contexto mais amplo que atuou como um definir para o século XIX, pelas mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas, norteadas pelo processo civilizatório e ascensão do capital, foram elementos que houve reflexo direto na cultura material. Até então, os objetos de mesa cumpriam essencialmente uma função em que ainda não era exposto como ostentação diária em armários envidraçados. Os aparelhos como sopeiras, talhares e pratos passavam a maior parte do ano guardados nos baús, sendo retirados apenas em ocasiões festivas ou pela presença de visitantes ilustres. Esse cenário se modifica aos poucos com a adesão de móveis, durante o século XIX, mais elaborados destinados a acomodar os objetos de valor da família, como também exibi-los com a adesão de cristaleiras (Macêdo, 2015).

Inseridos na sala de servir e retornando para a obra de Medeiros Filho (1983) listamos os objetos de mesa que integraram os inventários das famílias do Seridó (Quadro 2).

Quadro 2. Objetos de mesa presentes no universo doméstico das famílias do Seridó

OBJETOS DE MESA
Copos de prata
Copos de metal de flandes e de estanho
Copos de vidro, dos tamanhos pequenos e grandes
Copos de vidro, com ou sem lavores
Copos de vidro, com pés, com pés de cálice, próprios para neles beber-se vinho
Copos brancos, de vidro
Copos de cobre
Copeira, com cinco copos dourados
Pratos, pequenos e grandes
Pratos ordinários e finos
Pratos de estanho, de flandes, de pó-de-pedra, de louça do Porto
Pratos brancos, de beiras azuis
Travessa, da beira azul
Pires grande, de louça de Macau, vinda da China
Aparelhos de chá, de pó-de-pedra, e finos
Terrina, de pó-de-pedra
Bandeja grande
Púcaro de beber água, feito de estanho
Cocos de tirar água aos potes, de cobre e de prata
Colheres de latão, para uso no trivial
Faqueiros de prata, salvas, conchas, escumadeiras, peliteiros
Talheres, de prata lisa, e com lavores ou vazadas
Talheres de chapa (folha metálica), também de prata
Colheres de chá e de retirar açúcar, de prata
Garrafões
Garrafas, dos tipos: brancas, brancas e douradas, brancas lisas e pretas
Garrafas lisas
Vidros e frascos variados
Botelhas, garrafas de boca estreita, próprias para nelas guardar-se vinho

Buscando visualizar ainda mais os utensílios de cozinha e mesa presentes no âmbito doméstico sertanejo, adotamos a literatura de cordel, que devido a associação com os livretos ou folhas soltas que circulavam em Portugal, a produção brasileira recebeu esse nome. Se trata de uma terminologia recente, e é importante destacar que existem distinções entre a literatura de cordel lusitana com os folhetos produzidos no Brasil, entretanto, a literatura de cordel não deixa de ser o termo mais utilizado e consagrado (Santos, 2018).

Tendo uma origem nordestina pelas populações rurais marcando meados do fim do século XIX, a base da tradição oral dos cordéis esteve nas cantorias, isto é, os poemas cantados pelos repentistas com o uso de uma viola quando se reuniam para realizarem desafios de cantoria. Os cenários eram os acontecimentos e vivências do/no sertão das fazendas, campos e povoados rurais ou urbanos, festas, feiras livres. São fontes de inspiração e de informação do cotidiano e contexto social, pautado nas transformações dos modos de vida no sertão e no sertanejo. Compreende, dessa forma, desde pequenos acontecimentos do dia a dia até condições de vida de camadas populares, deslocamento das pessoas em razão da seca, enfraquecimento do poder político, despontamento do cangaço (Dias, 2022; Santos, 2018).

O século XIX data a origem da literatura de cordel, por isso que selecionamos grande parte dos folhetos de autoria de Leandro Gomes de Barros. Classificado como o primeiro escritor brasileiro da literatura de cordel foi responsável por sistematizar essa produção. Nascido na Paraíba, no Sítio Melancia, cidade de Pombal, em 1865, foi autor de mais mil folhetos, os quais possuem cerca de dez mil edições, tem seu nome definido como um poeta satírico e crítico de costumes com cordéis tidos como memoráveis. As temáticas abordadas se caracterizam como diversas, com temas universais e atemporais incluindo a ambientação regional ligada a identidade cultural (Santos, 2018).

Quanto aos cordéis lidos, alguns foram associados à autoria de João Martins de Athayde, que nasceu em 1880, também na Paraíba, é considerado como um autor fecundo e editor responsável pela expansão da produção de cordéis. Visto como uma figura emblemática da literatura de cordel, pelo fato dele ter comprado da viúva os direitos dos cordéis de Leandro de Gomes de Barros, explicando o fato de alguns folhetos de Leandro de Barros ter como autoria de João de Athayde (Santos, 2018).

Foram um total de 130 cordéis lidos, disponíveis em acervo *online* consultado a partir do *link*: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ruicordel&pagfis=1995>.

Toda a análise dos cordéis foi direcionada pela procura de referências sobre os utensílios domésticos e o contexto que eles poderiam aparecer. Com isso, elaboramos uma ficha de leitura para que houvesse a coleta das informações e sua estruturação, se trata de uma ficha básica composta dos dados que julgamos serem indispensáveis para esse processo.

Destacamos, a seguir a ficha utilizada que apresenta os seguintes atributos: título do cordel; autor; data e local de publicação; tema tratado; possível citação; páginas; palavras-chave; *link* de acesso; data de acesso; responsável pelo preenchimento; data do preenchimento; o sinal de asterisco (*) para sinalizar quando a informação não constava no cordel lido.

Quadro 3. Ficha de coleta de dados utilizada na leitura dos cordéis

FICHA DE COLETA – CORDÉIS	
Título do cordel:	
Autor:	
Data e local de publicação:	
Tema tratado:	
Possível citação:	
Páginas:	
Palavras-chave:	
<i>Link</i> de acesso:	
Data de acesso:	
Responsável pelo preenchimento:	
Data do preenchimento:	

Legenda: * para quando a informação não constar no cordel lido.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

De todos os cordéis lidos, em 13 apareceram referências de objetos domésticos (Quadro 4) inseridos em acontecimentos do cotidiano sertanejo: pessoas saindo do sertão devido à seca, nomeados de retirantes, cenário religioso, questões do governo brasileiro associado com a fome e, principalmente, os objetos de mesa na conjuntura do casamento. Ressaltamos que não faz parte de nossa intenção fornecer uma análise ampla e detalhada dos cordéis, por isso justificamos a seleção de dois cordéis sobre a temática de casamento. É um momento festivo, mas também de preparação da casa para ser habitação, tendo destaque a

figura da mulher como responsável pela escolha dos objetos que precisam para a morada. Por último, destacamos que reproduzimos a grafia das palavras e termos, tais quais encontramos nos cordéis consultados.

Quadro 4. Distribuição dos folhetos da literatura de cordel pesquisados

CORDÉIS PESQUISADOS		
Quantidade lida	Cordéis com presença de objetos domésticos	
	<i>Quantidade</i>	<i>Títulos</i>
160	14	O casamento
		Bento, o milagroso de Beberibe
		O retirante
		O sertanejo no Sul
		As consequências do casamento
		Genios das mulheres, a mulher roubada, um beijo aspero
		O homem que come vidro
		Affonso Penha, a urpha, uns olhos
		O azar e a feiticeira, a orphã, sonhos de ilusão
		O diabo na nova-ceita (a vingança de um filho)
		As coisas mudadas, historia de João da Cruz
		O padre jogador
		O reino da pedra fina

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No cordel com o título de “O Casamento”, é possível observar diversos elementos: 1) os gêneros alimentícios que fazia parte da dieta sertaneja; 2) necessidade de comprar mobília e roupa; 3) presença de status socioeconômicos; 4) construção familiar; 5) itens necessários para a cozinha e mesa. Temas que demonstram sobre a rotina da construção de uma família pelo casamento e a cultura material pertencente aos diferentes espaços da unidade doméstica.

O Casamento

Quem é que casa-se agora
 Vendo o mundo como está?
 Tudo ficou as avessas,
 De dez anos para cá;
Farinha de mil e quinhentos,
Feijão de mil e duzentos,
Carne a dez tostões o quilo;
Pois não há quem não se vexa
No rio não há mais peixe.
Caça no mato? Nem grilo!

Case-se num tempo desse.
 Vá constituir família.
Logo o que primeiro compra
É a roupa e a mobília;
Há de preparar a casa
Que é onde o pobre se arrasa:
É preciso fingir-se nobre;
Dizem, e eu certifico,
Que não há defunto rico
Nem pode haver noivo pobre;

[...]

Casamento é um ato sério
 Que tem o que analisar.
 Sustentar uma mulher
 Do que ela precisar;
Fazer compras no mercado
Comprar-lhe roupa e calçado.
Leque, chapéus, extratos.

E agora ninguém fale
Em festa de igreja e baile
Reuniões e teatros

**Vamos agora na casa
Ver o que tem precisão,
Vamos entrar na cozinha
Principiar o fogão.
Precisa comprar chaleira,
Uma grelha, uma assadeira.
Caçarola p'ra guisar,
Comprar isso já a força.
Diz a mulher; compre louça,
Não tenho em que cozinhar.
Compra aparelho de louça
Para a mesa de jantar,
Compra enfeite para a sala
Para ninguém censurar,
Conserva jarro enfeitado.
Copo que não seja usado.
Sustenta a maldita pompa
Ela os mais velhos dá fim
Diz sorrindo: só assim
Um novo agora se compra.**

[...]

Fonte: Disponível em <http://www.poeteiro.com/2020/01/poetas-populares-leandro-gomes-de-barros.html>. Acesso em 27 out 2023, grifo nosso.

O segundo cordel com a mesma temática que o anterior, tem como título “As consequências do casamento”, publicado em 1910, no Recife. O casamento foi tratado como um prejuízo para o homem, devido as contas e gastos que teria com a casa principalmente por

ter que repor coisas que quebraram. São os trechos onde os objetos domésticos aparecem que evidenciamos abaixo, inclusive destacando a capa do cordel (Figura 18).

Figura 18. Capa do cordel “As consequencias do casamento”



Fonte: Disponível em <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.11997/1872/As%20Consequencias%20do%20casamento.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso 27 out 2023.

As consequencias do casamento

[...]

Já está pensando na vida,

Quando ouvi ella dizer:

Vá á venda comprar pratos,

Não tem mais em que comer,

O ultimo hoje emprestei

Não me mandaram trazer.

**Quando for comprar os pratos,
 Compre chicaras que não tem,
 Compre duas caçarolas,
 Uma chaleira também,
 Vai se lembrando e pedindo
 Em vez de dez, pede cem
 A grelha já está quebrada,
 Já furou-se o caldeirão,
 Talvez a amanhã não tenha,
 Em que cozinhar feijão,
 Já o bule está sem aza,
 Já pegou fogo o pilão.**

**Os talheres estão sem cabo,
 Está sem tampa o manteigueiro,
 A toalha já está rôtá,
 Quebro-se o açucareiro,
 O côco largou o fundo,
 O pote é que está inteiro.**

Vae ele á venda traz tudo
 Sem faltar uma encomenda,
 Diz ella: agora meu negro,
 Eu preciso de fazenda,
 E também de miudeza,
 Galão, bico, fita e renda

[...]

“Em suma, uma “casa”, seja ela qual for, dura e não para de testemunhar” (Braudel, 1995 p. 238). Assim sendo, o caminho percorrido até então pode ser condensado na abordagem sobre a vida material (Braudel, 1995) das fazendas de gado do sertão do Seridó, pela junção entre elementos econômicos e sociais. Tendo como base Miller (2013) compreendemos que consiste como tênue a separação entre sujeitos e objetos, levando em conta, a teoria da objetificação estruturada por esse autor “os objetos nos fazem como parte do processo pelo qual os fazemos” (Miller, 2013, p. 92). Logo, os objetos, criados pelos indivíduos a partir da natureza, oferecem para nós, a própria capacidade de compreensão, tanto enquanto agentes atuais quanto os agentes do passado.

Especificamente neste capítulo construímos uma abordagem que associasse as estruturas de fazenda e os objetos, com a intenção de demonstrar sobre a vida material da sociedade sertaneja, mas também introduzindo, enquanto perspectiva, a arqueologia doméstica. Versamos então, sobre o cenário da pesquisa, e a partir de agora adentramos, precisamente, ao sítio arqueológico Oiticica 17, bem como aos artefatos de faiança refinada por um viés econômico, enfoque desta pesquisa.

4 SÍTIO ARQUEOLÓGICO OITICICA 17: CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A escrita deste capítulo é composta pela descrição das informações sobre o sítio arqueológico Oiticica 17 e os procedimentos de pesquisa de campo realizados nele. Antes, sentimos necessidade de realizar breves apontamentos sobre o contexto arqueológico do Seridó, o qual se define por uma linha temporal contínua de ocupação humana. Em virtude da presença expressiva de sítios arqueológicos, abarcando desde o período holocênico até ocupações que podemos associar a arqueologia do passado contemporâneo, e caracteriza a região como de grande potencial (Borges, 2020).

Datando do final da década de 1980 tiveram início as pesquisas arqueológicas que visaram e contribuíram para a compreensão dos horizontes culturais, refinamento das cronologias estabelecidas e reconhecimento de variações regionais e estilísticas, em sua maioria, para os sítios arqueológicos pré-históricos (Borges, 2020).

Enquanto espaço específico de pesquisa, esse mesmo cenário não se repete quando se trata dos sítios arqueológicos do período histórico no Seridó, uma vez que esse panorama se configura como escasso de trabalhos dedicados à arqueologia histórica na região. Defendemos que essa conjuntura começou a se modificar a partir do ano de 2016 com a atuação do Laboratório de Arqueologia do Seridó³⁰ (Las – Ceres/UFRN), principalmente, com o projeto de pesquisa “Arqueologia em casas de fazenda na região do Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidade no sertão do Rio Grande do Norte”³¹. Associado a este projeto, pesquisas foram desenvolvidas, as quais geraram publicações (Silva; Souza; Batista, 2020; Oliveira, 2021; Souza, 2022) tratando sobre a ocupação histórica do Seridó através de diferentes perspectivas³².

³⁰ Este laboratório faz parte do departamento de História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Centro de Ensino Superior, localizado no município de Caicó.

³¹ Coordenado pelo professor Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, o projeto objetiva através de levantamentos documentais, pesquisas de campo e laboratório na área de arqueologia, compreender a ocupação sertaneja no Seridó Potiguar com foco nas estruturas residenciais ou a essas associadas encontradas nas áreas de fazendas de gado ligados ao período colonial.

³² Consideramos importante destacar pesquisas de dissertação de mestrado dedicadas ao estudo de sítios históricos da região do Seridó em andamento: 1) Igor Gadelha Soares, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco, com a pesquisa “Arqueologia histórica no sertão Potiguar: o sítio arqueológico Besta Braba 02”; 2) Maria Eduarda Soares Dias de Medeiros, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com a pesquisa “Estudo das louças brancas do sítio arqueológico Santa Claro 02, São Fernando, Rio Grande do Norte”; 3) Vanessa Dantas Evaristo, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em

A relação com os condicionantes ambientais é visível no processo de ocupação humana, em diferentes períodos, no Seridó. À exemplo, os sítios arqueológicos com pintura rupestre dessa área estão localizados próximos a cursos d'água, isso atesta o Seridó enquanto espaço que forneceu condições para uma ocupação humana prolongada. Mesmo com a instabilidade climática, elemento caracterizador da região, e que contribuiu na definição do modo de vida das populações desde a pré-história (Borges, 2010).

Neste caso, tais indivíduos possuíam um regime de subsistência determinado pelo deslocamento populacional, isto é, o seminomadismo, o qual era regido pelo índice pluviométrico anual. Por conseguinte, não pode ser anulado que os grupos humanos se adaptavam ao ambiente, em que ocorria a exploração dos diversos nichos ecológicos que forneciam os suprimentos necessários para a sobrevivência. Logo, essa foi a maneira que os grupos humanos da pré-história viviam, até a implantação da sociedade colonial, embora tenha sido comum a relação e interação direta com o ambiente pelos diferentes agentes longo da ocupação humana no Seridó (Borges, 2010).

Logo, a realização dessa pesquisa voltada para o sítio arqueológico Oiticica 17 também permanece inserida no contexto de desenvolvimento das pesquisas em arqueologia histórica no Seridó Potiguar. Nesse caso em particular possui ligação com a arqueologia preventiva, dado que o Oiticica 17 foi identificado a partir disso.

4.1 Oiticica 17: contextualização arqueológica

O sítio arqueológico Oiticica 17³³ foi identificado no âmbito da arqueologia preventiva através do projeto de “Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área da Bacia Hidráulica da Barragem de Oiticica, municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu, no Rio Grande do Norte”³⁴. De maneira geral, o empreendimento objetiva a regularização do curso do rio Piranhas, por meio da integração com o complexo de obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (HCoutinho, 2022).

Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade do Recôncavo da Bahia, com a pesquisa “A cerâmica de barro do sítio arqueológico Santa Clara 02, São Fernando/RN”

³³ O ponto central do sítio arqueológico Oiticica 17 permanece com as seguintes coordenadas UTM 695645 9309067.

³⁴ Processo Sei/Iphan nº 01421001554/2013-69, um total de 23 sítios arqueológicos foram resgatados na área da Barragem de Oiticica.

A importância da Barragem de Oiticica se constitui em não apenas minimizar as enchentes, mas sobretudo propiciar o aumento da oferta de água, visando o abastecimento da região do Seridó Potiguar. Além disso, conta em atender a demanda de água para irrigação e piscicultura, abastecendo para a população ribeirinha, geração de energia elétrica e, por último, contribuir para o incentivo do turismo da região com o desenvolvimento de recreação e lazer, por exemplo (HCoutinho, 2022).

O projeto compreendeu duas fases de pesquisa: 1) tida como fase inicial, houve a realização de diagnóstico da área para que auxiliasse no planejamento de ações de logística, avaliação do avanço da cota de água da barragem, identificação de processo pós-deposicionais que tenham afetado o registro arqueológico, o estado de conservação dos sítios e, de forma não interventiva, estipular os locais de possíveis alvos para as intervenções arqueológicas; 2) a segunda etapa pautada nas ações interventiva, aconteceram as atividades de campo com a coleta do artefatos em superfície, escavações arqueológicas com áreas abertas em ampla superfície, trincheiras exploratórias ou unidades de escavação com 1 x 1 m, semelhante a sondagem (HCoutinho, 2022).

O contexto arqueológico correspondente aos sítios³⁵ que integram o projeto da área da bacia hidráulica da Barragem de Oiticica se define, fundamentalmente, pela proximidade com grandes corpos hídricos, como os rios Piranhas e Seridó. Diante disso, indica processos de ocupação pré-histórica e histórica em regiões de terraço fluvial, com isso, os sítios arqueológicos possuem vínculo direto com o ambiente. Por exemplo, os sítios líticos se caracterizam pela predominância de quartzito, em sua indústria, denotando relação com a matéria-prima disponível na região, no entanto, alterna também com matérias-primas macias e não tão fragmentárias como sílex, advindos em nódulos ou blocos pelos rios. No tocante aos sítios históricos, a partir da cerâmica utilitária, a associação com a cadeia produtiva se configura pela possibilidade de captação de argila nas barrancas de rios e açudes, com fornos construídos nos quintais das casas (HCoutinho, 2022).

Localizado no município de Jardim de Piranhas, o sítio arqueológico Oiticica 17³⁶ possui artefatos arqueológicos associados aos períodos pré-histórico e histórico. No sítio tem destaque a presença de estruturas na parte mais elevada do terreno (Figura 19), corresponde

³⁵ O projeto Barragem de Oiticica compreendeu um total de 23 sítios arqueológicos, sendo: Barra 01, Barra 03, Besta Braba 01, Besta Braba 02, Carnaúba Torta 01, Carnaúba Torta 02, Oiticica 01, Oiticica 14, Oiticica 15, Oiticica 16, Oiticica 17, Oiticica 18, Oiticica 19, Oiticica 20, Oiticica 21, Oiticica 22, Ramada 01, Ramada 02, Santa Clara 01, Santa Clara 02, Santana 01, Santana 02, São Jerônimo 01.

³⁶ A denominação desse sítio arqueológico está associada com a própria denominação da área do projeto.

ao alicerce da casa sede (Figura 20) e uma edificação não finalizada (Figura 21) que, segundo um trabalhador local, era uma espécie de armazém, e não conseguimos informações sobre o período de construção. Em relação ao perfil construtivo identificamos a adoção do tijolo de adobe, com argamassa de argila e areia, além do alicerce ser formado por rochas da região. Inclusive, ocorre a presença de materiais construtivos ao entorno dessas estruturas (Figura 22).

Figura 19. Edificação, na parte mais elevada do terreno, presente no sítio arqueológico Oiticica 17



Fonte: HCoutinho, 2022.

Figura 20. Destaque para o alicerce e batentes da frente da casa sede no sítio arqueológico Oiticica 17



Fonte: HCoutinho, 2022.

Figura 21. Edificação recente não finalizada no sítio arqueológico Oiticica 17, destaque para sua posição na parte mais elevada do terreno



Fonte: HCoutinho, 2022.

Figura 22. Materiais construtivos recentes ao entorno da estrutura e detalhe dos tijolos e argamassa



Fonte: HCoutinho, 2022.

Predominante em toda a região nordestina, o bioma caatinga tem como característica a estação seca, sendo prevalecente o clima semiárido. A etimologia da palavra significa *caa*: mata *tinga*: branco, pois, a vegetação de aparência clara e esbranquiçada dos troncos das árvores, sofre modificação apenas com a chegada da chuva, onde o esbranquiçado é substituído pelos tons verdes. Representativo da caatinga, o clima possui como média anual uma temperatura de 25°C a 30°C, sendo consideravelmente mais alta no período seco. Com isso, o ano é dividido apenas em dois períodos: chuvoso e seco que é o mais longo (Sena, 2011).

Especificamente para o Oiticica 17, em termos de paisagem, está inserido numa vegetação de caatinga arbórea-arbustiva, estando distribuída em diferentes espaços do sítio arqueológico. Medeiros (2019) caracterizou diretamente a caatinga arbórea-arbustiva para o sertão do Piranhas, assim, é presente um adensamento do estrato arbustivo. Com árvores formadas por arbustos tortuosos e esgalhados possuindo espinhos, existindo uma variedade de espécies. Ainda na área do Piranhas ocorre a composição de um campo entremeado como uma espécie de tapete gramíneo, evidenciados pela presença de espinhos e cactáceas.

Nas imagens a seguir, damos destaque para a paisagem do Oiticica 17 nas diferentes estações do ano: a “mata branca”³⁷, marcante do segundo semestre, período da estação seca e, os tons verdes, característico do primeiro semestre com as chuvas na região (Figuras 23 e 24).

³⁷ Significado do nome Caatinga, de origem Tupi-guarani em alusão ao período de escassez de água.

Figura 23. Vegetação durante o período seco do sítio arqueológico Oiticica 17



Fonte: HCoutinho, 2022.

Figura 24. Vegetação no período chuvoso do sítio arqueológico Oiticica 17



Fonte: HCoutinho, 2022.

Chama atenção que as referências aos lugares da caatinga também se confundem, da mesma forma que, podem ser tratados quase como sinônimos para o termo semiárido e sertão. Consolidado principalmente no início do século XX, os sertões fazem referência às áreas interioranas dos estados nordestinos, isto é, lugares que têm a caatinga como bioma. E desde o período colonial os lugares sertões das Capitânicas do Norte foram avaliados pelo clima, e seja pela seca ou pela chuva, o clima era considerado como insalubre, ressaltamos que isso faz parte da perspectiva de sertão enquanto uma categoria geográfica (Bonato, 2010).

Como já mencionamos, a estrutura presente no Oiticica 17 foi implantada na parte mais elevada, levando isso em conta, o terreno em que o sítio arqueológico se encontra implantado é uma área de topo para média vertente. A partir disso, constatamos que houve deslocamento de artefatos arqueológicos em direção à zona mais baixa em virtude do declive, além disso, registramos trechos com rochas e matacões expostos.

4.2 Oiticica 17: contextualização histórica

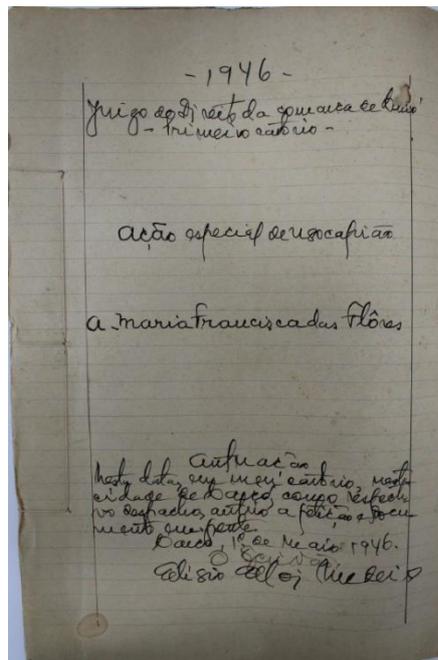
Buscando entender, historicamente, o espaço de nossa pesquisa, chegamos ao sítio “Joazeiro”, assim era chamada a propriedade onde o sítio arqueológico está localizado. Fez parte da nossa pesquisa um levantamento documental, visando identificar os nomes dos proprietários mais antigos e, através disso, tentar mapear inventários, uma vez que é um tipo de documento que contém informações sobre a listagem de bens e o processo de partilha deles (Furtado, 2009).

Pelo contato com um trabalhador local conhecemos somente o nome do proprietário mais recente, chamado de José Benvindo de Lima. Com intuito de mapear nomes de proprietários mais remotos, buscamos os cartórios, primeiramente, no Cartório Ofício Único da cidade de Jardim de Piranhas, onde nos indicaram procurar o Cartório 1º Ofício de Caicó. Pois, grande parte dos registros presentes no Cartório de Jardim de Piranhas originaram em Caicó, dado o desmembramento da cidade apenas em 1948.

Seguimos, então, a procura no Cartório de Caicó a partir do nome José Benvindo de Lima. Acabamos encontrando a propriedade rural, medindo 1.000 braças de frente por 1.200 braças de fundo, havendo casas e cercas de pedra e de arame. O documento alegava que esse indivíduo recebeu a propriedade a partir de doação, em 1950, de uma senhora chamada Maria Francisca das Flôres que residia no sítio “Joazeiro”.

Com esse dado efetuamos uma pesquisa no Laboratório de Documentação Histórica³⁸ (Labordoc – Ceres/UFRN), inicialmente com o nome de José Benvindo de Lima, mas não obtivemos êxito. Quando procuramos no acervo algum documento com o nome de Maria Francisca das Flôres, alcançamos apenas um resultado, o qual se tratou de uma Ação Especial de Usucapião, datada de 1946 (Figura 25).

Figura 25. Documento de ação de usucapião por Maria Francisca das Flôres



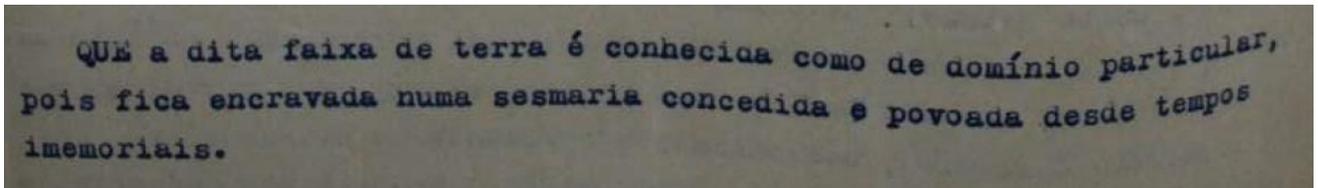
Fonte: Acervo do Labordoc, 2023.

Na condição de viúva, Maria Francisca das Flôres requeria essa ação sob o terreno de 1.000 braças de frente por 1.200 braças de fundos, condizente com o tamanho da propriedade doada ao José Benvindo de Lima. Infelizmente, por esse documento não obtivemos nenhum indicativo do ano de fundação ou de outros proprietários do sítio “Joazeiro”. Apenas Maria Francisca das Flôres e seu marido habitavam, com uma posse pacífica e ininterrupta, o local há mais de trinta anos. Isso foi um breve indicativo da antiguidade do lugar é fornecido e,

³⁸ Vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Centro de Ensino Superior do Seridó, foi criado em 1998 como uma possibilidade de suprir a demanda relacionada a conservação de documentos da esfera criminal advindos da Comarca de Caicó. Atualmente, tem sob custódia amplo acervo documental sobre a história do Seridó e oferece, além das solicitações de pesquisas, oferece o espaço para aulas práticas de componentes curriculares do curso de História como Arquivologia, Paleografia, Introdução à Pesquisa Histórica e Pesquisa Histórica. Disponível em <http://labordoc.ceres.ufrn.br/#inicio>, acesso em 04 dez. 2023.

levando em consideração, a proximidade com o rio Piranhas se torna possível o local remete às antigas sesmarias concedidas ao longo do século XVIII e/ou XIX (Figura 26).

Figura 26. Trecho de documento indicando a antiguidade do sítio Juazeiro.



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc). Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Ação especial de usucapião. Maria Francisca das Flôres. 1946.

Outros dados fornecidos por este documento foram as propriedades e os respectivos moradores que faziam limite com o sítio “Joazeiro”. Chamou nossa atenção que no “Joazeiro” havia diferentes famílias moradores no local, denotando que o tamanho da propriedade consistia como superior a pertencente a Maria Francisca das Flôres e, posteriormente, ao José Benvindo de Lima. Além disso, o sertão do rio Piranhas como lugar de fronteiro ficou destacado, por uma propriedade que fazia limite com o “Joazeiro” localizada, justamente, na Paraíba. Por último, pequenas partes da dinâmica do sítio “Joazeiro” da primeira metade do século XX ficou conhecida, pelas famílias que eram moradoras do local e algumas de suas condições presentes na documentação. No quadro 4 a seguir reproduzimos os dados sobre os limites norte, sul, nascente e poente presentes no documento.

Quadro 5. Limites do sítio “Joazeiro” com base na solicitação de terra por usucapião feita por Maria Francisca das Flôres em 1946

LIMITES DA FAIXA DE TERRA REQUERIDA POR MARIA FRANCISCA DAS FLÔRES	
Norte	Francisco Alves Fernandes e sua mulher, dona Luzia Escolástica de Medeiros, brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes no sítio “Araça”.
Sul	Com terras pertencentes a Afonso Ferreira Maria, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, domiciliado e residente no sítio “Rapa”.

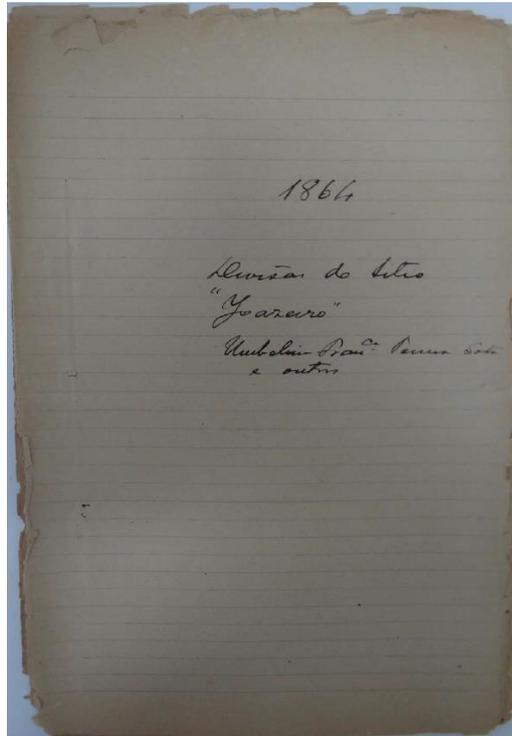
LIMITES DA FAIXA DE TERRA REQUERIDA POR MARIA FRANCISCA DAS FLÔRES	
Nascente	Com terras de Sabastião Ferreira Dantas, e sua mulher, dona Maria Tertulina de Jesus, brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes no sítio “Ramada”; Aleixo Ferreira Dantas, brasileiro, solteiro, maior, proprietário, domiciliado e residente no mesmo sítio “Ramada”; João Ferreira Dantas, brasileiro, solteiro, de maioridade, proprietário, domiciliado e residente no dito sítio “Ramada”; Manoel Ferreira Marques e sua mulher, dona Francisca Maria da Conceição, brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes no aludido sítio “Ramada”.
Poente	Com terras de José Martins dos Santos, brasileiro, viúvo, proprietário, domiciliado e residente no dito sítio “Joazeiro”; Pedro Martins dos Santos, brasileiro, solteiro, maior, proprietário, domiciliado e residente no mesmo sítio “Joazeiro”; Afonso Martins dos Santos, brasileiro, solteiro, maior, proprietário, domiciliado e residente no aludido sítio “Joazeiro”; José Martins Filho, brasileiro, solteiro, maior, proprietário, domiciliado e residente no prefalado sítio “Joazeiro”; Maria Madalena da Conceição, brasileira, solteira, maior, de prendas domésticas, domiciliada e residente no sítio “Divisão”, comarca de “Caraúbas”, deste Estado; Severina Martis dos Santos, brasileira, solteira, maior, de profissão doméstica, domiciliada e residente no dito sítio “Joazeira”; Corina Martins dos Santos, brasileira, solteira, maior, de profissão doméstica, domiciliada e residente no dito sítio “Joazeiro”; José Ferreira Linhares e sua mulher, brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes no sítio “Tamarindo”, município de “Brejo do Cruz”, Estado da Paraíba; Felizardo de Brito Guerra e sua mulher, dona Maria Clara de Brito, brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes no prefalado sítio “Joazeiro”; Joaquim Ferreira Barreto e sua mulher, dona Maria Etelvina da Conceição, brasileiros, proprietários, domiciliados e

LIMITES DA FAIXA DE TERRA REQUERIDA POR MARIA FRANCISCA DAS FLÔRES	
	residentes no mesmo sítio “Joazeiro”; Manoel Calixto Batista e sua mulher, dona Cristina Cristiana da Costa, brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes no mesmo sítio “Joazeiro”; Marcos Materniano de Medeiros e sua mulher, dona Raimunda Tertuliana de Medeiros, brasileiros, proprietários, domiciliados e residentes no supracitado sítio “Joazeiro”; Francisco Candido de Oliveira, brasileiro, solteiro, maior, proprietário, domiciliado e residente no mencionado sítio “Joazeiro”; Francisco Mariano dos Santos, brasileiro, solteiro, maior, proprietário, domiciliado e residente no citado sítio “Joazeiro”.

Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc). Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Ação especial de usucapião. Maria Francisca das Flôres. 1946.

O segundo documento localizado sobre o sítio “Joazeiro”, com data do ano de 1864, e trata de uma Ação Civil em nome de Umbelina Francisca Ferreira Solto (Figura 27). Basicamente, é um documento curto sobre a divisão de terras do sítio “Joazeiro”, onde não oferece informações detalhadas sobre a solicitação ou outro contexto. Porém, pelo fato desse documento pertencer ao século XIX, demonstra que o sítio “Joazeiro” estava sendo ocupado, mas essencialmente que por um longo período diferentes pessoas estiveram envolvidas com ações para legalizar a posse da terra. Também não houve o registro e nenhum indicativo de nome de moradores ou proprietários mais antigos, como também, não encontramos nenhum inventário passível de associação, seja com a propriedade ou com outros indivíduos.

Figura 27. Documento de Ação Civil por Umbelina Solto



Fonte: Acervo do Labordoc, 2023.

No tópico a seguir abordaremos então, de maneira específica, sobre as intervenções arqueológicas realizadas no sítio. Elas foram planejadas visando contribuir para a compreensão das estruturas de habitat com a correlação do registro arqueológico, dessa maneira, discutiremos a metodologia utilizada tanto na coleta de superfície como na escavação arqueológica executada no sítio Oiticica 17.

4.3 Coleta de superfície realizada no Oiticica 17

A metodologia utilizada na coleta de superfície teve início com a dispersão dos pesquisadores na área do sítio, percorrendo a poligonal e realizando marcações com bandeiras para que facilitasse a identificação dos materiais arqueológicos expostos na superfície (Figura 28 e 29).

A partir disso, houve a coleta dos artefatos, os quais foram acondicionados individualmente ou agrupados em sacos plásticos vedados. Ao mesmo tempo, era retirado a coordenada pelo aparelho geodésico, nesse momento também havia a identificação pela

etiqueta de coleta, a qual era numerada e continha informações como o tipo de artefato, quantitativo, coordenadas e o município onde está localizado o sítio (Figura 30).

Figura 28. Pesquisadores na área do sítio arqueológico Oiticica 17 realizando a coleta de superfície



Fonte: HCoutinho, 2022.

Figura 29. Área do sítio arqueológico marcada para coleta de superfície e destaca que algumas faianças refinadas em superfície



Fonte: HCoutinho, 2022.

Figura 30. Coleta com o aparelho geodésico, modelo T10, no sítio arqueológico Oiticica 17



Fonte: HCoutinho, 2022.

Os artefatos relacionados ao contexto histórico estiveram presentes, quase totalmente, na parte da frente da estrutura da casa. E no tocante ao quantitativo, houve a coleta de 10.984 artefatos arqueológicos³⁹, em que 1.843 fragmentos de faianças refinadas integraram a análise para esta pesquisa.

Especificamente sobre os artefatos do período histórico, na coleta de superfície, eles estavam concentrados, em sua maioria, na parte da frente da estrutura da casa sede. Esse elemento consiste como interessante, pois como aponta Souza, R. (2017), a área de descarte, no que diz respeito às populações sertanejas, permanece longe do olhar da sociabilidade, aos fundos das casas, que consiste como uma prática dominante.

É importante ressaltar que, mesmo com esse contexto, não temos hipóteses relacionadas a distribuição dos artefatos arqueológicos, posicionamos esse aspecto como uma questão em aberto e que não excluimos a possibilidade de reflexões futuras. Dado que a finalidade desta pesquisa se configura em uma perspectiva material e não em uma abordagem aprofundada sobre o contexto estratigráfico do sítio arqueológico. Por último, a seguir destacamos o mapa referente ao posicionamento dos locais de coleta de superfície executada no sítio arqueológico Oiticica 17.

³⁹ O tipo de artefato de maior quantidade consistiu nas cerâmicas, com um total de 5.212. Além disso, ocorreu a presença de artefato vítreo, metálico, porcelanas, ósseo, lítico, havendo também plásticos.

Figura 31. Mapa de coleta de superfície realizada no sítio arqueológico Oiticica 17



Fonte: Elaborado por Kayann Gomes Batista, 2023.

4.1 Escavação realizada no Oiticica 17

O processo de escavação desenvolvida no Oiticica 17 teve como base o princípio de estratigrafia arqueológica (Harris, 1991), a qual se tornou aplicável em depósitos arqueológicos de origem antrópica demarcando, assim, entre o que corresponde a uma estratigrafia arqueológica e geológica. Logo, a formação da estratigrafia arqueológica conversa diretamente com a vivência das sociedades, compreendendo a cultura material, dado que cada unidade estratigráfica pode estar ligada a objetos particulares. Sendo produtos humanos, os artefatos arqueológicos são criados, preservados, descartados ou destruídos pelos agentes humanos.

Dessa forma, a estratigrafia em arqueologia representa a compreensão de ciclos de tempo, mesmo que o processo de sua formação seja técnico, e é por meio de interpretação de estruturas e dos artefatos que inferimos sobre a temporalidade, mas fundamentalmente fornece o contexto do sítio arqueológico. A citação a seguir esclarece sobre o princípio de estratigrafia evidenciando qual o sentido quando realizamos a escavação.

Las técnicas arqueológicas se derivan de dos reglas tan simples que su exposición divertiría a la audiencia de cualquier conferenciante: **1) si el estrato A cubre al estrato B, es que B se depositó antes; 2) cada nivel o estrato data de un tiempo posterior al de la manufactura del objeto más reciente que en él se halle.** Estas son las leyes de la estratigrafía y, en teoría, nunca fallan. La Tierra se ha formado por una serie de estratos, algunos depositados por el hombre y otros por la naturaleza, **e el trabajo del excavador consiste en ir desmontándolos en sentido inverso al que se depositaron.** (Hume, 1975, p. 68 *apud* Harris, 1991, p. 51-52, grifo nosso).

O primeiro passo que realizamos em campo consistiu na abertura de sondagens acompanhando a elevação do terreno e próxima a edificação, por ser a área de topo e o local que houve a maior presença de artefatos pertencentes ao período histórico. Objetivamos com isso, identificar e realizar os primeiros registros das unidades estratigráficas do sítio arqueológico Oiticica 17.

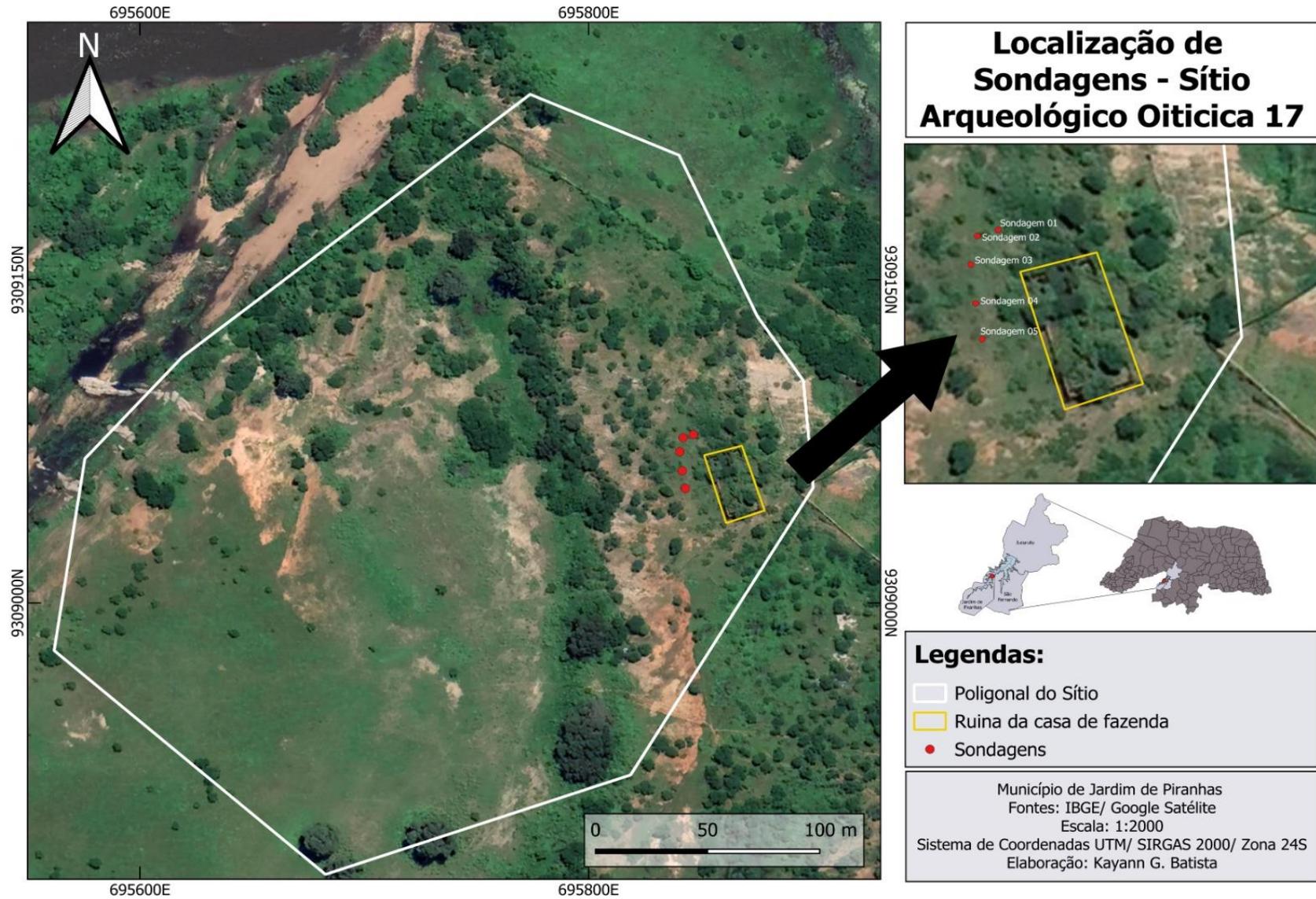
Efetuamos então, um total de cinco sondagens medindo 50 cm por 2 m, o processo de coleta de dados realizado em campo abarcou identificação das unidades estratigráficas, desenhos dos perfis, tipos de artefatos presentes em cada unidade estratigráfica, textura e coloração do solo por meio do código *Munsell*. Em linhas gerais, o sítio arqueológico Oiticica 17 se caracterizou por não ter uma profundidade superior que 50 cm, em que a estratigrafia se define por quatro unidades, das quais duas apresentam artefatos ligados ao período histórico, abaixo destacamos um quadro com tais dados salientado que todas essas informações foram registradas em todos os perfis de cada sondagem e após houve o cruzamento dos dados.

Quadro 6. Caracterização geral das unidades estratigráficas coletadas dos perfis das sondagens realizadas no sítio arqueológico Oiticica 17

CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS				
Unidade Estratigráfica	Vestígios	Textura do Solo	Compactação	Coloração Munsell
01	A partir dos perfis das sondagens identificamos cerâmica utilitária, material construtivo, ósseo, madeira, rochas, raízes e carvão	Silte-arenoso	Baixa	10yr 3/3
02	A partir dos perfis das sondagens identificamos cerâmica utilitária, material construtivo, metal, ósseo, vidro, carvão, rochas, raízes e lente de cinza.	Silte-arenoso	Baixa	10yr 3/2
03	Pelos perfis das sondagens foi identificado apenas a presença de pequenas raízes.	Apresentou diferentes texturas, desde silte-arenoso como argilo-arenoso	Entre média e alta	7.5yr 3/4
04	Sendo proeminente apenas na Sondagem 01, apresentou nos perfis rochas ou minerais	Argilo-arenoso	Alta	7.5yr 3/4
05	Composta por rochas			

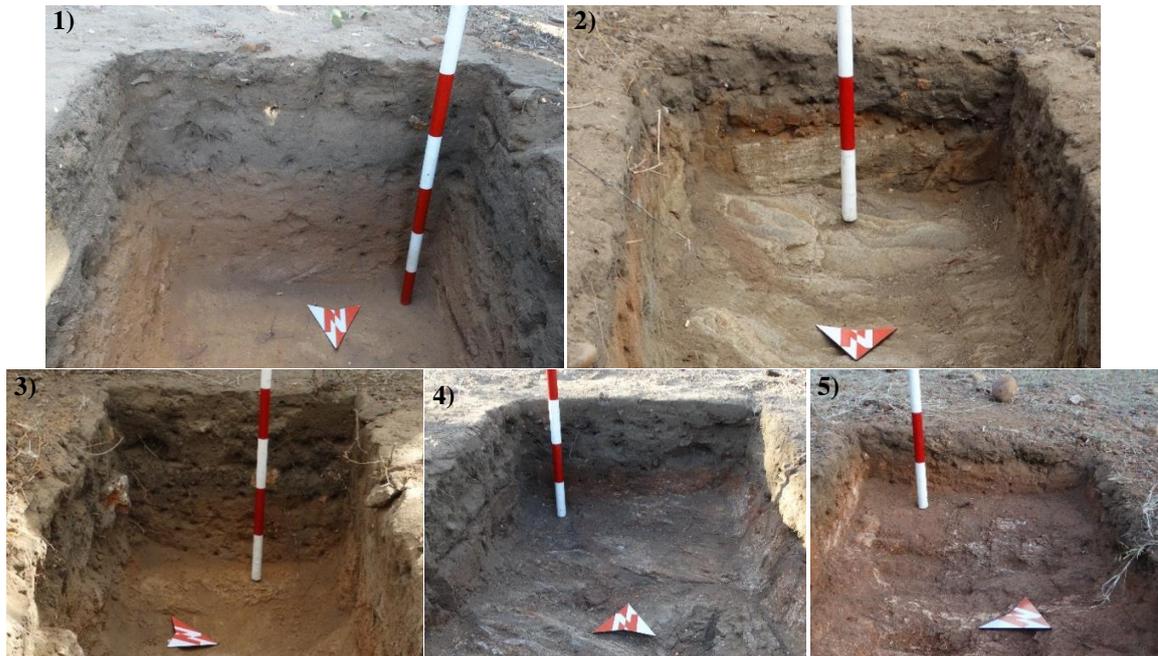
Fonte: Elaborado por Hozana Souza, 2023.

Figura 32. Mapa com a localização das sondagens realizadas no sítio Oiticica 17



Fonte: Elaborado por Kayann Gomes Batista, 2023.

Figura 33. Perfis das sondagens realizadas no sítio arqueológico Oiticica 17



1) Sondagem 01, perfil sul; 2) Sondagem 02, perfil sul; 3) Sondagem 03, perfil leste; 4) Sondagem 04, perfil norte; 5) Sondagem 05, perfil sudoeste. Fonte: Fotografia e composição de imagens elaborada pela autora, 2023.

Para além de caracterizar o perfil da estratigrafia arqueológica do Oiticica 17, as sondagens possibilitaram, como já mencionado, a escolha do local para a demarcação de uma superfície ampla no sítio. Com isso, foi delimitada uma área de escavação de 3 x 4 m, na parte mais elevada do terreno entre as sondagens 01 e 02. Essa escolha foi conduzida por esse local termos o perfil estratigráfico mais profundo, em que a unidade estratigráfica 02 era mais espessa com considerável presença de artefatos históricos.

A demarcação da ampla superfície ocorreu no sentido noroeste, contando com doze quadrículas, embora apenas seis quadrículas (A1; A3; B2; B4; C1; C3;) foram totalmente escavadas, havendo a coleta de material arqueológico. De modo geral, na ampla superfície identificamos as unidades estratigráfica 01, 02 e 03 em que os dados foram condizentes com aqueles registrados através das sondagens, no entanto, houve a presença de tipos de artefatos arqueológicos que não ocorreu nos perfis das sondagens como é o caso da faiança refinada e demais tipos de louça.

Figura 34. Mapa destacando a ampla superfície delimitada no sítio arqueológico Oiticica 17



Fonte: Elaborado por Kayann Gomes Batista, 2023.

CARACTERIZAÇÃO DAS QUADRÍCULAS ESCAVADAS			
Quadrícula	Unidade Estratigráfica	Textura e Compactação do Solo	Artefatos Arqueológicos Associados
A1	01	Silte-arenoso, compactação variando entre média e alta	Cerâmica utilitária, louças (faiança refinada e porcelana), vidros e metal
A3	01	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louça (faiança refinada), vidros, construtivos, ossos, metal, borracha
B2	01	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louça (faiança refinada), vidros, metal e borracha
B4	01	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louça (faiança refinada), vidro, metal e osso
C1	01	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louça (faiança refinada) e osso
C3	01	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louças (faiança refinada e porcelana) e ardósia
A1	02	Silte-arenoso, compactação variando entre baixa e média	Cerâmica utilitária, louças (faiança refinada e grés), vidro, osso, metal, lítico
A3	02	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louça (faiança refinada), vidro, osso, metal, lítico.
B2	02	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louças (faiança refinada e grés), vidro, osso, metal e lítico
B4	02	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louça (faiança refinada), vidro, osso, metal e lítico

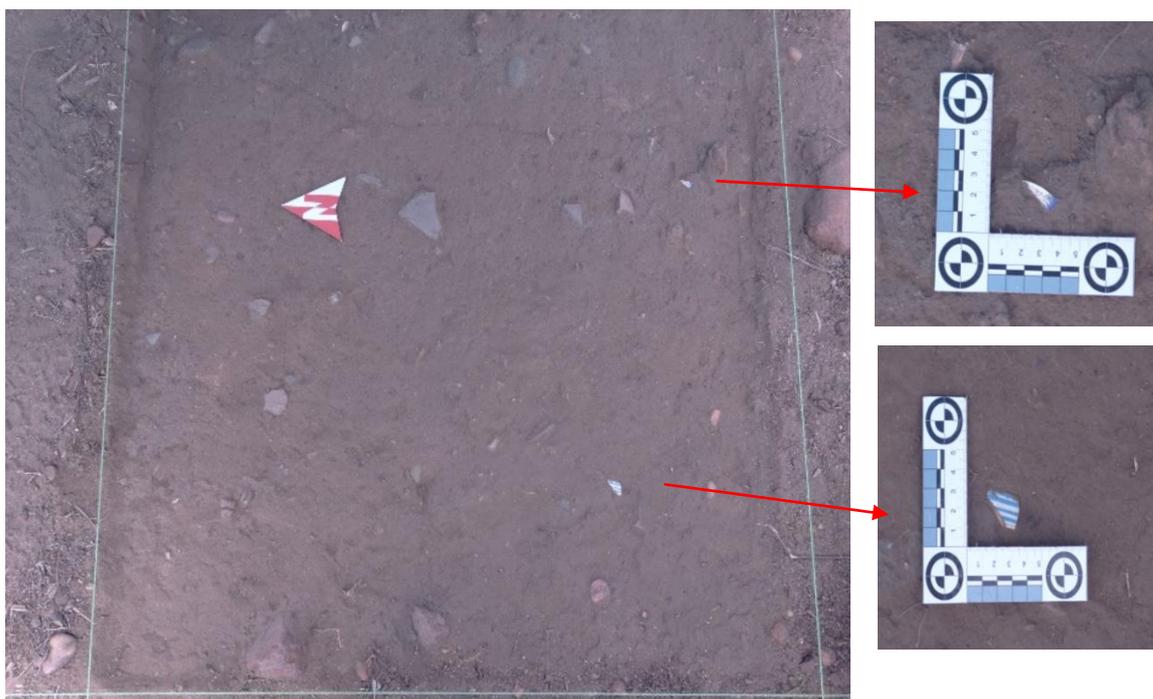
CARACTERIZAÇÃO DAS QUADRÍCULAS ESCAVADAS			
Quadrícula	Unidade Estratigráfica	Textura e Compactação do Solo	Artefatos Arqueológicos Associados
C1	02	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louças (faiança refinada, porcelana e grés), vidro, metal, osso e lítico
C3	02	Silte-arenoso, compactação baixa	Cerâmica utilitária, louças (faiança refinada e grés), vidro, osso, metal e lítico
A1	03	Areno-siltoso, compactação média	Lítico
A3	03	Areno-siltoso, compactação média	Lítico
B2	03	Silte-arenoso, compactação média	Sem artefato arqueológico
B4	03	Silte-arenoso, compactação média	Sem artefato arqueológico
C1	03	Silte-arenoso, compactação média	Lítico
C3	03	Areno-siltoso, compactação média	Lítico

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como podemos perceber houve convergência entre as unidades estratigráficas e os artefatos arqueológicos associados, destacamos que as escavações não ultrapassaram 50 cm de profundidade. Foram coletados um total de 2.824 artefatos arqueológicos⁴⁰, em que houve preponderância das cerâmicas com 1.879 fragmentos. Em relação as louças, de modo geral, ocorreram a presença de porcelana, sendo apenas um fragmento na UE02, resultando numa maior presença desse tipo de artefato na UE01, esse mesmo contexto abarca as faianças refinadas que na UE01 das quadrículas totalizou 20 fragmentos, enquanto na UE02 com 168 faianças refinadas.

A seguir apresentamos um conjunto de fotografias abrangendo as unidades estratigráficas das quadrículas escavadas no sítio arqueológico Oiticica 17.

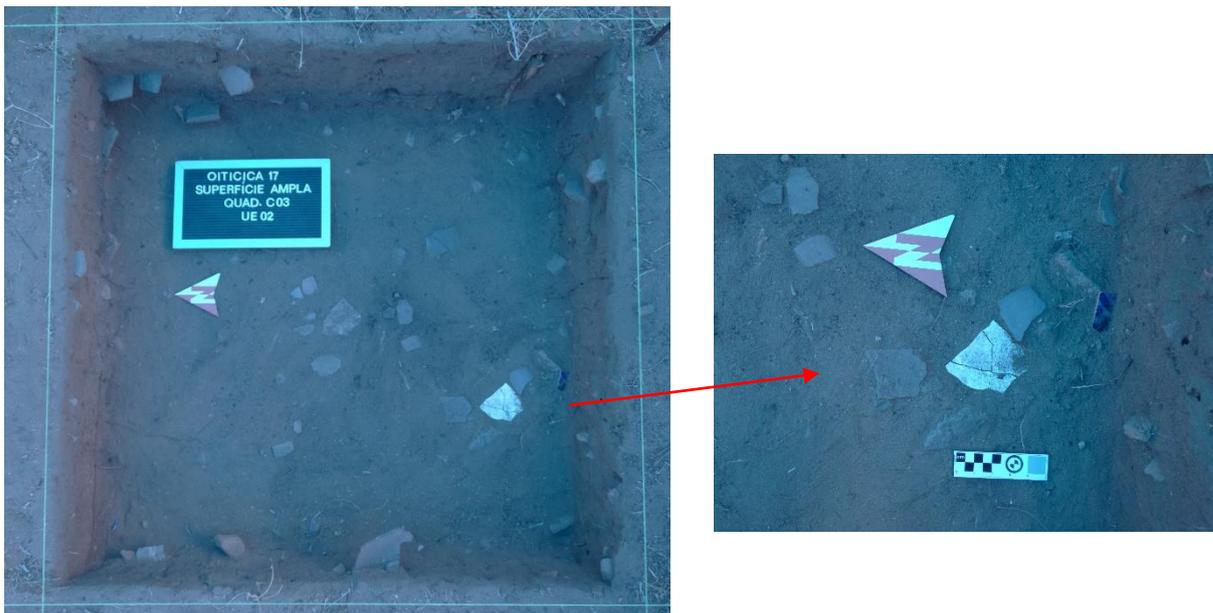
Figura 35. Quadrícula C1, final da UE01 e início da UE02 evidenciando a presença de faianças refinadas



Fonte: Fotografia e composição de imagens elaborada pela autora, 2023.

⁴⁰ Além das cerâmicas, faianças refinadas e porcelanas, foi encontrado durante a escavação arqueológico artefatos vítreos, metálico, ósseo e lítico.

Figura 36. Quadrícula C3 com escavação da UE02, destacando a presença de faiança refinada



Fonte: Fotografia e composição de imagens elaborada pela autora, 2023.

Figura 37. Escavação de quadrículas finalizadas



1) Quadrícula A1; 2) Quadrícula A3; 3) Quadrícula B2; 4) Quadrícula C1. Fonte: Fotografia e composição de imagens elaborada pela autora, 2023.

5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE: APRESENTANDO AS VARIÁVEIS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Construímos este capítulo tendo como fundamento três eixos: 1) caracterizar as variáveis que compõem a ficha de análise, utilizada para os artefatos de faianças refinadas coletadas no sítio arqueológico Oiticica 17; 2) apresentar os dados resultantes; 3) inferir considerações sobre a análise e as vias de acesso desses bens, por uma perspectiva do mercado interno sertanejo.

Ressaltamos que esse processo foi construído a partir de diferentes etapas, cada qual relacionada com esses pontos. Como primeiro passo, em laboratório, houve a distribuição das faianças refinadas do sítio arqueológico Oiticica 17, com a intenção de estreitar ainda mais o enquadramento do contexto e artefatos que abordamos. Diante disso, constatamos que as faianças refinadas foram o tipo de artefato, que apresentaram um quantitativo considerável e, por essa observação, visualizamos também as diversas decorações que os fragmentos possuíam.

Dado que um dos eixos de nossa pesquisa compreende o âmbito econômico, as variáveis adotadas no processo de análise dos artefatos situaram o tipo e a técnica e motivo decorativo, principalmente, como central. Isso se justifica pela adoção da escala de Miller (1980), a qual se estrutura pela decoração fornecendo, assim, um indicativo econômico através de uma escala composta por níveis, como evidenciamos no último tópico deste capítulo para os artefatos de faiança refinada do sítio arqueológico Oiticica 17.

As discussões referentes as variáveis foram direcionadas, sobretudo, pela leitura do texto de Majewski e O'Brien (1987) que apresenta uma discussão dedicada a categorização, abordagem temporal e classes decorativas das faianças refinadas, principalmente. E também fizemos uso de publicações referente ao contexto brasileiro como Tocchetto *et al* (2001) e Soares (2011). Além disso, como já exposto, os catálogos consultados contribuíram para exemplificar, através das imagens, os motivos decorativos. Por fim, para cada técnica e os motivos decorativos associados, criamos fluxogramas como uma maneira de sistematizar a estrutura da análise.

Quanto à apresentação dos dados de análise organizamos por uma descrição, empregando os gráficos e as tabelas como uma maneira de que eles fossem melhor

evidenciados. E o último eixo, foi elaborado com base em referências que contribuíram para introduzir sobre a valoração das faianças refinadas presentes no Oiticica 17, enquanto possibilitou inferir sobre as vias de acesso e entrada desses produtos no sertão da Ribeira das Piranhas.

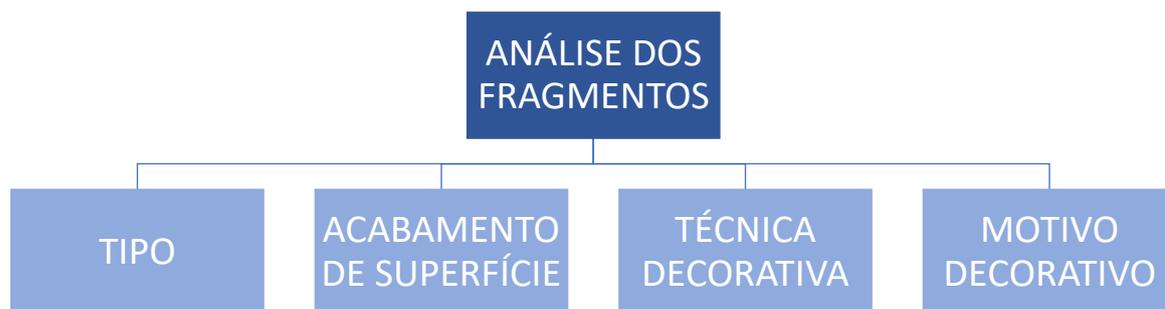
Destacamos que foram analisados um total de 2.031 fragmentos faianças refinadas, sendo de origem de coleta de superfície e escavação em ampla superfície. Caracteristicamente, corresponde a um material que possui considerável fragmentação, tanto que esse foi um dos elementos que dificultou a identificação de alguns atributos, passando a ser classificados como sem leitura.

5.1 As variáveis

As principais variáveis de análise para os artefatos pesquisados por nós, consistem na técnica e motivo decorativo, uma vez que buscamos perceber as diferentes decorações para obter informação de cunho econômico. Na descrição apresentada a seguir, se torna explícito que cada técnica decorativa e os motivos associados possuem características próprias, sendo estas relacionadas diretamente com as técnicas utilizadas nos períodos de produção das faianças refinadas. Uma vez que foi a complexidade da técnica e a presença do motivo decorativo que direcionou o valor de mercado, por isso que, as louças carregaram valor econômico e, por conseguinte, passaram a ter valor social.

Nesse sentido, a análise empregada foi construída com base nos tipos – *creamware*, *pearlware* e *whiteware* – de faiança refinada, técnicas e motivos decorativos aplicados em superfícies não modificadas e/ou modificadas com molde (Figura 38).

Figura 38. Variáveis da ficha de análise



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A *creamware* representa a primeira etapa das faianças refinadas, com o período de fabricação de 1763 a 1815. Josiah Wedgwood, além de ser o responsável por sua criação, contribuiu para a inovação na produção das faianças refinadas de origem inglesa. E a partir das mudanças técnicas empregadas, a região de Staffordshire ficou popular e líder na produção desse produto (Lima, 1995).

Caracteristicamente, a *creamware* se apresenta como resultado da fabricação de peças com paredes mais finas, com uma coloração clara. Houve adesão de esmaltes plumíferos, correspondente ao avanço tecnológico do *tin-enamelled*, isto é, houve substituição do estanho pelo chumbo, que era utilizado na produção dos utensílios de mesa, até então. Enquanto elemento diagnóstico, para este tipo, o principal aspecto consiste em observar os sulcos das peças e perceber o acúmulo do esmalte visível pela coloração esverdeada (Majewski; O'Brien, 1987).

As louças *creamware* se tornaram mais acessíveis, ressaltamos que o custo baixo não ocorreu no início de sua produção, tanto que esse tipo era conhecido como *queen's ware*, embora sua popularidade sofreu queda, ainda no final do século XVIII. Quanto ao século XIX, se manteve como a louça mais econômica, em que sua produção continuou com peças sem decoração e com uma variedade de forma limitada, no que compreende os serviços de mesa, até 1820. Posterior a esse período, houve uma concentração na produção de objetos utilitários (Majewski; O'Brien, 1987; Miller, 1991; Soares, 2011).

Como coloca Majewski e O'Brien (1987), houve certa confusão quanto ao termo *creamware*, em virtude de que não era a nomenclatura adotada pelos ceramistas ou comerciantes. Com isso, pode-se observar a presença de outras denominações, como louça "CC" ou "*cream-colored*", nos registros de fabricantes e mercadores (Miller, 1991).

O declínio da louça *creamware* aconteceu em virtude do surgimento de outro tipo de faiança refinada, chamada na arqueologia histórica de *pearlware*, representou um refinamento da técnica para os objetos *creamware*. Criada em 1779, por Wedgwood, se diferenciou daquelas que estavam sendo produzidas, pela adição de uma pequena quantidade de óxido de cobalto no esmalte, com isso, as peças não possuíam a aparência do amarelado natural e obtinham uma tonalidade levemente azulada. Essa modificação, ainda fazia parte das tentativas de alcançar a estética das porcelanas, comercializadas na China durante esse período (Majewski e O'Brien; 1987).

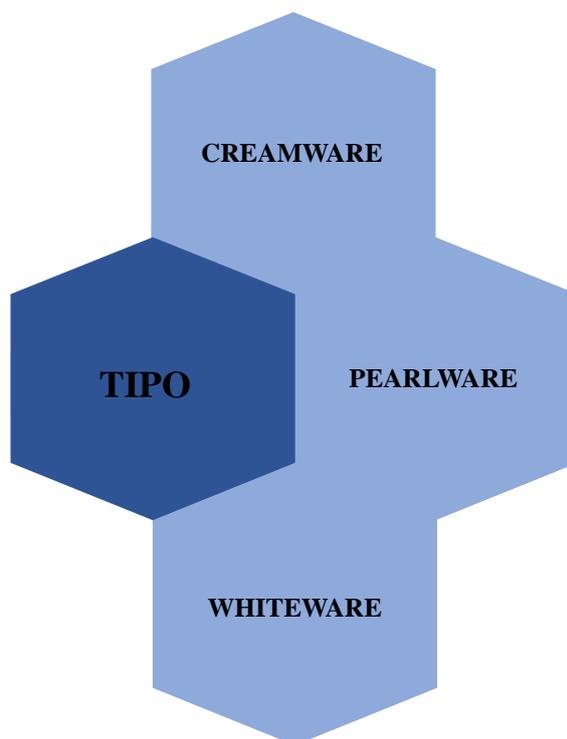
Tanto que a denominação como *pearlware* remete, notoriamente, as louças que possuíam o esmalte azulado, o qual é aparente nas fendas ou sulcos de cada peça, sendo este, o elemento que caracteriza a faiança refinada *pearlware*. No entanto, com a ausência desse aspecto, também pode ser observado, se o leve tom de azul se faz presente na superfície do artefato, pois, ele derivava de um escorrimento que abrangia toda a superfície do objeto (Majewski e O'Brien; 1987).

É importante dizer que o azul, quase sempre, se configurou na cor mais utilizada nesse tipo de faiança refinada, já que não era afetada pelas altas temperatura do forno, no processo de queima. Inclusive, esse elemento físico afetava diretamente as técnicas decorativas inseridas nas peças, à exemplo, até o ano de 1820, o *transfer printed* era aplicado apenas na cor azul. Enquanto peças com a técnica pintada à mão havia o *shell edge*, com incisões em azul e verde, no período de 1780 a 1860 (Majewski e O'Brien; 1987; Soares, 2011).

A faiança refinada do tipo *whiteware* foi uma produção marcadamente do início do século XIX, e se tratou da louça mais duradoura, dentre os tipos discutidos. Consistiu também como o resultado das tentativas do refinamento da pasta, e com a adição do cobalto diretamente na pasta, resultou numa louça mais branca. Todavia, pode ocorrer ainda, em algumas peças, a presença da cor amarela clara na superfície (Majewski; O'Brien, 1987).

Foi bastante popular no primeiro quartel do século XIX, entretanto, não conseguiu superar a *pearlware*. São louças quase sempre decoradas, com a presença da técnica *transfer printed* ou pintado à mão, e possui uma variedade de cores. Ainda, esse tipo de faiança refinada, inclui duas subcategorias: a *ironstone* e a *bone chine*, entre outros.

Figura 39. Fluxograma com o tipo adotado para a análise das faianças refinadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As técnicas e motivos decorativos abarca dois tipos de superfícies: 1) não modificada; 2) modificado por molde, gerando o relevo nas peças. A variável não modificada inclui os fragmentos que não tem alteração em sua superfície, compreendendo grande parte das técnicas e motivos decorativos. O atributo da técnica decorativa é composto por padrões em relevo, pintada à mão, pintada à mão associado com o borrão, *transfer printed*, *transfer printed* associado com borrão. Enquanto os motivos decorativos abrangem uma variedade de tipos, os quais apresentamos a seguir.

Mesmo com o auxílio de diferentes recursos, o que define a técnica decorativa pintada à mão é a aplicação de modo manual. São muitos motivos decorativos associados a esta técnica, iniciamos então, com o *peasant style*. Datando de 1810 e 1860, foi criado a partir de desenhos florais, com largas pinceladas, que eram aplicados em quase toda a superfície da peça. E se tornou um dos motivos decorativos mais comuns para as faianças refinadas do tipo *pearlware*, na cor azul e em desenhos com policromia.

Figura 40. Faiança refinada com motivo decorativo *peasant style*



Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/type/pearlware-hand-painted-polychrome-late/all/> Acesso: 26 out. 2023.

Relacionado com o *peasant style*, ocorre o *sprig style*, também é composto por florais. Apesar de que, possui diferença na aplicação, uma vez que era empregado na superfície da peça em menor proporção e os desenhos eram elaborados em hastes finas com folhas e flores pequenas. Entretanto, ambos os motivos decorativos têm como aspecto comum, a combinação com frisos pintados nas bordas.

Figura 41. Faiança refinada com motivo decorativo *sprig style*



Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/type/pearlware-hand-painted-polychrome-early/all/> Acesso: 26 out. 2023.

Com a adição de uma fina camada de argila colorida e obtendo como resultado faixas e listras com um leve relevo, era dessa maneira que ocorria a confecção do motivo banhado. Compreende uma longa produção, com um intervalo entre 1790 e o início do século XX, embora possua variáveis em que o intervalo de produção seja mais estreito. Não obstante, permaneceu como mais comum a decoração em largas faixas azuis com faixas simples e largas faixas acompanhadas de frisos coloridos.

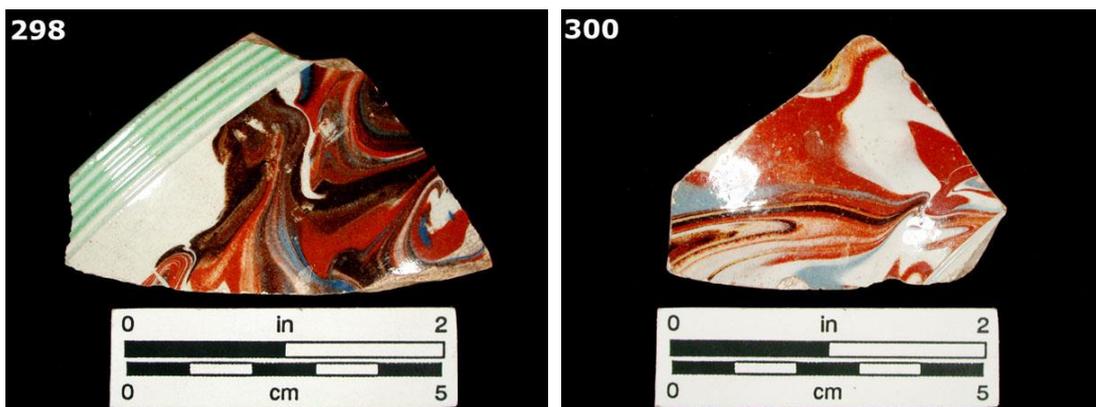
Destacamos, exclusivamente, apenas uma dessas variações. Corresponde ao banhado com o *marbelized*, que continua contendo as faixas horizontais com espessuras variadas e acompanha uma espécie de marmorizado, o qual era elaborado em tons escuros e terrosos.

Figura 42. Faiança refinada com motivo decorativo banhada



Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/type/annular-ware-banded/>. Acesso em 26 out. 2023.

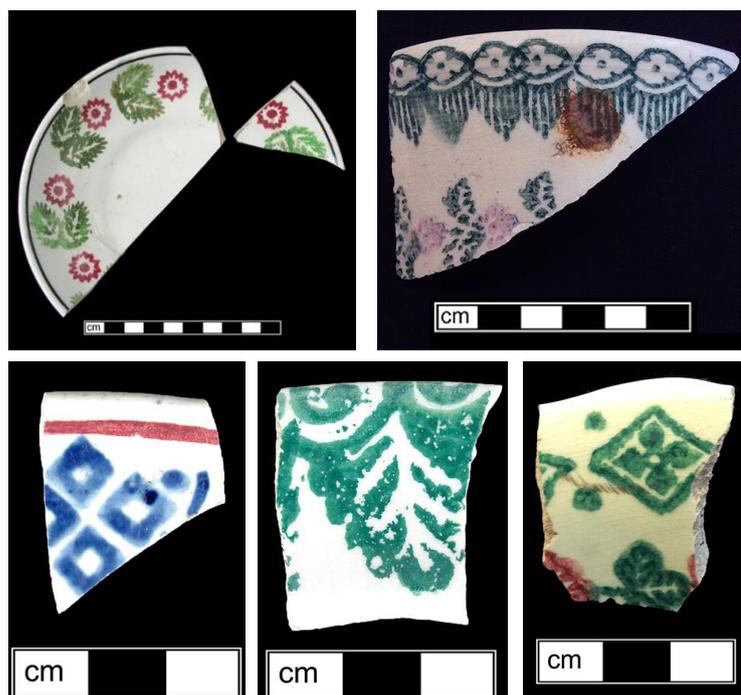
Figura 43. Faiança refinada com motivo decorativo banhada com *marbelized*



Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/type/annular-ware-marbelized/>. Acesso em 26 out. 2023.

Como sugere a própria denominação, o motivo carimbado era aplicado na superfície das peças com o auxílio de um carimbo. As figuras geométricas e de flores são o que caracterizam essa decoração e que, geralmente, acompanhava frisos coloridos na borda. O intervalo de produção corresponde ao ano de 1845 até o início do século XX.

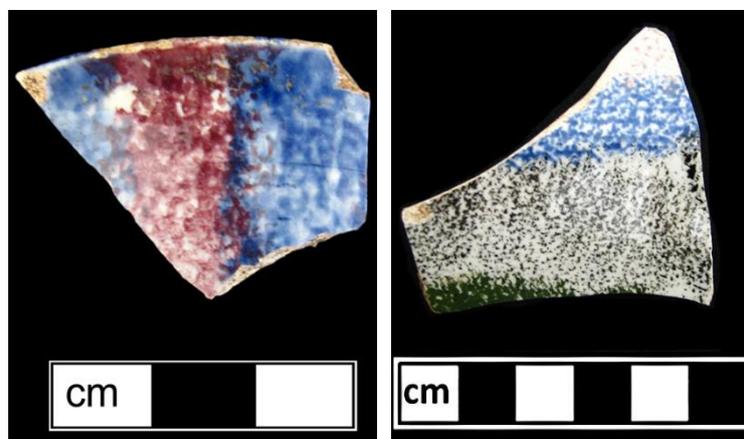
Figura 44. Faiança refinada com o motivo decorativo carimbado



Fonte: <https://apps.jefpat.maryland.gov/diagnostic/Post-Colonial%20Ceramics/SpongedWares/cutsponge.htm>. Acesso 10 nov. 2023.

Já com o apoio de uma esponja havia a confecção de peças com o *spong*. Toda a superfície da peça adquiria um aspecto manchado, sendo visível a textura da esponja. No caso desse motivo decorativo se tornou comum, principalmente, após a utilização dos carimbos, no tocante ao final da década de 1840.

Figura 45. Faiança refinada com motivo decorativo *sponge*



Fonte: <https://apps.jefpat.maryland.gov/diagnostic/Post-Colonial%20Ceramics/SpongedWares/sponge.htm>. Acesso 10 nov. 2023.

Um dos motivos decorativos mais comuns, relacionado com a técnica decorativa pintada à mão são as faixas e/ou frisos. Engloba um longo período de produção, desde o final do século XVIII até o início do século XX. Mesmo podendo aparecer acompanhado de outros motivos decorativos, frequentemente, estão localizados nas bordas das peças de modo solitário, apresentando uma diversidade de colorações. Quanto a literatura especializada, o motivo em faixas e/ou frisos não consta sua definição a partir de um elemento caracterizador.

Figura 46. Faiança refinada com friso na borda

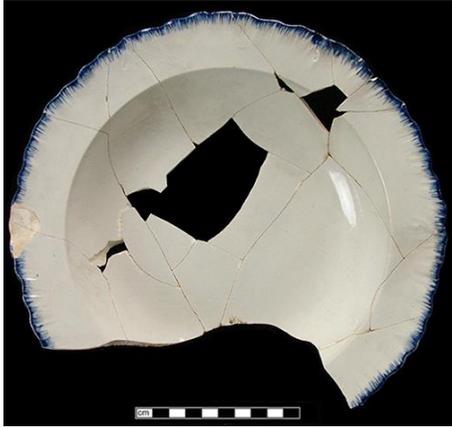
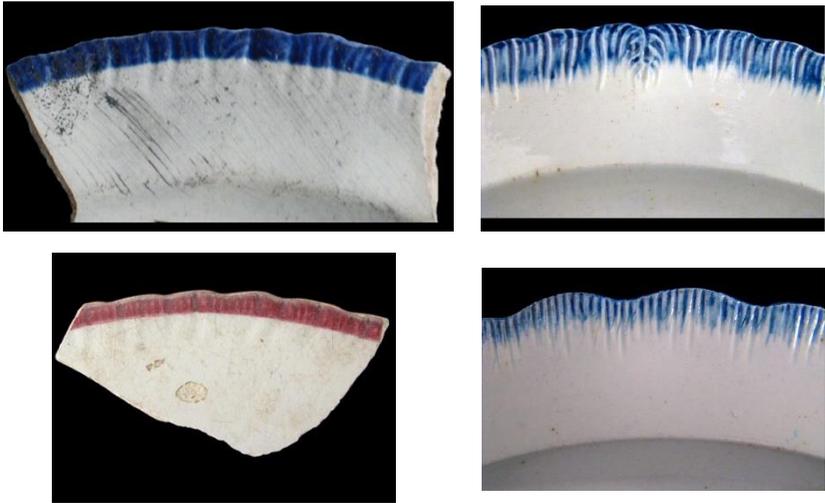


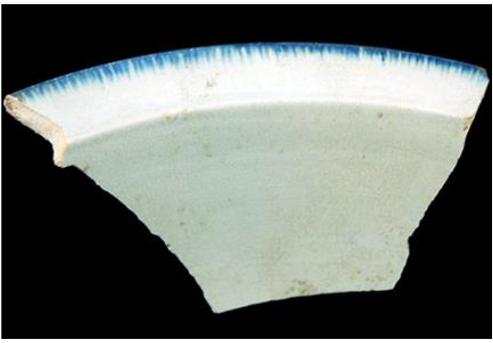
Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/type/whiteware-overglazed/all/>. Acesso 28 out. 2023.

O motivo decorativo *shell edge* está presente em peças tanto com a superfície não modificada, quanto modificada por molde que ocasiona relevo com incisões ou desenhos florais. Esse termo foi utilizado pelos produtores de Staffordshire, no século XVIII e durante todo o século XIX. Foram comuns em objetos de mesa, tendo início com as faianças refinadas *creamware* por Wedgwood, em meados da década de 1770.

O que caracteriza as peças em *shell edge* é a borda ser pintada, geralmente, a cor mais comum é o azul, mas também aparece no verde, vermelho, amarelo. Esse motivo decorativo foi classificado como um dos mais baratos, em relação as faianças refinadas que possuem decoração, para o período entre 1780 e 1860. O que chama atenção para o *shell edge*, são os diferentes estilos que abarca e que foram estruturados, de maneira descritiva, no quadro 7.

Quadro 7. Estruturação dos estilos que o motivo decorativo *shell edge* abarca

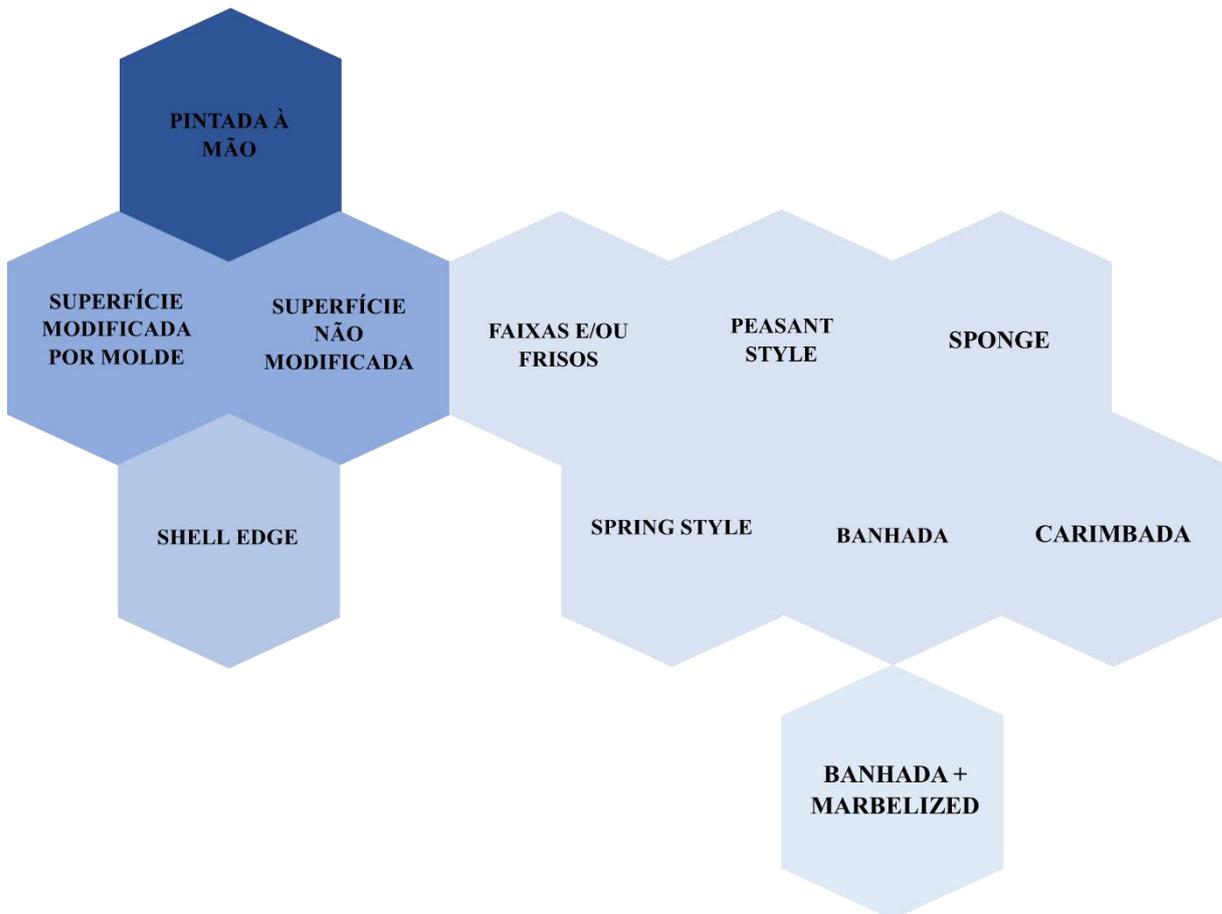
ESTILOS DO MOTIVO DECORATIVO <i>SHELL EDGE</i>			
Período	Estilo	Descrição	Exemplo
1775 – 1810	Borda assimétrica e ondulada, com incisões curvas moldadas.	Especificamente, o período de produção corresponde 1775 e 1800, porém esteve em voga até 1810, com a coloração mais comum é o verde e azul.	
1800 – 1830	Borda simétrica, com incisões curvas ou retas.	Esse estilo decorativo de shell edge esteve mais presente nas colorações azul e verde.	

ESTILOS DO MOTIVO DECORATIVO <i>SHELL EDGE</i>			
Período	Estilo	Descrição	Exemplo
1820 – 1830	Borda pintada, mas com padrões em relevo.	Inclui diversos tipos de desenhos em relevos como escamas de peixe, flores, penas e trigos.	
1840 – 1860	Borda reta, com incisões sutis	As incisões seguem padrões repetitivos e quase sempre permanece pintado no azul.	
1860 – 1890	Borda plana, apenas pintado.	A borda tinha a coloração azul confeccionada por pinceladas contínuas, e as incisões por molde já estavam desaparecendo, da mesma forma que, o shell edge estava se tornando raro.	

Fonte: <https://apps.jefpat.maryland.gov/diagnostic/Post-Colonial%20Ceramics/Shell%20Edged%20Wares/index-shelledgedwares.html> Acesso 22 nov. 2023.

Finalizando as descrições sobre a técnica decorativa e os respectivos motivos decorativos adotados, organizamos um modelo de síntese do que foi apresentado na forma de um fluxograma.

Figura 47. Fluxograma com técnica de decoração pintado à mão e os respectivos motivos decorativos para superfície não modificada e modificada



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Passamos para a técnica decorativa *transfer printed*, a qual assume outras nomenclaturas como impressão por transferência ou louça impressa. Desde a década de 1750, era aplicada nas faianças refinadas, em que se tratava de um processo simples, apesar de ser detalhado (Tocchetto *et al*, 2001).

Em uma placa de metal, com incisões profundas, eram feitos os desenhos e, com isso, espalhava a tinta com a placa aquecida havendo, somente, a retirada do excesso de tinta. Na etapa seguinte, a placa era coberta com papel seda umedecido e, assim, ocorria a

prensagem. Com isso, o papel após ser colocado na superfície da peça e o desenho transferido, acontecia a primeira queima. Com uma flanela e sabão de potássio, se esfregava o objeto causando a aderência, e a última etapa, consistia em imergir a louça na água provocando o descolamento do papel seda. Se finalizava o processo com o mergulho em uma solução, para obter o esmalte e, por fim, realizava a última queima (Tocchetto *et al*, 2001).

Essa técnica decorativa representou o avanço da tecnologia na indústria inglesa. Tanto que resultou na diminuição dos custos da produção, pois, a decoração de uma grande quantidade de peças era feita a partir de uma única placa e de modo padronizado. Além de que, deixou os desenhos decorativos mais complexos, e reduziu o tempo de confecção, em comparação com o pintado à mão que demandava mais tempo (Tocchetto *et al*, 2001).

Para essa técnica decorativa destacamos três motivos decorativos: floral, cenas e zoomorfo. Ressaltamos que a escolha, em nomear esses atributos dessa forma, foi resultado da observação dos artefatos analisado por nós, uma vez que os fragmentos não possibilitavam visualizar toda o cenário que foi impresso na peça, por isso, posicionamos de modo abrangente com a intenção de evitar uma categorização equivocada. Ainda salientamos que a partir dos catálogos consultamos buscamos, inclusive, as decorações com *transfer printed* presentes nas faianças refinadas coletadas no Oiticica 17, contudo, não obtivemos êxito.

Nesse sentido, o floral contém pequenas flores, que podem estarem distribuídas em toda superfície ou concentradas em pequenas áreas da superfície do fragmento. As cenas agregam diferentes paisagens predominantemente compostas por construções orientais, estes mais presentes nos fragmentos de *transfer printed* com borrão. E como zoomorfo evidencia, em primeiro plano, as figuras de espécies de animais.

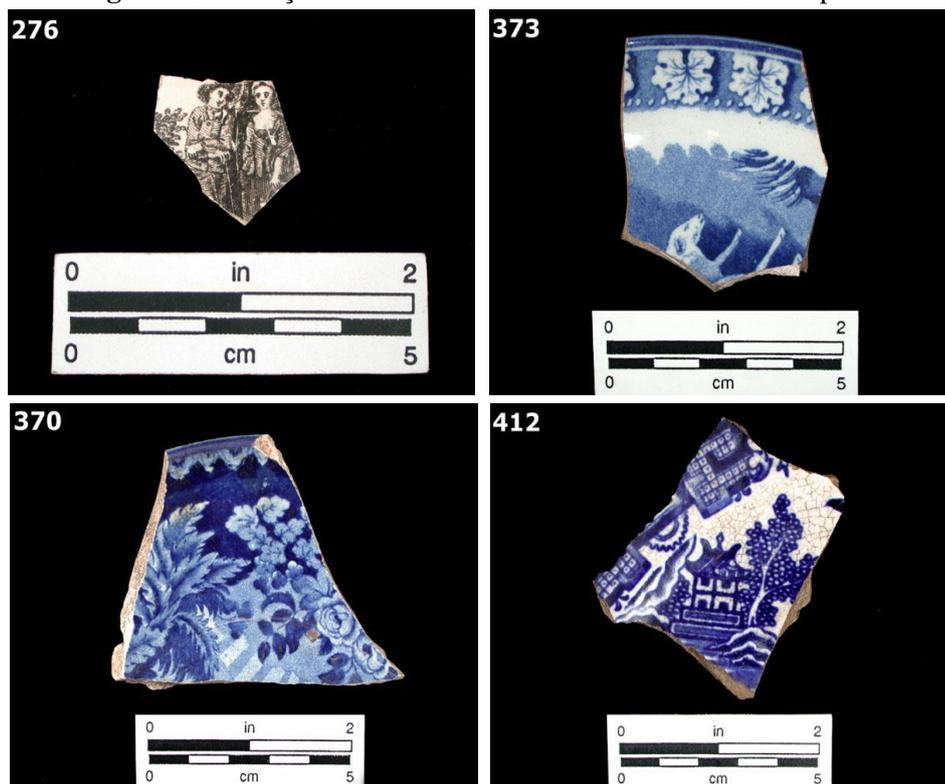
Tocchetto *et al* (2001) fornece uma síntese, apresentando informações sobre desenho, motivos, período de produção e pico de produção acerca da decoração *transfer printed*, a qual não deixa de ser associada com o borrão (Quadro 8).

Quadro 8. Categorização e descrição das cenas

DESENHO	MOTIVOS	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
Chinoiserie	Pagodes, templos, salgueiro, flores de cerejeira, laranjeiras, embarcações de juncos, figuras com vestimentas orientais	1783 a 1873	1816 a 1836
Pastoral	Cenas rurais focalizando animais ou pessoas trabalhando.	1781 a 1859	1817 a 1836
Vistas Exóticas	Animais não indígenas da América ou da Inglaterra, tais como camelos, tigres e elefantes, arquitetura exótica, tais como mesquitas, minaretes etc., figuras em trajes estrangeiros.	1793 a 1868	1820 a 1842
Floral: Padrão <i>Sheet</i> <i>Floral</i>	Repetição de pequenas flores usualmente sobre toda a superfície do recipiente	1795 a 1867	1826 a 1842
Floral Central	Grupo de flores localizado no centro do recipiente, usualmente rodeado por uma área sem impressão.	1784 a 1869	1833 a 1849
Clássico	Urnas, folhas de acanto, templos com colunas, figuras em trajes clássicos, elementos gregos e chaves.	1793 a 1868	1827 a 1847
Romântico	Figuras pequenas em primeiro plano, passeando, pescando etc., fontes de água, tais como rios ou lagoa em meio da paisagem, bandeiras, tendas, pequena torra ou pavilhões em primeiro plano, edifícios ao fundo.	1793 a 1870	1831 a 1851

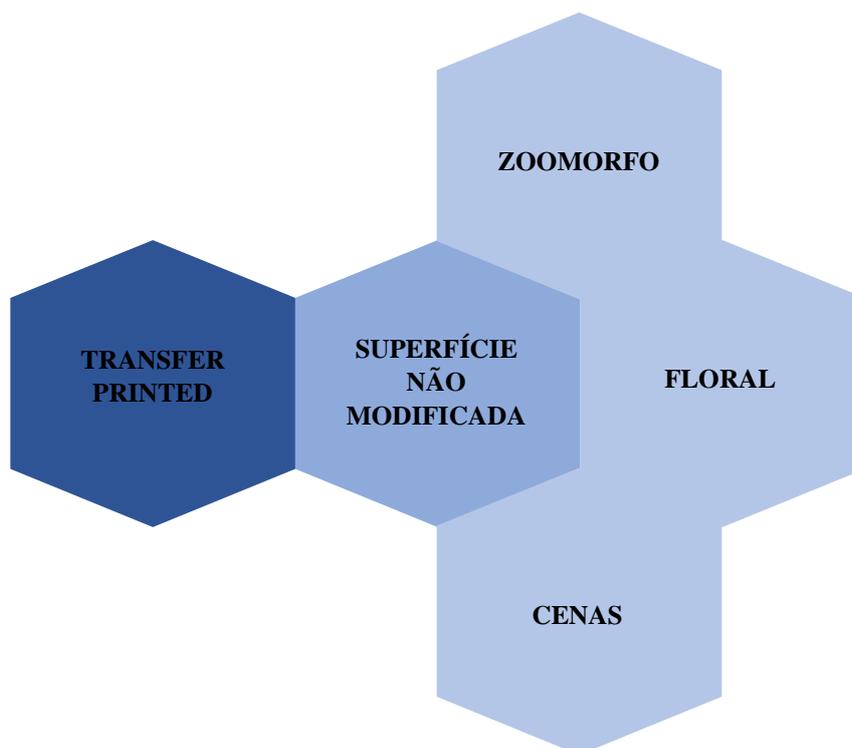
Fonte: Tocchetto *et al*, 2001, p. 34.

Figura 48. Faianças refinadas com técnica decorativa transfer printed



Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/types/>. Acesso em 28 out. 2023.

Figura 49. Fluxograma para técnica e motivos decorativos do *transfer printed*

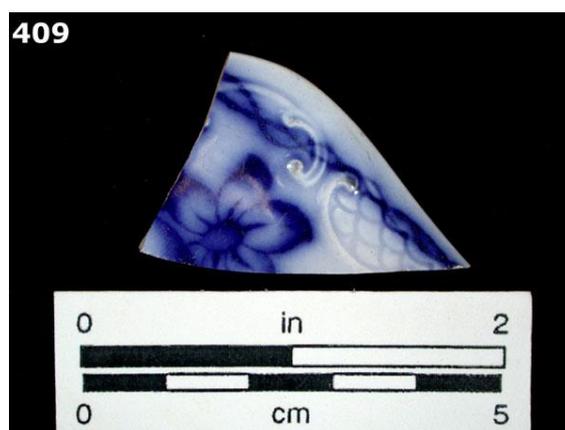


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No caso do borrão, é categorizado como um processo técnico devido ao aspecto manchado da peça, o qual era adquirido por meio de cloretos voláteis, como amônia e óxido de cálcio, inseridos nas faianças refinadas durante a queima. Predominantemente na cor azul, variava desde uma tonalidade discreta até uma aparência borrada, que encobria todo o desenho da decoração (Tocchetto *et al*, 2001).

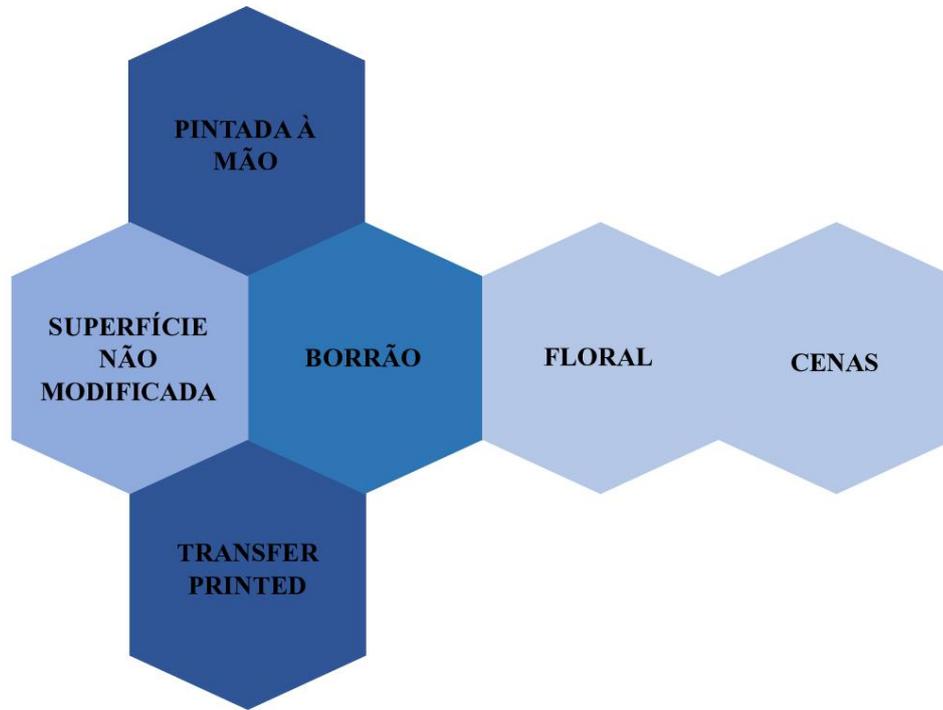
Essa técnica era adotada para peças já decoradas com *transfer printed* ou pintada à mão, por isso que, os motivos decorativos estão associados com essas duas técnicas. Outra característica das peças com borrão, corresponde a dificultada em identificar o esmalte utilizado. E em relação a temporalidade, começou a ser produzida na década de 1830 perdurando até o século XX, houve durante todo esse período de produção picos de popularidade, à exemplo, entre os anos de 1840-1850 e 1890-1904 (Tocchetto *et al*, 2001).

Figura 50. Faiança refinada *transfer printed* com borrão azul



Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/specimen/409/>. Acesso 28 out. 2023.

Figura 51. Fluxograma com as técnicas decorativas *transfer printed* e pintada à mão associada com o borrão e motivos decorativos



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

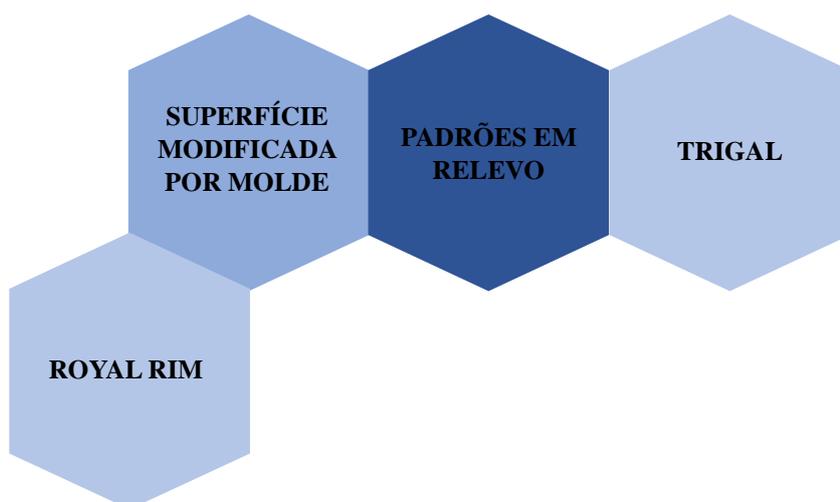
E por último, os padrões em relevo aparecem em faianças refinadas com a superfície modificada por molde. Selecionamos o padrão trigal, que é formado por ramos de trigo localizados nas bordas das peças. O período de produção data do final do século XIX, com o pico produtivo nas décadas de 1870 e 1880. E o *royal rim*, o qual tem como definição a borda ser ondulada, no caso, é ausente decorações com pintura. As superfícies modificadas compreendem uma quantidade menor de motivos decorativos, pois, agregas as peças que sofreram pressão por molde que geram incisões e/ou pequenos formatos em relevos (Tocchetto *et al*, 2001).

Figura 52. Motivo decorativos *royal rim*



Fonte: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/typeceramics/type/creamware-royal/all/>. Acesso 29 out. 2023.

Figura 53. Fluxograma para superfície modificada por molde



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

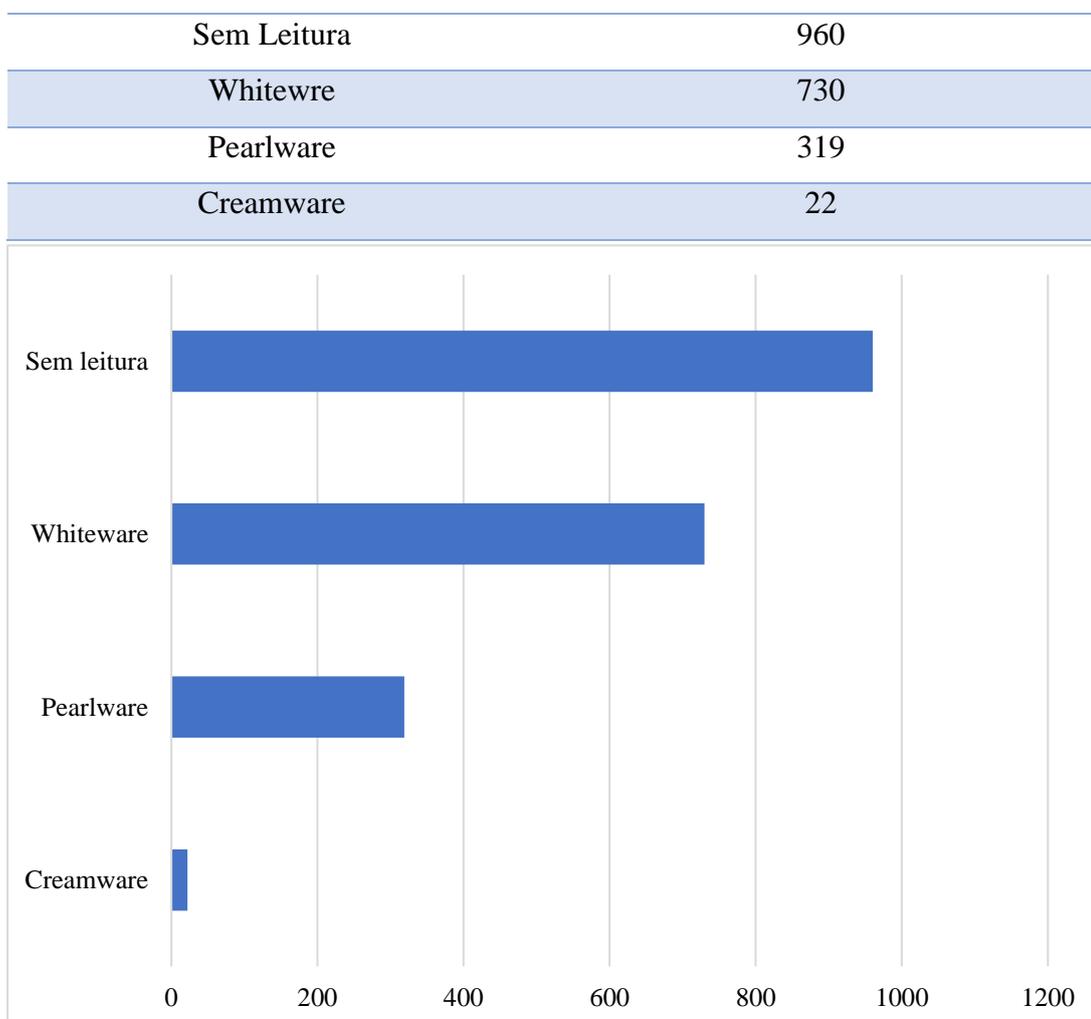
5.2 Os resultados

Discutida a estrutura de análise apresentamos, então, os resultados obtidos na análise dos 2.031 fragmentos de faianças refinadas coletadas no sítio arqueológico Oiticica 17. Iniciando pelo atributo de tipo, resultou uma preponderância *whiteware* acompanhada de *pearlware*, alguns poucos fragmentos foram identificados como *creamware*.

No entanto, a maior parte do material analisado permaneceu sem leitura, devido aos fragmentos que não conseguimos identificar nenhum dos elementos diagnóstico, discutido

anteriormente. Isso está associado a grande presença de paredes, uma vez que os elementos diagnósticos para os tipos são mais bem identificados nos fragmentos de bases.

Gráfico 2. Atributo tipo das faianças refinadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No atributo de tratamento de superfície ocorreu a presença de um total de 1.885 fragmentos com a superfície não modificada. Já na superfície modificada por molde resultou em 146 dos fragmentos analisados. Destacamos que em ambas as superfícies ocorreram fragmentos com a decoração com pintura, e no caso da superfície modificada esteve associado com os padrões em relevo, em que grande parte possui relação com a técnica pintada à mão das variações do *shell edge*.

Tabela 1. Quantitativo correspondente ao atributo acabamento de superfície

Não modificada	1885
Modificada por molde	146

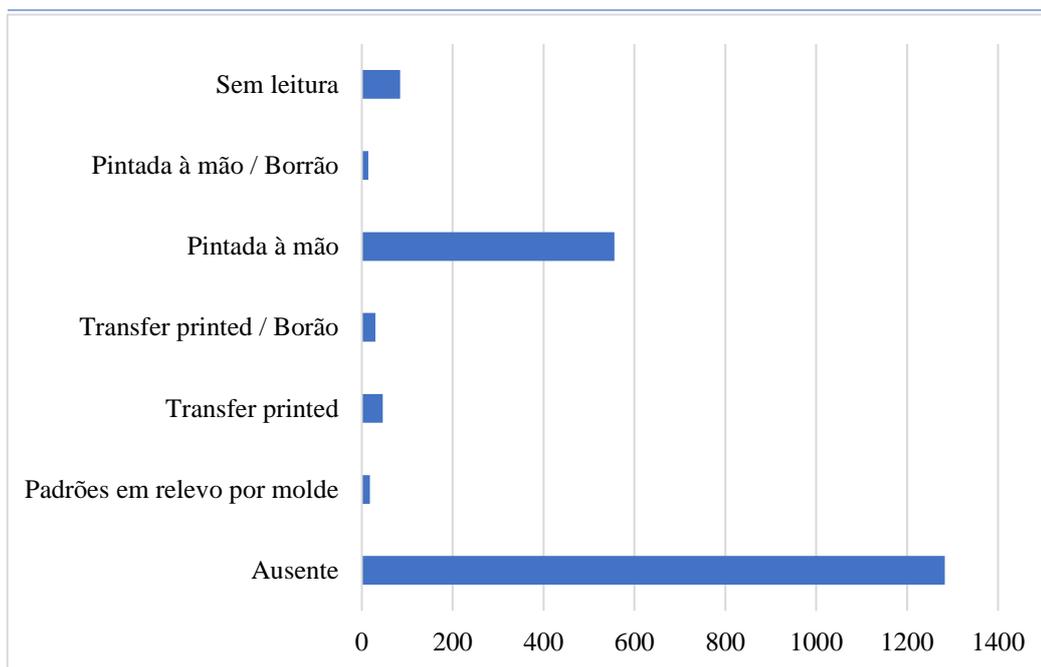
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Na técnica decorativa resultou em 1.283 fragmentos não apresentou nenhum tipo de decoração. Já em 748 dos fragmentos ocorreu a presença de decoração, em que grande parte estava distribuída em fragmentos de bordas; em relação a esse quantitativo, em particular, destacamos que 84 fragmentos foi categorizado como sem leitura por se tratar de fragmentos pequenos.

Diante disso, no material identificado e categorizado houve preponderância da técnica pintada à mão, porém ocorreu também a presença de fragmentos com padrões em relevo, *transfer printed* e borrão com pintado à mão e com *transfer printed*.

Gráfico 3. Atributo técnica decorativa das faianças refinadas

Sem Leitura	84
Pintada à mão / Borrão	14
Pintada à mão	556
<i>Transfer printed</i> / Borrão	30
<i>Transfer printed</i>	46
Padrões em relevo por molde	18
Ausente	1283

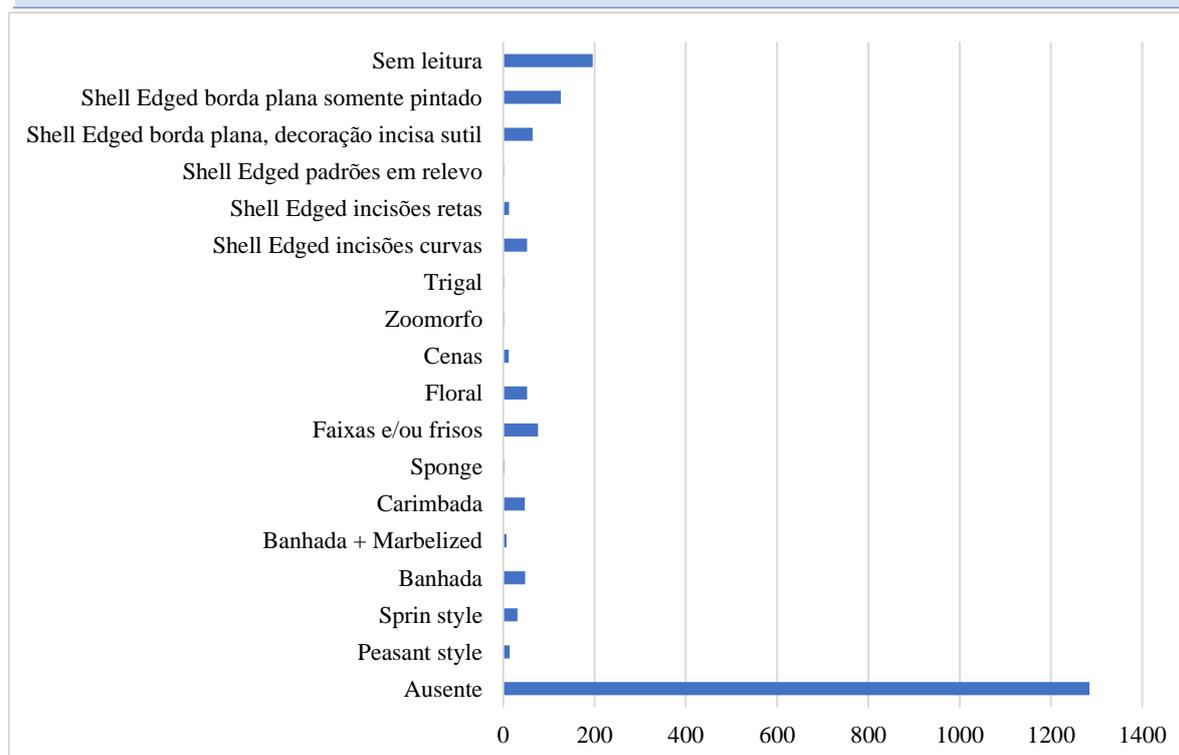


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Como resultado alcançado pela análise do motivo decorativo consistiu como diverso. No entanto, destacamos o predomínio dos diferentes estilos de *shell edge*, ou talvez dos pratos e/ou travessas *das beiras azuis*, como estão dispostos nos inventários das famílias do Seridó.

Gráfico 4. Atributo motivo decorativo das faianças refinadas

Sem leitura	196
Shell Edged incisões curvas	52
Shell Edged incisões retas	13
Shell Edged padrões em relevo	2
Shell Edged borda plana, decoração incisa sutil	64
Shell Edged borda plana somente pintado	126
Trigal	2
Zoomorfo	2
Cenas	12
Floral	52
Faixas e/ou frisos	76
Sponge	3
Carimbada	47
Banhada + Marbelized	7
Banhada	48
Sprin style	31
Peasant style	14
Ausente	1284



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.3 *A discussão*

Antes de dar seguimento para o enfoque deste tópico, que consiste em estruturar as faianças refinadas, encontradas no sítio arqueológico Oiticica 17, na escala proposta por Miller (1980), e apresentar as vias entrada abrangendo o mercado interno sertanejo que pode ter possibilitado o acesso a esses bens de consumo. Consideramos necessário apontar que as faianças refinadas são tidas como representativo do desejo vinculado com a capacidade do poder de posse, enquanto condutores da adoção desse consumo. Contudo, ressaltamos que os diferentes contextos socioeconômicos não têm caráter de absoluto, logo, afirmações precisas e, até mesmo, reducionistas que relacionam, de maneira específica, indivíduos e lugares para com esses tipos de artefatos devem ser cuidadosas.

Pensando que para uma região que o poder econômico advinha da terra e do que ela ofertava, quais as perspectivas e interpretações podemos inferir para as faianças refinadas do sítio arqueológico Oiticica 17 contextualmente. Dito isso, não excluimos que, notoriamente, é um tipo de artefatos que está vinculado com as diferentes estruturas que compõe o âmbito socioeconômico. Carregando indicadores, especialmente, da ideologia marcante do século XIX com a industrialização, universo familiar e a ritualização presente na vida cotidiana, logo, o investimento na quantidade e diversidades desse tipo de louça nos faz pensar sobre essas questões.

Tendo em vista que a análise ocorreu por fragmentos, claramente não conseguimos conhecer os conjuntos e peças de mesa que integraram a sala de refeições do Oiticica 17. Contudo, isso não anula o registro dos diferentes tipos e decorações de faianças refinadas que alcançaram o sertão da Ribeira das Piranhas. Esse fato já nos direciona para reflexões e problemáticas futuras, inclusive, quando o contexto histórico arqueológico do Seridó se tornar mais aprofundado. Assim, pensamos: eram apenas objetos, sem pertencer a um mesmo conjunto, que as pessoas desse lugar podiam consumir? Eram somente objetos de conjuntos incompletos que chegavam aos sertões?

Seguindo a escala econômica estabelecida por Miller (1980) podemos visualizar uma classificação pensado status de valoração por meio da técnica e, principalmente, motivo decorativo. Esse autor elaborou uma estrutura em ordem crescente por níveis, composta pelo nível mais baixo de menor valor com as peças sem decoração que, após 1820, eram penicos, pratos e tigelas para uso na cozinha. O segundo nível agregava peças com decorações mínimas como o shell edge, sponge, banhada, cada qual incluindo suas respectivas

variedades. No caso desses motivos decorativos, feitos por pessoas sem muita especialização, não havia uma reprodução exatamente fiel em várias peças, podendo apresentar diferenças.

Como o segundo nível dizia respeito as louças, em que a decoração não englobava toda a superfície, para o terceiro nível as peças são opostas a isso, ou seja, a decoração se fazia presente em toda sua superfície com os motivos florais, paisagens e padrões geométricos. Esses motivos decorativos eram confeccionados por pessoas mais habilidosas, tendo em vista a necessidade de replicar o mesmo padrão seja na mesma ou diferentes peças. Em termos de valor consistia como relativo, pois, dependia quem confeccionada, no sentido de nível de habilidade, mesmo que os aparelhos de chá, mesa e toailete fossem baratos. O quarto e último nível abarca o transfer printed, técnica decorativa que representou um avanço tecnológico, se tornou diversa no século XIX tendo um valor muito superior que as louças sem decoração, e não se tem distinção de valor entre as cores utilizadas. Outro tipo que também foi presente nesse nível consiste no padrão em relevo, em que esses dois predominaram como mais caros, mas também tiveram queda de preço no decorrer do século XIX (Miller, 1980).

Levando em consideração isso, estruturamos um esquema essencialmente com imagens das faianças refinadas do sítio Oiticica 17 organizadas pela classificação dos níveis de escala econômica por Miller (1980).

Figura 54. Esquema imagético de classificação dos níveis econômicos da faiança refinada analisada

→ NÍVEL 02



→ NÍVEL 03

PEASANT STYLE E SPRIN STYLE

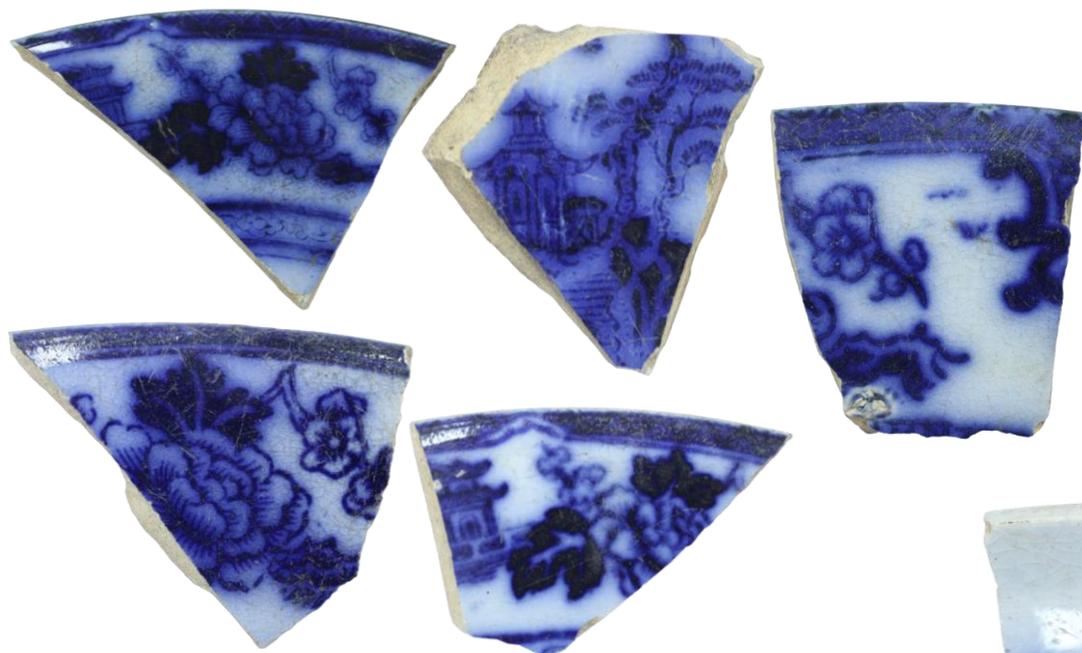


→ NÍVEL 04

TRANSFER PRINTED



TRANSFER PRINTED / BORRÃO



PINTADO À MÃO / BORRÃO



Fonte: Fotografia e composição de imagens elaborada pela autora, 2023.

Esteve presente no sítio Oiticica 17, seguido a escala econômica de Miller (1980), todos os níveis de valores, sendo preponderante peças do nível dois e três. Os resultados da análise deixaram em evidência que as pessoas moradoras da unidade doméstica, a qual associamos a uma habitação do século XIX, possuíam uma variedade, como também uma considerável quantidade de faianças refinadas. Dessa forma, cabe pensarmos acerca em acesso a esses bens, por conseguinte, os caminhos que esses objetos chegaram ao sertão.

Elencamos três vias de comércio – via terrestre, pelas feiras de gado; via marítima, pelos portos, os mascates, andando nos sertões – que ligavam os diferentes sertões do Norte, e conectava esses sertões as zonas litorâneas específicas, em que o eixo era o mercado interno. Os lugares sertões numa conjuntura regional estavam conectados a partir de lógicas próprias, compostos por redes de comércios que estavam conectadas. O principal núcleo foi as feiras de gado, tanto que vilas e estradas foram fundadas como, por exemplo, a Estrada das Boiadas, de origem do século XVIII, consistiu em um percurso de penetração nos sertões que os vinculava a zona litorânea de Pernambuco que representava um considerado centro comercial (Arraes, 2012).

As feiras possibilitavam que as pessoas, além de vender as reses, tivessem acesso a outros gêneros necessários para a subsistência como milho, feijão, farinha, fumo e aguardente. Geralmente, naquelas maiores como as de Pernambuco havia a disponibilidade de tecidos, ferrarias e louças importados. Tal como aponta Arraes (2012, p. 137, grifo nosso) “quando a comunicação era difícil e perigosa, quando os lugares nos quais se podiam encontrar artigos europeus ou de primeira necessidade estavam distantes e eram escassos, **as feiras rompiam tais barreiras**”.

Monteiro (2012) infere que para a primeira metade do século XIX se definiu como um importante recorte para a formação do mercado interno para a atual região Nordeste. Entretanto, ainda compreendendo a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, houve a presença de um comércio do marítimo, destacando inclusive a singularidade do Rio Grande do Norte que possui parte da costa localizada no litoral leste como também na parte setentrional, sendo esta última parte que o mar avança até o sertão.

Nessa parte litorânea, ganhou destaque por concentrar as oficinas, estabelecimentos responsáveis pela fabricação de carne seca, teve instalações na foz do rio Piranhas-Açu. E o sal, elemento importante para esse fabrico era extraído das salinas próxima a essa área, dado a proximidade com a área litorânea. Esse empreendimento contribuiu para a reconfiguração do

espaço pela produção e comércio de charque ocorrendo pela rota marítima, originando os portos do sertão (Monteiro, 2012).

Como porta de entrada para o sertão teve o porto do Açú, que levou o nome da ribeira que foi proeminente na criação de gado em conjunto com o Seridó. Esteve localizado na bacia hidrográfica Piranhas-Açú e abrigou as oficinas e curtumes, mas também serviu como canal natural para a produção do sertão, inclusive enquanto porta de entrada de mercadorias que não eram produzidas localmente, abastecendo assim uma parte da população sertaneja. Ressaltando que esse porto não se caracterizava como marítimo e sim fluvial, o qual era acessado apenas por pequenas embarcações. Dessa maneira, através do rio e percorrendo o trecho navegável, finalizado isso, por via terrestre ocorria o contato com as demais ribeiras e vilas do sertão (Monteiro, 2012).

Seja com a Ribeira do Açú ou a Ribeira do Seridó era dessa forma que estavam ligadas a rede de distribuição das mercadorias importadas pelo porto do Açú. Por conseguinte, ocorreu um intercâmbio comercial entre ambas as ribeiras e suas fazendas de gado, com a região as oficinas, como via de acesso a produtos que não estavam sendo produzidos no sertão.

“O porto do Açú-Oficinas, via de abastecimento de mercadorias europeias no sertão, se firmaria, sobretudo, como porto de um ativo mercado interno colonial” (Monteiro, 2012, p. 82). Representativo disso, situamos a própria diversidade das faianças refinadas, encontradas particularmente no Oiticica 17, ou melhor sítio “Joazeiro”, como também com o registro pelos inventários seridoenses de demais produtos de origem europeia. Denotando o poder de compra e acesso dos moradores do sertão das Piranhas e do Seridó.

Para as rotas terrestres se evidenciavam a figura do mascate participavam dessa rede interna com a venda ou entrega de produtos, incorporavam os agentes mercantis se caracterizando por serem itinerantes e comercializavam quantidades pequenas de mercadorias. Sua atuação ocorria tanto em lugares urbanos como em lugares rurais e, geralmente, os produtos disponíveis para venda eram adquiridos com recursos próprios ou poderiam incorporar uma rede composta por grandes comerciantes. Foram indivíduos de mobilidade e que possuíam contato com pessoas de diferentes status social, a figura do mascate carregava consigo o estigma do contrabandismo por isso que durante o século XVIII, houve a regulamentação e imposição de tributos a essa atividade comercial (Godoy; Barbosa, 2016).

Pela citação a seguir, podemos observar a respeito do vínculo entre o comércio marítimo sendo complementado com as vias terrestres relacionando assim, o porto do Açú com as estradas sertanejas compondo a rede acesso aos bens.

As mercadorias que transitavam pelo porto do Açú-Oficinas, fosse na importação ou na exportação, dependiam do transporte em comboios ou em carro de boi para serem distribuídas pelo sertão, ou serem dele drenadas em direção ao porto. No transporte terrestre, conforme observou Henry Koster, “os mascates [íam] de povoação em povoação, de fazenda em fazenda, trocando suas mercadorias por gado de todo tipo, queijos e couros de bois”. (Monteiro, 2012, p. 82).

A perspectiva de consumo deve ser refletida para além de usar algo, esse conceito incorpora diferentes nuances vinculadas, principalmente, as estruturas socioeconômicas a partir de uma relação direta entre pessoas com a cultura material, pensando de forma ampla. Os bens estão envolvidos em cadeias, que inicia com seu processo de fabricação até o descarte, construído toda a ideia de consumo (Miller, 2007).

Levamos em consideração, de maneira evidente, dois aspectos, os quais construímos nossa ideia de consumo para as pessoas moradoras do sítio “Joazeiro”. Primeiramente, sobre o acesso, o qual deixamos discutidos anteriormente por três elementos: feiras de gado, portos do sertão e mascates. Partimos agora para o segundo ponto, entre pessoas – consumidores – e bens ou, precisamente, unidade doméstica e faianças refinadas, tendo como eixo o poder econômico e os mapas sociais (Miller, 2007) produzidos por meio desse tipo de artefato.

Os indivíduos que dominavam as bases da estrutura econômica, social e política no sertão do Seridó correspondiam aos *homens bons*, eram àqueles que integravam o status de proprietários de terras e dado as posses eram inseridos nas dinâmicas mercantis. Podemos então, talvez facilmente, associar o poder aquisitivo, pela lógica dos *homens bons*, como considerável para a unidade doméstica do sítio “Joazeiro”, mas sem deixar de ter na mente que a hierarquia socioeconômica não se definia como rígida, uma vez que indivíduos poderia ter sua condição alterada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA ARQUEOLOGIA DOMÉSTICA DO SERTÃO

Chegávamos aos lugares por caminhos marcados na paisagem e que quase que naturalmente seguíamos: eram os caminhos entre as casas, entre os lugares na caatinga, que se conectavam formando uma constelação de pontos, a casa como o nó de um rizoma que cria a teia que é a paisagem do sertão (Souza, R. 2017, p. 270).



Fonte: Clementino, 2009 *apud* Souza, R. 2017, p. 262.

Desde que li a tese de Souza, R (2017), essa imagem que integra as discussões realizadas pelo autor sobre andanças e caminhos do sertão, sempre me chamou atenção. Isso porque se contrapõe, enquanto representação, daquilo que o sertão por muito tempo foi categorizado: isolado, inacessível, estático. E tratar sobre o sítio arqueológico Oiticica 17, sertão do Seridó Potiguar, buscamos nos afastar de tais estereótipos.

No decorrer dos capítulos que constitui esta dissertação, evidenciamos sobre a persistência da identidade seridoense, a partir do processo de conformação territorial do Seridó. Além de que, discutimos esse mesmo contexto de ocupação histórica para o município de Jardim de Piranhas, que foram os recortes espaciais de nossa pesquisa. Em seguida, demos

enfoque para as fazendas de gado com as estruturas produtivas e os espaços de moradas que integravam tais lugares.

Assim, os tópicos iniciais funcionaram como uma introdução, mas sobretudo, contextualizaram nosso ponto de interesse, isto é, os objetos pertencentes aos espaços da cozinha e sala de refeições. Pelos inventários das famílias seridoenses obtivemos um panorama dos objetos domésticos, produzidos tanto localmente como àqueles forâneos, que estiveram presentes no cotidiano das pessoas desse sertão.

Muitos dos objetos que constavam nos inventários foi possível correlacionar com outro fonte de pesquisa utilizada, no caso, os cordéis. Especificamente, os cordéis demonstraram sobre a necessidade de preparar a casa e também a importância dos eventos sociais. Considerando as transformações que implementaram novas lógicas no âmbito socioeconômico, determinantes no século XIX, ficou visível a necessidade dos aparelhos de jantar e enfeites para compor a sala, claramente, um elemento social para que não causasse má impressão nas possíveis pessoas convidadas. Ainda, a partir dos cordéis, notamos que a compra dos objetos de louça eram uma solicitação feita por mulheres, enquanto cabia a figura masculina efetuar sua compra, inclusive, deixando evidente o *status* social que as pessoas da casa bem como os objetos presentes nela proporcionavam.

Ainda as informações das louças presentes nos inventários, chamou atenção referências aos pratos e travessas das “*beiras azuis*” que, comparando com os artefatos analisados associamos com as faianças refinadas *shell edge*. Esse tipo de objeto com esse motivo decorativo foi muito presente os contextos brasileiros, especificamente, no Oiticica 17 considerando suas variações presentes em superfície não modificada e modificada por molde, totalizou 257 fragmentos, logo, foi o motivo decorativo com maior número de fragmentos.

Construído por meio de diversas teias, o sertão se determina pelo ir e vir de mercadorias e, por conseguinte, de pessoas. Portanto, não se configura pela estaticidade, como demonstra desde o *status* socioeconômico até as vias de acesso para os bens de consumo, seja elas pelas feiras de gado, pelos rios ou pelos indivíduos mascates que andavam nas diferentes ribeiras.

Estamos cientes que não oferecemos uma análise aprofundada e detalhada de vários contextos, em virtude das limitações dos dados, fontes, cenários de pesquisa e escolhas nossas de como lidar com isso. Sabemos que pesquisas não são criadas e desenvolvidas para serem

compostas por análises enquadradas, pelo contrário (e que bom!), faz parte desse processo novas interpretações e reformulações.

Assim sendo, e como último arremato colocamos a necessidade de aprofundar tal contexto e problematizar sobre a prática de uma arqueologia doméstica do lugar sertão, com o intuito de que novas problemáticas sejam, dessa forma, desenvolvidas, acompanhando inclusive a diversidade temática permitida pela arqueologia histórica.

Muyrakyat Macêdo, referência essencial para os estudos do Seridó, publicou um livro chamado “A penúltima versão do Seridó”, sabiamente esse autor estava ciente de que muitas versões ainda iriam surgir. Longe de querer comparar, mas sendo atrevida, espero que esta pesquisa integre as versões, da mesma forma que contribua para a construção de uma arqueologia dedicada ao universo doméstico sertanejo. E a partir disso, se torne perceptível que em sua composição, o sertão compreende diversas tramas formadas, como buscamos demonstrar, pelo ir e vir de pessoas e mercadorias.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Scott Joseph; BARBOSA, Rute. Arqueologia histórica no Nordeste: um panorama. In: SYMANSKI, Luís Cláudio P; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs). **Arqueologia histórica brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, p. 513-542.
- ALLISON, Penelope M. The household in Historical Archaeology, **Australasian Historical Archaeology**, n. 16, 1998.
- ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. **História Unicap**, v. 7, n. 13, p. 11-31, 2020.
- ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecossistema de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ARAÚJO, Maria José Medeiros; MEDEIROS, Vania Maria de; MACEDO, Helder Alexandre Mederiso de. Couro marcado a ferro e fogo: cotifiano e vivência da marca de ferrar gado no Seridó Potiguar. **Mneme – revista de humanidades**, v. 08, n. 20, 2006, p. 125-165.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. **História Unisinos**, v. 14, n. 1, p. 62-76, 2010.
- BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- BARILE, Kerri S.; BRANDON, Jamie C. (Ed.). **Household Chores and Household Choices: Theorizing the domestic sphere in historical archaeology**. University of Alabama Press, 2004.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1> – Acessado em 11 nov. 2022.
- BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BORGES, Ariane Magda. **Vernaculares: a casa de fazenda seridoense do século XIX como exemplo de adaptação ao clima semiárido**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BORGES, Fabio Mafra. **Os sítios arqueológicos Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro**: caracterização de um padrão de assentamento na área arqueológica do Seridó – Carnaúba dos Dantas – RN, Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BORGES, Fabio Mafra. Editorial. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 35, n. 3, p. 1-6, 2020.

BRAUDEL, Fernand. **Os homens e a herança no Mediterrâneo**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: as estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Memórias do Mediterrâneo – Pré-História e Antiguidade**. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Ed. Achiamé, 1984.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COSTA, Leonor Freire. Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (org). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. 2ª ed. Vitória: EDUFES, 2014, p. 89-122.

DIAS, Karcia Lúcia Oliveira. **Representação temática do cordel de circunstância à luz da verossimilhança**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade da Paraíba, João Pessoa, 2023.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais**: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros**: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília, 1980.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2009.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. **A arquitetura tradicional de Acari no século XIX**: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. **Sertão – Fronteira do medo**. Recife: Editora da UFPE, 2015.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, FARIA, Sheila de Castro. **A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)**. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org). **Arqueologia histórica e cultura material**. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 7-34.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

GATTI, Ágatha Francesconi. **O trâmite da fé – a atuação da Junta das Missões de Pernambuco, 1681-1759**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Tropas e vendas no comércio de abastecimento do setecentes. **Revista Sodebras**, v. 11, n. 130, p. 56-61, 2016.

HARRIS, Edward C. **Principios de estratigrafia arqueológica**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

HCOUTINHO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO. **Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área da Bacia Hidráulica da Barragem de Oiticica, município de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu, no Rio Grande do Norte**. Relatório Final – Volume I, Teresina, 2022.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estudos Avançados**, p. 23-37, 1992.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LIMA, Tania Andrade *et al.* A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**, pub. avulsa, p. 205-230, 1989.

LIMA, Tania Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 3, n. ser., p. 129-191, 1995.

LITTLE, Barbara. Povos com história: uma revisão da arqueologia histórica nos Estados dos Unidos. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 2, p. 122-165, 2014.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007, p 187.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. **Topoi**, v. 8, n. 14, 2007, p. 37-76.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Tudo que brilha é ouro-branco – as estratégias das elites algodoeiro-pecuarísticas para a construção discursiva do Seridó norte-rio-grandense. **Mneme – revista de humanidades**, v. 03, n. 06, 2002, p. 96-117.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII)**. Natal: Flor do Sal; EDUFRN, 2015.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Tratos e caminhos da Capitania do Rio Grande do Norte: comércio e consumo na Ribeira do Seridó. **EMBORNAL/ Seção Ceará**, v. VIII, n. 16, p. 17-32, 2017.

MAJEWSKI, Teresita; O'BRIEN, Michael J. The use and misuse of Nineteenth-Century English and American ceramics in archaeological analysis. **Advances in Archaeological Method and Theory**, vol. 11, p. 97-209, 1987.

MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Maurício Hidemi; SOARES, Paulo Fernando. A importância da arquitetura vernacular. **Akrópolis**, Umarama, v. 17, n. 1, p. 45-54, 2009.

MEDEIROS, Diogo Bernardino Santos de. **Mapeamento e análise integrada das unidades de paisagem (geofácies) do Seridó Potiguar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos Inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2011.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. Flores no sertão: o protagonismo feminino na formação da povoação do Jardim das Piranhas (sertões do seridó, séculos XVIII-XIX). **Anais do I Seminário Nacional de História Social dos Sertões/II Colóquio de História Social dos Sertões. O papel da História na compreensão do "Brasil profundo"**. Ana Sara R. P.

Cortez Irffi; Darlan de Oliveira Reis Junior; Maria Lucélia Andrade (organizadores). Crato – CE, 2018. Universidade Regional do Cariri – URCA, p. 240.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. À sombra do Jardim: apontamentos sobre o “desaparecimento” indígena na Povoação do Jardim das Piranhas (Ribeira do Piranhas, séculos XVIII e XIX). **Faces da História**, Assis/SP, v. 7, n. 1, p. 167-191, 2020.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, p. 217-228.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p. 103-117, 1983.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano. 13, n. 28, p. 33-63, 2007.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, George L. A revised set of CC index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880. **Historical Archaeology**, v. 25, p. 1-25, 1991.

MILLER, George L. Classification and economic scaling of 19th century ceramics. **Historical Archaeology**, v. 14, p. 1-40, 1980.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3ª ed. Natal: EDUFRN, 2007.

MONTEIRO, Denise Mattos. Portos do sertão e mercado interno: nascimento e evolução do porto do açu-oficinas (1750-1860). **História econômica & história de empresas**, v. 15, n. 1, p. 71-98, 2012.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. Sertão, sociedade e meio ambiente no Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. **Revista Espacialidades**, v. 1, n. 1, p. 80-95, 2014.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Entre mobilidades e disputas: o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MORAS, Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis** [Online], 4-5, p. 1-8, 2012.+

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1999.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência.** 1ª ed. Natal: EDUFRRN, 2020.

OLIVEIRA, Karla Bianca da Silva. **Escravidão e terras de criar gado em um lugar denominado sertão: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, séculos XVIII e XIX.** 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ORSER, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho).** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João (org) **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca. 1720 - ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 1-32.

PEREIRA, Elenize Trindade. **De capitania donatária à capitania régia: o senhorio de João de Barros na “Terra dos Potiguaras” século XVI.** 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 180-215.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROLIM, Leonardo Cândido. **A rosa dos ventos dos sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial (1660-1810).** 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Ênia Ramalho dos. **Literatura de cordel e identidade cultural: uma proposta para o letramento literário com folhetos de Leandro Gomes de Barros.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2018.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750.** 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Valdeci dos. **Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SENA, Liana Mara Mendes de. **Conheça e conserve a caatinga – o bioma caatinga**. Fortaleza: Associação Caatinga, 2011.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da; SOUZA, Hozana Danize Lopes de; BASTISTA, Kayann Gomes. Arqueologia histórica e sertaneja no Seridó Potiguar – O sítio Culumins, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 35, n. 3, p. 234-285, 2020.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2> – Acessado em 11 nov. 2022.

SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida material de Desterro no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) – Universidade de Tras-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2011.

SOUZA, Hozana Danize Lopes de. **Sítio Culumins: um olhar sobre o sertão do Seridó, séculos XVIII e XIX**. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

SOUZA, Marcos André Torres de. Introdução ao estudo dos sítios arqueológicos históricos. In: SYMANSKI, Luiz Cláudio P; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs). **Arqueologia histórica brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, p. 21-46.

SOUZA, Rafaela de Abreu e. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. **Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, v. 9, n. 2, p. 38-62, 2015.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro**. 2017. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Maria Ximena. (ed.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002, p. 31-62.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 73-96, 2008.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado. **Cenários regionais em Arqueologia Brasileira**. Annablume/Acervo, 2009.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia das unidades domésticas. In: SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs). **Arqueologia Histórica Brasileira**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, p. 85-113.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin *et al.* **A faiança fina em Porto Alegre** – vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretária Municipal de Cultura, 2001.

TOCCHETTO, Fernanda; MEDEIROS, João Gabriel Toledo. A louça em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. **Revista de Arqueologia**, v. 22, n. 1, p. 125-134, 2009.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucited, 2004.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Arqueologia**, Curitiba, vol. 5, p. 117-130, 1986.